

Adalberto Botarelli

**O PSICÓLOGO NAS POLÍTICAS DE
PROTEÇÃO SOCIAL: Uma análise dos sentidos
e da práxis**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**PUC - SÃO PAULO
2008**

Adalberto Botarelli

**O PSICÓLOGO NAS POLÍTICAS DE
PROTEÇÃO SOCIAL: Uma análise dos sentidos
e da práxis**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social, sob a orientação da Prof^a Dr^a Bader B. Sawaia.

PUC – SP

2008

Banca Examinadora

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a inserção dos psicólogos em políticas de proteção social, tendo como finalidade apresentar referências para atuação dos mesmos na área de assistência social.

Para tanto, elege como objeto de estudo os psicólogos que atuam no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social do SUAS - Sistema Único de Assistência Social) de São Bernardo do Campo-SP.

O corpo teórico e metodológico que serviu como base para a pesquisa foi o da Psicologia Social crítica desenvolvida pelo NEXIN, o qual considera que a subjetividade e os afetos são fundamentais na ação política, uma vez que são categorias construídas na dialética individualidade/coletivo, e a afetividade é entendida como mediação fundamental entre o homem e a sociedade, pois é resultado da implicação do homem com o outro e com o contexto que o rodeia.

Parte-se da noção de que tanto a ética como a transformação social está relacionada à capacidade de experimentar o mundo e de atuar sobre ele; o que significa equiparar a participação social à potência de ação do sujeito na defesa de seus direitos. A sua contraposição seria a potência de padecer, na qual o sujeito vive como joguete dos acontecimentos, depositando nos outros o sentido da própria potência.

Com base na análise das informações fornecidas pelas entrevistas e observações definiu-se as tarefas e as especificidades de atuação profissional e procedeu-se a análise dos sentidos e dos significados implicados no processo de inclusão desencadeados pela atenção psicossocial.

Para tanto, buscamos entrelaçar os aspectos ideológicos, intersubjetivos e das significações sociais, com as idéias, linguagens e ações, ligadas aos sujeitos que vivenciam e interagem com o cotidiano.

Conclui-se que a atenção psicossocial pode legitimar-se no âmbito do CRASs enquanto lugar de expansão humana, desde que realizem o ideal de acolher a subjetividade dos sujeitos envolvidos, cabendo aos profissionais estabelecerem uma práxis ético-política, voltada para os bons encontros e a alegria de existir.

ABSTRACT

Analyzing the comeback of the debate on the role of the poor family in public policies, we can notice that the same is been required, again, to take over some cares of its members, due to the incapacity of the State in giving an answer to their needs.

At the same time, it comes to evidence that the social problems linked with poor childhood and adolescence continue, increasing the amount of the citizens on a threatened situation for survival and denying a dignified life. - This evidence raises up the need to critically inquire on the role of this policies in the dialectic exclusion and inclusion that characterizes the social order in which it is included.

This research aims to help with this analysis and its objective is to know the configuration of the sufferings and necessities of the families that run in an attendant program, it also tries to acknowledge in what amount the services delivered by the institutions are capable of potential emancipation of those attended, to overcome their suffering, or if the attendant program stands like a way of inclusion “perverse and subtle”.

The theoretic-methodological referential of the socio-historic psychology was used to produce this research, outstanding the socio-historical conception of social order bound by the exclusion/inclusion dialectic and the categories of analyses of ethical-political sufferings and power of action, these categories show affectivity and necessity as ethical and political phenomena, overcoming the rupture between reason/emotion and individual/ society.

In this way we analyze the relation between affectivity and ethical necessity looking forward on contributing with the debate on public policies of social inclusion nowadays adopted by guidelines and adjectives of public administration. The results of the research bring up the need to promote in the intervention programs directed to the family, changes in the conception of who is the subject of attendance.

The analyses of the ethical-political suffering disclosed a human being affected by social determinations and with common needs, though lived in a particular way, a plural and collective human being with singular affective subtlenesses and not just homogeneous needs, so needing an attendance able to answer the singularities; listen to the clamor of suffering that can guide more embracing and articulated institutional actions with the other institutions as well as with the different programs of attendance, in order to fulfill public and private points of view , materialized in particular and collective needs.

Finally, we conclude that it is up to develop theories and set forth interventions that favor the power of action, both in the intimate daily life dimension as well as public and politic. For that it is necessary to focus on affectivity, specially the emotions, because although being an intervention in the

subjectivity area, it is about the fundamental locus of the policies of confrontation of social difference.

AGRADECIMENTOS

O trabalho que agora apresento foi realizado em um momento particularmente difícil, tanto para mim como para as pessoas que convivem comigo. Ao mesmo tempo que construía o conhecimento necessário para esta realização, fui afetado por vários eventos, os quais proporcionaram desencontros e despedidas que mudaram os rumos de nossas vidas.

É por isso que inicio meus agradecimentos reverenciando a memória de meu saudoso pai, que vibrou muito quando viu a pesquisa ser iniciada, porém já não está entre nós para compartilhar de seus resultados. Na mesma época meu irmão Jorge, minha tia Maria e minha avó também seguiram o mesmo destino, e deixaram muita saudade.

Eles ainda estão vivos dentro de nós, agradeço por tudo que aprendemos com eles e aproveito para homenageá-los, pois somos o que somos devido à convivência que nos foi possível compartilhar e também porque eles aqueceram nossos afetos e nos ensinaram a celebrar a vida.

Ao CNPq a minha gratidão, pois o auxílio foi fundamental para viabilizar a pesquisa.

Agradeço à minha orientadora Bader, que com seu carinho e segurança, somados a uma generosidade e firmeza, me potencializou, suas observações e anotações foram decisivas para esta realização.

À Terezinha, secretária do Departamento de Psicologia Social, pela cumplicidade e disposição, que sempre atenta em cuidados, esteve presente em todos os momentos.

Aos amigos e colegas do Nexin, especialmente a Rejane, a Veruska, Eliane e Silvia que souberam se fazer presentes em momentos críticos dessa caminhada.

Meu reconhecimento público e eterna gratidão à Carla Dozzi e à Cláudia Stella, que dedicaram-se à leitura de minhas anotações e dialogaram com minhas idéias.

Ao Marcelo, ao Pedro, à Vânia de Castro e ao Welinton, que acompanharam e testemunharam a construção da pesquisa.

Aos profissionais do CAF: Márcia Urso, Beth, Márcia Mandelli, Franco, Rose, Vera, Camila, Ione e também à Maria José, pelo apoio e incentivo, acho que esta vitória também pertence a vocês.

Agradeço às famílias pesquisadas que se dispuseram a relatar suas histórias e de bom grado dividiram conosco seus sofrimentos e afetos. Elas foram

determinantes para a pesquisa e agradeço pelo privilégio de ter conhecido e compartilhado intensamente alguns aspectos de suas vidas.

Aos amigos Osmar e Elisa, de certa forma o nosso Centro de Orientações está presente nesse trabalho pois o desejo de transformar ações em conhecimento ganhou força lá.

Agradeço à minha mãe, Dona Cida, por toda a sua garra e sabedoria e ao meu Irmão Aduino, às minhas Irmãs Leila, Deise e Márcia, aos cunhados Clóvis, Airton e Carlos, à cunhada Regiane, e a todos sobrinhos e sobrinhas; ao meu sogro Pedro Paulo, à sogra Dona Naná, ao cunhado Jean e à afilhada Renata, pois vocês todos são a referência e o lugar aquecido que acolhe minhas angústias e também compartilham de minhas alegrias.

Aos meus filhos Artur e Vitor pelos beijos, abraços, gargalhadas e sussurros, todos regados a muito sorvete, pipoca e miojo.

À minha amada esposa Geane por ser o porto ao mesmo tempo alegre e seguro que tem guiado este meu caminho no escuro.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	09
------------------------	-----------

Capítulo 1

FOCALIZAÇÃO DO PROBLEMA: A ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA.....	14
--	-----------

Capítulo 2

UMA ABORDAGEM DOS PRIMEIROS ANOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PROTEÇÃO SOCIAL E A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS EM UNIDADES DO CRAS	31
---	-----------

CAPITULO 3

UM ESTUDO DE CASO: A ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIFICIDADES DA PSICOLOGIA NECESSÁRIAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	73
--	-----------

Capítulo 4

PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E AFETIVIDADE: A EXPLICITAÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO.....	91
---	-----------

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
----------------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA.....	130
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado busca referências e possibilidades de inserção dos psicólogos nas várias políticas de inclusão social, parte do estudo sobre a inserção profissional no Sistema Único de Assistência Social e procura expor limitações e possibilidades da psicologia nos mecanismos de proteção social, tendo em vista a capacidade de processarem ajuda aos seguimentos da população que se encontram em situação de pobreza, exclusão e destituição.

Embora a perspectiva de abordagem seja a inserção profissional, procuramos nos envolver com os sujeitos de atendimento e com o ordenamento da gestão pública, não necessariamente estatal, inserindo no estudo a preocupação com o afeto e a subjetividade, tomando como base da análise momentos de conflito e de consenso, os quais passaram a ser entendidos enquanto processo de legitimação social.

Desta maneira a afetividade surge como aparato mediador para a prática, implicada pelas relações de execução e especialização dos serviços, o que representa alguns desafios também para minha trajetória acadêmica.

São preocupações presentes desde a minha inserção em programas de atenção à infância e à adolescência, e tomaram corpo em minha pesquisa de mestrado, os mesmos dizem respeito aos problemas implicados na transposição das técnicas e teorias psicológicas para o atendimento das camadas empobrecidas da população, sabendo que não necessariamente é possível partir do pressuposto de que esta população compartilha da mesma visão de mundo, ou modelo de subjetividade que fundamenta as formas de atuação de nós profissionais envolvidos com as políticas públicas de proteção social.

Este questionamento tomou forma durante minha análise da retomada sobre o debate do papel das famílias pobres nas políticas públicas, que realizei em nossa pesquisa de mestrado, na ocasião procuramos conhecer as configurações do sofrimento e das necessidades das famílias que recorrem aos programas públicos de atendimento.

Partimos da indagação crítica sobre o papel dessas políticas na dialética exclusão e inclusão buscando saber em que medida os serviços estariam aptos a potencializar a emancipação dos sujeitos envolvidos; devido tratar-se de sujeito afetado por determinações sociais com necessidades vividas de forma particular, concluímos a necessidade de responder às singularidades de seu sofrimento ético-político.

Ficou demonstrado que este sujeito dotado de sutilezas afetivas necessita de um atendimento qualificado capaz de ouvir seu sofrimento e orientar ações institucionais mais abrangentes e articuladas, capazes de contemplar aspectos públicos e privados, concretizados nas necessidades particulares e coletivas.

O nosso foco tem recaído na afetividade, especialmente as emoções, pois acreditamos que mesmo sendo uma intervenção na subjetividade, esta relação pessoa a pessoa é fundamental para a política de enfrentamento da desigualdade social, sendo necessário um aprimoramento técnico visando abordagens contextualizadas, imediatas e de longo prazo, contemplando solidariedade e capacidade de reflexão para ajudar na mediação ideológica dos afetos e necessidades.

Os programas de atenção básica podem colaborar com a emancipação das pessoas desde que procurem entender a realidade concreta das potencialidades, mesmo em situação de risco ou destituição. Sendo possível instituir uma práxis potencializadora que favoreça uma ação cotidiana voltada para a ação política e pública.

Sendo assim a inserção do psicólogo em políticas de proteção social tornou-se a preocupação central da atual pesquisa e norteou seus objetivos, sendo nossa preocupação não apenas aproxima-se dos sentidos implicados, mas elaborar uma práxis voltada para intervenções transformadoras capazes de proporcionar uma expansão das capacidades humanas qualificando seus encontros intersubjetivos.

O resultado do trabalho pretende conciliar a trajetória profissional e a militância por meio de um projeto político que alia a psicologia e as políticas públicas à afetividade, reafirmando a necessidade de abordarmos o sofrimento ético-

político na potencialização dos indivíduos e na transformação da vida, quer seja em seu caráter íntimo ou privado.

Em torno destas propostas buscamos a seguinte sistematização: I – A atrelar o ordenamento da proteção social às implicações da atenção psicossocial enquanto possibilidade de expansão dos sujeitos e de conscientização da cidadania; II – Partir da afetividade analisada na dialética da objetividade-subjetividade para entender os limites de atuação dos psicólogos no cotidiano de um programa de assistência; III – Abordar o histórico do sistema de proteção e seus níveis de complexidade, e valer-se de um estudo de caso para conhecer as necessidades implicadas pela assistência social; IV – Tendo conhecido o campo e a forma de atuação, procuramos sistematizar as formas de abordagem a partir do aparato teórico e metodológico da psicologia social.

Os capítulos deste trabalho referem-se de maneira direta às referências que delimitaram esta nossa forma de organização e ao campo de análise que possibilitaram nossa articulação com o referencial teórico e metodológico desenvolvido pelo NEXIN, bem como a apresentação de referências para atuação do psicólogo na área.

No capítulo, 1) FOCALIZAÇÃO DO PROBLEMA: A ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA, procuramos situar as especificidades e competências da atuação dos psicólogos na assistência social estabelecendo referências a partir da afetividade e da participação social, abordadas a partir do enfoque dialético da individualidade/coletividade e subjetividade/objetividade.

Esta vertente teórica da psicologia social é desenvolvida pelo NEXIN e serviu como referência para nossa proposta de aprofundar nas estratégias de atuação em questões profissionais do seguimento, o capítulo também apresenta a formulação dos objetivos e os procedimentos metodológicos que adotamos para nossa pesquisa.

No capítulo, 2) UMA ABORDAGEM DOS PRIMEIROS ANOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PROTEÇÃO SOCIAL E A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS EM UNIDADES DO CRAS, foram apresentadas as inserções da psicologia no seguimento tomando como referência a

contextualização histórica e informações sobre a implantação do sistema no município de São Bernardo do Campo.

Desde o campo institucional, com uma evolução que propiciou a incorporação ao aparato estatal de seguridade social, até uma abordagem do processo de construção da gestão nos primeiros dois anos de sua implantação tendo como referência a situação específica deste município específico e o espaço institucional que se apresenta para o psicólogo.

No capítulo 3) UM ESTUDO DE CASO: A ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIFICIDADES DA PSICOLOGIA NECESSÁRIAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL, nos aproximamos do cotidiano de uma psicóloga que atua no CRAS para buscar esclarecer especificidades de atuação que vem sendo desenvolvidas na atenção básica.

O caso foi eleito a partir de uma análise de cinco situações apresentadas pelas próprias profissionais, todas apresentam especificidades da abordagem, no entanto o caso explorado explicita de forma emblemática a mobilização de uma rede de proteção demandada a partir do envolvimento dos profissionais da psicologia com as interfaces da atenção psicossocial.

No capítulo 4) PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E AFETIVIDADE: A EXPLICITAÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO, a análise das intervenções psicossociais é submetida à elaboração teórica com base na dialética e parte de uma perspectiva da exclusão em que a cidadania na dimensão da participação política precisa ser abordada criticamente evidenciando sistemas excludentes que impedem a expansão humana.

Tendo como base um projeto estético de atenção potencializadora baseado nas contribuições de Martin-Baró e Bader Sawia, buscamos fundamentar formas de acolher a subjetividade dos sujeitos envolvidos com situações de exclusão, contribuindo para o estabelecimento de uma práxis ético-política, voltada para os bons encontros e a alegria de existir.

A discussão apresentada nos quatro capítulos procura evidenciar o papel dos psicólogos e parte da consideração de que o objeto de atenção psicossocial no âmbito da assistência social é a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais, abordando os encontros enquanto relações interconstituídas por afetos que tornam as pessoas passivas ou ativas em relação a situações de destituição.

Ao tomarmos as intervenções no âmbito de um programa de atenção básica em seus aspectos afetivos, nossa hipótese é de que a proteção constitui-se numa rede potencializadora e significativa que mobiliza uma colaboração solidária capaz de extrapolar o espaço e contingenciamento cotidiano, no entanto elas podem submeter-se a uma política de afetividade que administra formas de participação, que ao serem impostas, dificultam formas de expressão e impedem a expansão dos sujeitos.

Procuramos entender as formas dos sujeitos serem inseridos nestas redes e a maneira de estimular a participação de forma não impositiva a partir de uma práxis ético-política que tornem os afetos vivenciados no cotidiano potentes para uma transformação positiva na vida das pessoas em situação de pobreza e destituição.

Capítulo 1

1.1 FOCALIZAÇÃO DO PROBLEMA: A ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA.

O presente trabalho procura abordar especificidades e competências da atuação de psicólogos nas políticas de assistência, por meio de análise e fundamentação de implicações da atenção psicossocial na proteção social básica que os serviços públicos locais no Brasil começaram a disponibilizar a partir de um modelo novo para o sistema, com gestão federal desta política.

Justifica-se tal pesquisa pela recente conquista de espaço institucional de atuação profissional dos psicólogos no Sistema Único de Assistência Social, que por estar vinculado ao sistema de previdência, demanda um aparato teórico e metodológico cuja especificidade representa uma novidade que ainda não se encontra suficientemente delineada.

Cabe aos profissionais indagarem-se sobre a atuação cotidiana, evitando repetir procedimentos de maneira determinista e adaptativa, mas ao mesmo tempo valer-se da integração de experiências bem sucedidas, anteriormente desenvolvidas em seguimentos como o da clínica, da saúde, da educação, ou mesmo da área comunitária, nos quais a psicologia já tem, de certa forma, buscado legitimar sua presença.

Ao partirmos de abordagem acerca de possibilidades para um novo fazer cotidiano, caberia aprofundar-se em alguns aspectos investigativos buscando entender como e em quais pontos estaria o psicólogo levando para estas políticas públicas de proteção a sua prática privada desenvolvida nos consultórios, tendo em vista a maneira de incorporar a questão da pobreza e da assistência à sua atuação e o desafio da busca por resposta aos carecimentos subjetivos frente às demandas objetivas do contexto social.

Decorre-se destes questionamentos outro desafio, buscar também o delineamento teórico para as implicações políticas da ação do psicólogo neste campo, sobretudo ao considerarmos meios e possibilidades de emancipação das pessoas no contexto histórico do sistema de capital.

Além de considerar as acumulações da psicologia enquanto categoria profissional, nossa intenção é introduzir contribuições da Psicologia Social, pois entendemos que ao problematizar uma falsa cisão do social e do subjetivo, este campo do conhecimento procura responder aos diversos conflitos de interesse da sociedade, sendo que suas categorias de análise favorecem o conhecimento do que se espera da atuação do psicólogo, para tornar a profissão reconhecida como fundamental para as transformações sociais.

Nosso ponto de partida é indagarmos sobre a presença do psicólogo no atendimento a pessoas que têm direitos em relação ao Estado, pois interessamos saber no que reside a pertinência deste tipo de intervenção e a quem e em quais níveis sua presença e trabalho satisfazeriam; desde si próprio com salário e emprego, ao gestor público com resposta às demandas por serviços, ou aos cidadãos que buscam respostas do Estado para os carecimentos cotidianos.

Consideramos esta análise pertinente ao momento atual, pois os psicólogos estão atuando cada vez mais em políticas públicas e o estágio atual de inserção profissional do psicólogo em políticas de assistência também favorece este tipo de aprofundamento, já que em 2005 foi consolidada sua participação no corpo técnico de uma equipe de referência em unidades de assistência social, denominada de CRAS (Centro de referência e Assistência Social).

Isto se deu com a aprovação na Conferência Nacional de Assistência de um Sistema Único de Assistência Social, que apresentou avanços ao consolidar a assistência enquanto uma das políticas públicas, integrando-a à seguridade social e às demais políticas básicas de proteção (Saúde, Educação, Habitação, etc), por meio de um deslocamento de ações de proteção que busca a articulação de serviços e benefícios em atenção aos direitos sociais assegurados nas demais políticas sociais.

Decorre desta concepção inovadora uma complexificação e diferenciação das necessidades sociais, atribuindo à política de assistência funções específicas, de proteção básica ou especial, com foco de atenção na matricialidade sócio-

familiar, porém sem responsabilização individual ou grupal na abordagem das necessidades sociais.

O trabalho de profissionais da área de assistência social passou por uma nova estruturação a partir deste ordenamento, mas ainda resta aprofundar-se sobre a consolidação do que e quais são as ações e os serviços sócio-assistenciais a serem caracterizados como básicos ou especiais.

Parte-se da concepção de que a proteção básica contempla ações preventivas, de socialização e acolhimento, visa o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, devendo estas ações sócio-assistenciais serem desenvolvidas nos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) que articulam serviços de proteção de caráter preventivo com acesso aos direitos, e quanto à proteção social especial, está relacionada à situação de risco social ou grupal e refere-se a uma complexidade que envolve violação de direitos.

O psicólogo foi inserido no corpo técnico do CRAS com a perspectiva de intervir nos processos de sofrimento instalados na comunidade e conectar as necessidades dos sujeitos, com ações de desnaturalização da violação de direitos, desta forma, com diferentes metodologias e formas de intervenção espera-se dele que busque alianças e crie espaços de transformação, mobilizando redes de apoio às famílias e grupos comunitários.

Compõe a equipe do CRAS, além de um coordenador, o psicólogo e o assistente social, mesmo com uma proposta de trabalho interdisciplinar, espera-se que sejam definidas competências e atribuições individuais, com encargos distintos de tarefas, com vistas à construção de uma proposta ético-política e profissional que não fragmente o sujeito usuário, resta saber como identificar papéis e atribuições capazes de estabelecer os responsáveis pelas distintas tarefas.

O presente estudo está orientado pela perspectiva da psicologia sócio-histórica devido à ênfase que ela dá à politização da ciência e à função política da subjetividade e da afetividade, pois tenho me dedicado em pesquisar especificamente as ações concretas que os psicólogos vem desenvolvendo em projetos e programas de assistência e de atenção psicossocial, buscando propostas de intervenção e dimensionamento de competências

multidisciplinares capazes de favorecer uma terapêutica transformadora que legitime o psicólogo neste segmento.

Nosso interesse é pelo aprofundamento acerca do papel do psicólogo, pois acreditamos que a partir de seu campo de conhecimento, poderia engendrar uma ação efetiva em termos de transformação social, e guardada sua especificidade, pode promover competência ético-política, tendo capacidade de favorecer a participação dos sujeitos usuários da atenção básica, que não se reduziria a aspectos burocráticos e normativos.

Esta preocupação me acompanha desde minha dissertação de mestrado, na ocasião estudei um programa de atendimento vinculado ao Conselho Tutelar na Cidade de São Bernardo do Campo composto por equipe multidisciplinar de psicólogos e assistentes sociais que trabalhavam com famílias carentes.

A pesquisa permitiu configurar processos de sofrimento ético-político e dimensões da potência de ação nas famílias atendidas, o objetivo era partir da queixa dos envolvidos para delinear questões sociais que qualificam o sofrimento e buscar conhecer a forma como as pessoas foram afetadas pelas intervenções realizadas.

A partir do levantamento feito no campo empírico, buscou-se alguns elementos capazes de estabelecer padrões significativos que favorecessem a compreensão dos aspectos afetivos, relacionando qualidade do afeto, emoções do instante e sentimentos mais duradouros, antes e depois destas intervenções protagonizadas pelo programa, o que tornou-se possível graças a uma análise da base afetiva das falas, buscando captar o sentidos das palavras, não apenas o seu significado.

Dentre os resultados foi possível notar uma trama de relações que envolvem a subjetividade e a intersubjetividade, nos quais o sentido do risco possui várias configurações, pois se encontra interconectado às vivências cotidianas que permeiam tanto as relações intra-familiares, como as vinculações institucionais e as relações externas à família, explicitando uma tensão entre o público e o privado, com suas múltiplas determinações.

No âmbito das relações intra-familiares, notou-se uma ambigüidade entre o individualismo e a vinculação solidária, tornando o risco social crônico e

silenciado, sendo que a procura por ajuda institucional ocorre apenas em momentos de sofrimento agudo carregado de desespero e ressentimento, os quais se dão no apelo às relações externas à família, de forma inespecífica e sem critério, porém carregadas de desejos emancipatórios que buscam mudança e satisfação.

Esta pesquisa também demonstrou que para as situações de risco social cabe uma atenção psicossocial, que no entanto fica comprometida se aplicada isoladamente, sendo necessário, pois, agregar ações trans-setoriais, sendo que ao restringir-se a solicitações e problemas pontuais, os programas de assistência tendem a homogeneizar os carecimentos sem conseguir responder às necessidades configuradas na intimidade e no envolvimento público.

Outro ganho da pesquisa foi demonstrar o potencial relacional das famílias em situação de pobreza, e ao realçar suas necessidades e carecimentos humanos, evidenciou a necessidade de penetrar de forma potencializadora em seu sofrimento, com intervenções no grau de isolamento, por meio da promoção do entrosamento e dos vínculos solidários, também por meio de ações multidisciplinares e multidimensionais que ofereçam possibilidades de enfrentamento dos impasses nas relações cotidianas, quer seja nos planos intersubjetivos ou sociais, tendo como foco tanto aspectos cognitivos e afetivos, como as condições sociais e materiais.

A emoção e a afetividade demonstraram serem determinantes para trabalhar-se com a emancipação das pessoas, na medida em que é no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão e sofrimento, vividas como sentimentos e necessidades do eu mas gerados nas intersubjetividades que se delineiam nas relações sociais.

Foi partindo dos questionamentos gerados nas várias considerações até aqui elencadas, que notamos a necessidade de avançar o processo de pesquisa, pois tendo sido explicitadas as implicações afetivas e as possibilidades de emancipação, sublinhado no grau de sofrimento dos envolvidos, resta a partir de agora o aprofundamento dos trabalhos investigativos com vistas à identificação de estratégias que facilitem a participação dos sujeitos na defesa

de suas necessidades e o quanto a atenção psicossocial empreendida pelos profissionais da psicologia, tem colaborado para tanto.

Já que a pesquisa de mestrado mostrou-se suficiente no aprofundamento acerca das determinações que envolvem a população atendida e suas configurações de sofrimento, resta estabelecer uma leitura pormenorizada das implicações acerca do papel desempenhado pelos profissionais envolvidos na intervenção.

É necessário voltar nosso foco para as equipes técnicas que atuam em sistemas de proteção social tendo em vista a necessidade de buscar identificar meios de atuação dos psicólogos, bem como o quanto estão implicadas na participação social e a sua eficácia nesta tarefa de apreensão da realidade concreta das potencialidades de cada pessoa em situação de risco.

Ou seja, quais os condicionantes que estão ligados à busca por estratégias capazes de promover intervenções que favoreçam uma potência de ação no cotidiano, visando ação política coletiva.

Temos como base de apoio para esta investigação e para a análise crítica dos meios e possibilidades de potencialização das ações de proteção social, a vertente teórica da Psicologia Social crítica desenvolvido pelo NEXIN, o qual considera que a subjetividade e os afetos são fundamentais na ação política da participação, sendo ela abordada dialeticamente na individualidade/coletividade e subjetividade/objetividade, tendo inclusive avançado no desenvolvimento de indicadores, os quais nos servirão como referência:

- 1 – Afetividade: Entendida como mediação fundamental entre o homem e a sociedade e entre a objetividade e subjetividade, ao enfatizá-la estamos propondo uma concepção de homem implicado pelo outro e pelo que o rodeia, tendo como base as idéias de Espinosa e Vigotski, partimos da noção de que tanto a ética como a transformação social, estão relacionadas à capacidade de experimentar o mundo e de atuar sobre ele.

Desta concepção decorre o conceito de Sofrimento ético-político como qualificador da exclusão social, que ao ser gerado pelos carecimentos das desigualdades e por revelar a dimensão ética da vivência cotidiana das mesmas, expõe a negação imposta socialmente às possibilidades de apropriação material e de expressão da vida.

Afetividade e Cidadania estão imbricadas devido à capacidade de estabelecerem sentidos à potência das pessoas no cotidiano e como passagem do íntimo para o público.

- 2 - Participação social: Entendida como fenômeno estético, pois parte da noção de que são as relações sociais que definem a participação e introduz a idéia da potência de ação como qualificador da capacidade de afetar-se e ser afetado pelos outros, sendo participação adequada aquela que cria bons encontros e fortalece o sujeito na defesa de seus direitos, sua contraposição seria a potencia de padecer, na qual o sujeito vive como joguete dos acontecimentos, depositando nos outros o sentido da própria potência, sendo que o afeto é capaz de potencializar ou inibir a potência de ação.

Portanto legitima-se o psicólogo a partir de seu trabalho com a singularidade e a subjetividade, o problema é como não contrapô-las ao coletivo, em uma das pesquisas realizadas no NEXIN na qual se procurou situar a psicoterapia no contexto das desigualdades sociais, sob a ótica do enfrentamento do sofrimento ético-político dela derivada, Pizzolante (2007) chegou a um bom termo na discussão sobre ser possível ao psicólogo trabalhar nos consultórios e atuar dialeticamente a objetividade/subjetividade.

Ao atuar na singularidade, conseguiu demonstrar possibilidades para ajudar o sujeito elaborar questões sociais amplas, garantindo-lhes potência para mudarem a própria realidade e para fazer coisas em prol da própria vida.

Mas ficou a pergunta, uma vez instaurada esta transformação no cotidiano, como ter uma tarefa mais coletiva e sair do âmbito mais privado, com vista a engendrar uma participação protagonista no âmbito social.

Esta tese constatou que a intervenção psicológica voltada à superação do sofrimento ético-político gerado pela condição social no âmbito da vida privada, contém potencial de transformação na vida cotidiana e reforçou a importância dos afetos e das necessidades como direito dos envolvidos na potência de vida, mesmo que íntima.

Buscamos uma forma de transposição deste tipo de experiência clínica, ou seja, garantir a transposição de potência de ação da vida íntima também para o campo de proteção social diversificado e amplo que o serviço público pode oferecer, inserindo competência política e humanização na ação coletiva dos usuários.

Mais do que massificadoras, as ações no âmbito do CRAS revelam-se como possibilidade de ampliação do alcance de intervenção, vislumbrando-se atividades conjuntas e integrativas de ações suplementares, trabalhando questões básicas e institucionais.

Entendemos que a atenção psicossocial com este enfoque é o que propiciaria condições suficientes para gerar potencialização de vida, porém ela isolada não é suficiente, também deve promover o compromisso com vínculos sociais de inclusão, dando corpo a uma rede de resistência e proteção social, e é a partir destas possibilidades a serem atribuídas à especificidade de ações dos psicólogos que evidenciamos a necessidade de serem criadas estratégias de intervenção que integrem equipamentos públicos.

Trata-se de potencializar uma rede de proteção psicossocial, e isto envolve competências específicas na abordagem de questões relacionais e intersubjetivas, que precisam ser dimensionadas, por meio da identificação de demandas latentes, não ditas e encobertas no discurso de queixas formais e vinculadas à intimidade dos diversos carecimentos.

Em relação a estas demandas latentes estamos considerando as diversas negações impostas socialmente e o fortalecimento dos sujeitos na defesa de seus direitos a partir das mediações do afeto.

Para isso levamos em consideração não apenas a capacidade diagnóstica da psicologia clínica, mas adicionalmente uma proposta de análise do sofrimento ético-político, formulados a partir de categorias da psicologia social, uma vez

que ao expressar-se o usuário está relatando necessidades legítimas, as quais mesmo que alienadas, desvelam possibilidades de expansão dos sujeitos, sendo que uma análise pela via da afetividade pode revelar os sentidos implicados por meio dos motivos e da base afetivo-volitiva.

Caberia à atenção psicossocial aproximar-se da complexidade que envolve este conhecimento qualificado da demanda, que estamos reconhecendo ser um tipo de conhecimento que constitui enorme dificuldade de objetivação, primeiro por envolver definições diversas, desde o fato de situar-se no campo do que é verbalizado ou não verbalizado, e também por situar-se na diferenciação entre o que revelaria as reais necessidades em contraposição às imposições sociais, denotando aspectos ideológicos.

Com esta indagação teórica buscamos realçar o caráter investigativo do que seria esta interconstituição do público e do privado, pois uma pessoa não pode ser mobilizada a buscar inserção nas redes sociais psicossocial se em sua vida cotidiana os problemas se cronificarem e deixarem de ser superados.

Trata-se então de fortalecer as pessoas na vivência cotidiana familiar, vinculando suas experiências às relações comunitárias, constituindo uma rede de conexões, por nós entendida como vital para superar a alienação da condição social e para construir uma verdade política, tal qual a proposta por Martin Baró, que atribui ao psicólogo o papel de conscientização, vinculando o sujeito aos contextos sociais e políticos nos quais encontra-se inserido.

O que está em jogo nesta proposição para a intervenção psicossocial é a possibilidade de o sujeito compreender o que gera o sofrimento, e apoiá-lo na busca por soluções, facilitando uma saída para os impasses e carecimentos, interrompendo processos autodestrutivos por meio do resgate da potência de agir.

Esta abordagem pressupõe ater-nos às possibilidades de ampliação de intervenções cotidianas voltadas para a ação política em instituições e é neste sentido que cabe perguntar também sobre as possibilidades e especificidades da psicologia social, entendendo quais seriam suas contribuições para aperfeiçoar um processo terapêutico e transformador.

Isto se desdobra na necessidade de definirmos formas e estratégias de atuação voltadas ao que poderia ser denominado por estética potencializadora da participação social, cujos aspectos teórico-metodológicos além de levarem em consideração o desafio de superação da *Pobreza Política*, tal qual explorado por Pedro Demo e o papel de *Conscientização Social* que Martim Baró atribui ao psicólogo, também incorporam a necessidade um agir pela *Afetividade* como nos propõe Bader Sawaia.

Mesmo que entendamos esta inserção como um projeto profissional amplo e que reconheçamos as particularidades e singularidades determinadas a partir dos diversos segmentos que envolvem o campo da proteção social, salientamos que existem algumas indagações que não devem prescindir de contribuições da psicologia social, sobretudo aquelas que partem de questionamentos relacionados às competências técnicas que viabilizam a participação dos profissionais, as quais além de pertinência e eficácia, também guardem padrões éticos.

É a partir destas considerações que as esferas política e ética tornam-se relevantes, pois tom determinante quanto o acúmulo de conhecimento, é o acúmulo de poder por parte dos sujeitos institucionais envolvidos no processo de proteção social, a face material dos carecimentos é apenas meio, sendo que o fato relevante seria criar possibilidades de apoiar o pobre na tomada de consciência crítica de seus direitos.

Ao deparar com a falta deste tipo de oportunidade, Pedro Demo (1998) propõe o termo *pobreza política* que caracterizaria a condição de sujeitos manipulados por não saberem e serem coibidos de saber que sua condição é imposta socialmente, e sem condições de se fazerem sujeitos da própria história, necessitam de suporte para um processo de emancipação no qual aprendam a fazerem-se sujeitos da própria oportunidade, responsabilizando-se pelo próprio destino.

Em relação ao envolvimento do psicólogo, caberia o desafio de indignar-se diante da pobreza sem perder o rigor teórico-metodológico, habilitando-se de forma contínua, com formulações científicas potencializadoras, suficientes

para dar forças ao sujeito excluído, ao mesmo tempo, sem tirar a responsabilização do Estado.

Esta têm sido uma das preocupações centrais do Núcleo de Estudos da Dialética Exclusão/Inclusão da PUCSP (NEXIN), coordenado pela professora Bader B. Sawaia, uma das linhas de estudo que tem mobilizado seus pesquisadores é justamente uma busca pelos delineamentos e implicações da ação política do psicólogo em políticas públicas, neste enfoque as abordagens tem se voltado para a potencialização da participação social, privilegiando como categoria de análise e intervenção a afetividade.

Com este fim temos realizado várias pesquisas de avaliação, de intervenção e teóricas, sendo que o Nexin procura construir um referencial teórico e analítico sobre a dimensão psicossocial da dialética exclusão/inclusão e conseqüentemente da participação social neste contexto, buscando promover reflexões teóricas sobre a função política da subjetividade e da afetividade para pensar práticas de intervenção.

Nosso interesse é a ampliação de uma compreensão para as possibilidades de intervenção a serem incorporadas nas relações comunitárias e na vinculação dos técnicos e gestores, pois no caminho tortuoso que leva à emancipação e expansão do potencial humano, estão os qualificadores da participação, referenciados pela demanda de necessidades das pessoas e apoiados em uma rede de proteção relacional e de sociabilidade .

Para esta pesquisa tomamos como referência o território de algumas unidades e a forma como os profissionais abordam os vínculos de proteção comunitários e sócio familiar que se estabelecem no cotidiano de suas redes de sociabilidade, buscando identificar o lócus potencializador dos mesmos.

Consideramos que estas inserções que se dão a partir de articulações da proteção sócio-assistencial básica, referenciadas nos atendimentos realizados pelos psicólogos estarão legitimadas enquanto lugar de expansão do afeto, desde que efetivem o propósito de acolher a inter-subjetividade dos sujeitos envolvidos com os carecimentos sociais, cabendo estabelecer parâmetros de atuação fundados em uma práxis ético-política, que favoreça bons encontros, ancorada na busca pela alegria de existir.

Em outras palavras, para que se tornem lugares de potencialização os CRAS's precisam acolher e dar expressão aos afetos implicados, sendo que para penetrar neste universo torna-se necessário um estudo crítico que compreenda como a população está sendo afetada pela intervenção psicossocial, interpretando as intencionalidades técnicas, voltando-se para os sentidos que os profissionais atribuem a suas ações e contrastando-os com os sentidos de sujeitos usuários.

Cabe aprofundar-se nas estratégias de atuação em questões sociais, sendo que elegemos a participação dos sujeitos em políticas públicas e o caso mais recente de inserção profissional do psicólogo que são os CRAS's.

Nosso foco é a especificidade de atuação profissional dos mesmos tendo em vista ampliação da compreensão de possibilidades de intervenção a serem incorporadas nas relações comunitárias, pois acreditamos que os qualificadores da participação definem a emancipação e a expansão humana, estando referenciados tanto pela demanda de necessidades como apoiados em uma rede de proteção relacional e de sociabilidade.

Entendemos que a afetividade definida como capacidade de afetar-se e de ser afetado é base constituinte destas estratégias de atuação, pois permite qualificar a demanda por atenção psicológica de sujeitos em situação de risco e evita patologizar os problemas sociais.

Buscaremos, pois, dar continuidade ao caminho trilhado em pesquisas anteriores perseguindo propostas de atuação em políticas públicas, que aqui definimos como ações, programas, projetos, regulamentações, leis e normas que o Estado desenvolve para administrar de maneira mais equitativa os diferentes interesses sociais, com estratégias que não abstraiam os sujeitos dos contextos sociais e políticos nos quais estão inseridos, combatendo o individualismo e a patologização do comportamento anormal, tendo como ponto de partida as relações dialéticas entre pessoas e comunidade.

1.2 Considerações acerca da formulação dos Objetivos

Tendo as especificidades da função do psicólogo nos CRAS's como um importante marco referencial de atuação dos psicólogos em políticas públicas e considerando que a atenção psicossocial pode viabilizar lugares de expansão dos sujeitos e de conscientização da cidadania, desde que acolham carecimentos intersubjetivos, o que significa não apenas identificar as demandas íntimas e coletivas, mas também potencializar o caráter relacional dos agentes institucionais; queremos demonstrar que todas as ações de assistência social assentadas nas relações de sociabilidades têm ampliado seu alcance e sua eficácia quando consideram estes dois níveis de intervenção (identificação das demandas e potencialização das relações), sendo este o sentido que atribuímos à proteção psicossocial, o que aliás reafirma a importância da subjetividade e a necessidade de abordarmos o sofrimento ético-político na potencialização dos indivíduos e na transformação da vida, seja em caráter íntimo ou privado.

Cabe a partir desta etapa, analisar casos exemplares e aproximar-se de ações desenvolvidas por psicólogos buscando verificar ações psicossociais neste âmbito da assistência, pois acreditamos que o campo, por estar ao mesmo tempo equidistante e ligado afetivamente, tanto à família como à comunidade, além de contar com a mediação do Estado; favorece o surgimento de lugares de potencialização e emancipação humana.

O que se daria a depender do alcance de intervenções psicossociais que aliem contingências públicas e íntimas, e tornem-se suficientes para ir além de mediar os conflitos e carecimentos.

Cabe, portanto, analisar criticamente os sentidos do encontro produzidos entre profissionais da psicologia e a população atendida nos CRAS's a partir da atenção psicossocial e formular estratégias de atuação voltadas para uma estética potencializadora da participação social.

1.3 Objetivo Geral

Analisar os sentidos implicados no processo de inclusão desencadeados pela atenção psicossocial entrelaçando os aspectos afetivos, ideológicos, intersubjetivos e das significações sociais, com as idéias, linguagens e ações, ligadas aos sujeitos que vivenciam e interagem com o cotidiano de um CRAS.

1.3.1 Objetivos específicos

1 –Conhecer as atividades de atenção básica do CRAS, identificando seus objetivos e formas de ação, bem como o papel dos psicólogos nelas,para que se possa entender as teses que subsidiam suas intervenções no âmbito cotidiano das unidades de assistência.

2–Identificar dentro da processualidade dos atendimentos, eventuais mudanças no âmbito da vida dos usuários por meio de análise dos relatos.

3 – Analisar os sentidos que configuram a relação entre os psicólogos e os usuários de serviços de proteção social entendendo-os como reveladores de formas de potencialização.

.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O foco de análise são os sentidos produzidos no jogo das relações, portanto destacam-se os aspectos ideológicos, intersubjetivos e das significações sociais, tendo em vista mediações afetivas e suas determinações, sobretudo ao considerarmos a atenção psicossocial como lugar de calor e acolhimento.

Nosso sistema de análise aborda implicações sociais e individuais, entendendo-as de forma interconstituída, o que é garantido pelo nosso princípio metodológico da dialética sentido/significado, sendo o significado abordado como códigos formalizados socialmente e que não possuem variação de entendimento, enquanto os sentidos representam a forma como os indivíduos vão se apropriando destes significados sociais em suas experiências cotidianas de encontros sociais.

Com esta proposta estamos considerando os sentidos segundo Vigostsky que os considera envolvidos por implicações afetivo-volitivas, e de acordo com sua proposta metodológica, cabe ir além das relações de significados atribuídos socialmente e que tem sido registrado e objetivamente comunicado, por meio de uma interpretação dos elementos que envolvem o singular e individual, os quais denotam a forma do indivíduo afetar-se e elaborar as questões psicossociais.

Pretendemos demonstrar que a atenção psicossocial pode legitimar-se no âmbito do CRASs enquanto lugar de expansão humana, para tanto acreditamos que o psicólogo deve acolher e trabalhar a subjetividade dos sujeitos envolvidos, e partimos do que corresponderia a uma práxis ético-política que vem sendo desenvolvida pelo NEXIN, voltada para os bons encontros e para a alegria de existir.

Esta práxis procura valorizar a dimensão estética da participação e tem a importância de desvelar e superar finalidades utilitaristas “ Não se pode pensar a autonomia e a emancipação social sem a idéia de sujeito da estética, da imaginação e da experiência afetiva ” (Sawaia,2006) , pois a experiência estética pode ser capaz de mudar o pensamento e a sensibilidade.

Em nosso processo investigativo buscamos proceder uma análise da documentação dos atendimentos, nosso ponto de partida foi buscar uma descrição sobre o que é o CRAS e quais as tarefas que cada um desempenha, verificando o que a instituição define para o papel do psicólogo e a expectativa da população atendida.

Em um segundo momento buscamos analisar os sentidos implicados por meio de abordagens com psicólogos e usuários, nas quais abordamos tópicos distintos:

I – Psicólogos:

- Obstáculos que envolvem a ação dos psicólogos
- Formas de entendimento sobre a subjetividade/objetividade
- Formas de atuação voltadas para a participação social
- Abordagens de relacionamentos e aspectos afetivos

II – Usuários:

- Elementos que favorecem o entendimento da participação
- As formas com que a participação no CRAS tem afetado a população
- Expectativa da população em relação ao CRAS
- Resultados obtidos em atendimentos do CRAS
- Mudanças em suas vidas cotidianas e projetos de futuro
- Mudanças no convívio familiar e comunitário

Em uma terceira via de abordagem, procuramos eleger uma situação emblemática capaz de esclarecer a especificidade das abordagens desenvolvidas pelos psicólogos que atuam no CRAS.

Tendo como referência todas as situações protagonizadas por um sujeito atendido por psicólogos no CRAS e suas possibilidades de abordagem, buscamos explorar toda a diversidade teórico-metodológica visando não apenas favorecer uma explicação/compreensão do processo, mas também, entender meios e condições para procedimentos de intervenção, tendo em vista a identificação das demandas e seus meios potencializadores de transformação.

O ponto de partida foi uma ponderação sobre a abordagem de psicólogos com estes sujeitos, e o que se pretendeu foi buscar compreendê-la enquanto modelo e possibilidade de referência para atuação, neste sentido foi enfatizado uma forma de olhar que circunscreve um acontecimento e busca um significado amplo voltado para o contexto social.

Nossa análise pretendeu reunir elementos propositivos, identificando possibilidades de eficácia para a intervenção do psicólogo nos CRAS's, abstraindo conteúdos significativos que respaldavam algumas intervenções de atenção psicossocial, sobretudo aquelas voltadas para um entendimento diagnóstico que levava em consideração não apenas os motivos sociais dos sujeitos, mas os interesses, necessidade e afetos implicados nas relações que se estabelecem nas redes de sociabilidade.

Capítulo 2

2.1 UMA ABORDAGEM DOS PRIMEIROS ANOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

A PROTEÇÃO SOCIAL E A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS EM UNIDADES DO CRAS

O presente capítulo apresenta os estudos que realizamos acerca da inserção profissional dos psicólogos na Assistência Social tendo como referência situações concretas e relato de alguns psicólogos e usuários envolvidos no processo de atenção básica por meio de informações sobre a implantação do SUAS e de unidades de CRASs no município de São Bernardo do Campo.

Iniciaremos nossa abordagem com informações colhidas sobre a contextualização histórica deste campo institucional tendo em vista não apenas dimensionar contribuições da psicologia para a Assistência Social, mas também tornar compreensíveis situações cotidianas vivenciadas em intervenções psicossociais realizadas no seguimento.

Em relação ao campo institucional, foi a partir da Constituição Federal brasileira de 1988, que as políticas sociais, em seus diferentes setores receberam renovada expectativa de reordenamento, tendo sua regulamentação instituída em diversos textos legais (LOAS, ECA, LOS, LDB, dentre outros) o que no âmbito da prestação de serviços favoreceu redefinições e inovou campos de atuação para diversos profissionais.

Como os demais gestores e técnicos que vivem a expectativa de superar processos que acirram tensões e criam lugares de exclusão, algumas ramificações profissionais da psicologia têm buscado uma inserção qualificada ao sistema de proteção social, ao ponto de acumularem experiências satisfatórias, com destaque para áreas como saúde mental e educação inclusiva, campos de atuação em que profissionais conseguiram especialização e demonstram ter um projeto delineado, sem contar que a

sociedade também tem sinalizado com algumas expectativas acerca de suas contribuições¹.

Sobre a questão profissional de atuação a partir do compromisso social, Yamamoto,(2006),demonstra tratar-se de debate sempre presente e com diversas nuances, desde o início das discussões acerca da regulamentação profissão do psicólogo, lembra estudos de Sylvia Leser Mello, publicado no início da década de setenta do século vinte, já com uma crítica contundente aos rumos trilhados, concluindo a mesma que deveriam os profissionais já naquela época, valerem-se da profissão e da própria natureza de seu conhecimento para serem “muito mais do que uma atividade de luxo”.

Informa este autor que nesse mesmo período, Sílvio Paulo Botomé, cruzava dados de atuação dos psicólogos e concluía que , apenas 15% da população brasileira tinha acesso aos serviços profissionais do psicólogo e indagava até com uma dose de ironia sobre as demais pessoas, que não necessitariam desse serviço, outro estudo que reforça a preocupação com o elitismo nos primórdios de regulamentação da profissão e que o autor também aponta é o de, Regina Helena Campos, que em 1983 ao discutir a “função social do psicólogo”, vislumbrava na ocasião as contingências do mercado de trabalho com eminente falência do modelo de profissional liberal até então trilhado , o qual poderia vir a se constituir em uma significativa mudança da profissão no Brasil, “empurrando” o psicólogo para as classes menos favorecidas.

O foco destas críticas era a chamada atividade clínica associada ao modelo subjacente de profissional liberal, moldado à luz das profissões médicas, que em meados dos anos oitenta, mesmo ao sabor das contingências históricas, devido saturação de mercado e ordem político institucional que proporcionou início de debate acerca da cidadania, tornou possível uma aproximação das classes menos favorecidas.

Tais fatos ampliaram a abrangência por meio da inserção em políticas públicas de práticas socialmente legitimadas que foram legalmente sendo instituídas, como em situações que envolviam a crítica a modelos excludentes de

¹ Vide contribuições em Relatório do I Seminário Nacional de Psicologia e políticas públicas. SãoPaulo, Casa do Psicólogo,2001.

educação e participação na luta anti manicomial, ou mesmo de legitimação da psicologia comunitária.

Sobre a presença da psicologia nessas políticas públicas de garantia dos direitos sociais, Gonçalves (2003), em uma pesquisa sobre políticas públicas e subjetividade, critica a falta de clareza nas concepções de sujeito presentes nas noções de direito social e políticas de proteção.

A pesquisadora nota também que o psicólogo sempre participou de forma indireta, com sua prática profissional à margem da atuação no setor público, isto em grande parte devido a convicções produzidas pela própria psicologia, sendo que a mais arraigada é a de que seu saber científico é neutro e passível de ser utilizado em qualquer situação e lugar, ou seja, em quaisquer instituições e situações grupais.

Desta forma demonstra que o psicólogo procurou inserir-se como um técnico especialista cujos conhecimentos ajudariam e orientariam os demais profissionais, e a psicologia foi colocando-se como auxiliar de outras áreas, emitindo laudos e diagnóstico, sem participar diretamente de ações para atendimento aos indivíduos, as intervenções quando ocorriam, eram focadas a partir dos moldes caracterizados pela prática tradicional de atendimento clínico individual, sem produzir procedimento ou conhecimento para intervenções específicas da área social, aplicando conhecimentos já existentes e tidos como universais e naturalizantes dos fenômenos humanos.

Trata-se de uma concepção histórica que demonstra sua adequação ao processo de industrialização do Brasil, com seu desenvolvimento como ciência autônoma e com inserção em práticas sociais que a colocou como instrumento a serviço do controle social e da adaptação das pessoas ao contexto capitalista (Antunes, 1999).

A partir destas experiências históricas iniciais da psicologia ligadas à saúde, educação e mundo do trabalho, sua presença no campo social foi moldando-se progressivamente a uma crítica capaz de compreender a sociedade brasileira e suas desigualdades em conflitos de interesses,.

Sendo possível a partir de então viabilizar intervenções profissionais nas questões sociais, que a partir da nova Constituição Federal foram

massivamente transformadas em políticas públicas com mediação estatal, o que por sua vez tem levantado a premência da discussão acerca das especificidades de atuação .

Na atual fase de transição para o século vinte e um agudizam-se os elementos conjunturais, já anunciados nos primórdios da discussão sobre a profissão, ligados ao elitismo e ao campo de atuação, culminando com um esgotamento do tipo de atividade clínico associado ao modelo liberal, havendo a necessidade de pensar estrategicamente o futuro da profissão (Gonçalves,2003), popularizando a psicologia a partir da atuação no setor público.

No caso de atuação dos psicólogos no seguimento da Assistência Social, a trajetória da proteção social vem demonstrando as mesmas peculiaridades, sendo que ainda faltam delineamentos capazes de esclarecer e qualificar as possibilidades de sua atuação.

Mesmo reconhecendo aspectos inovadores e o grande avanço que representa a inserção dos psicólogo no setor,vários de seus procedimentos e modelos de intervenção ainda encontram-se no momento de viabilizar questões técnicas e operacionais,uma vez que não apenas ele mas também os demais profissionais ligados à esta política estão às voltas com a implementação de seu sistema único de gestão federal.

Para podermos explorar esta questão de inserção profissional no Sistema Único de Assistência Social, torna-se necessário apresentá-lo em seu panorama histórico, fruto de uma agenda democrática construída nestas ultimas décadas.

A assistência social como campo de ação governamental registrou no Brasil duas ações inaugurais, em 1937 com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS); e, na década de 40, a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que embora representem uma evolução, acirram o caráter assistencialista das intervenções. Mesmo a partir de 1977 quando foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, as ações sempre estiveram marcadas por uma benemerência dotada de discurso lógico e racional baseado na filantropia e com centralidade e exclusividade da ação federal.

Somente em 1988 com a promulgação da Constituição o seguimento foi reconhecido como dever de Estado no campo da desigualdade social e não uma política isolada e complementar à previdência, no entanto continuou-se a deparar com descontinuidade de intervenções, pois já em 1989 foi criado o Ministério do Bem Estar Social que fortaleceu o modelo simbolizado pela LBA, sem alterar o paradigma vigente, tendo inclusive o Congresso Federal chegado a vetar a primeira versão da Lei Orgânica de Assistência Social.

O processo de construção da gestão pública e participativa da assistência social através de conselhos deliberativos e paritários nas esferas federal, estadual e municipal teve início somente em 1993 com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ato possível a partir de negociações de movimento nacional envolvendo gestores municipais, estaduais e organizações não governamentais com o Governo federal e representantes no Congresso.

A ampliação do âmbito de competência dos governos Federal, municipais e estaduais tendo como conceito um sistema descentralizado e participativo, que institui a exigência de Conselho, Fundo e Plano Municipal de Assistência Social para que os municípios pudessem receber recursos federais tornou-se realidade em 1997 e já no ano seguinte com uma nova norma operacional básica foi possível diferenciar serviços, programas e projetos; bem como ampliar as atribuições dos Conselhos de Assistência Social criando os espaços de negociação e pactuação com Comissões Intergestoras, Bipartite e Tripartite, que a partir de então reúnem representações municipais, estaduais e federais de assistência social.

2.2 OS PRIMEIROS ANOS DO SISTEMA ÚNICO de ASSISTÊNCIA SOCIAL

É importante retomar que com a LOAS, teve início um processo de construção da gestão pública e participativa da assistência social, que passou a operar sob a estrutura de uma política pública de Estado, a partir dela a assistência social ganhou um conjunto de normas que possibilitam a universalização do atendimento.

Trata-se de um resgate das propostas de emancipação, pois após uma década de implantação da LOAS, o que havia se verificado era uma descaracterização dos direitos, reduzidos à esfera do voluntarismo e deslocados para o atendimento a cargo da sociedade, sem que se conseguisse implementar um processo de universalização de direitos.

O que está em jogo no atual momento histórico é a tentativa de resgate do papel de proteção social, tendo em vista seu potencial de favorecer a superação das desigualdades brasileiras, seu aparato de Conferências, Conselhos, Fundos e Planos, tem demonstrado capacidade para organizar-se como sistema capaz de criar condições objetivas de enfrentamento da pobreza e da exclusão social.

Um resultado mais destacado desses esforços em promover a participação e a articulação que relaciona-se ao advento das redes de proteção socioassistenciais, as quais foram se ampliando e adquirindo destaque ao serem formadas em articulação com os serviços e os processos de inclusão.

Atualmente, elas estão vinculadas aos benefícios estipulados pelas políticas públicas de assistência e, embora tenham prosperado na perspectiva da distribuição monetária, também têm procurado incorporar alguns serviços de proteção que ampliam os vínculos sócio-comunitários, tais como plantão social e ajuda psicossocial (Acosta, Vitale e Carvalho, 2003).

Outro elo que uniu e passou a qualificar as relações engendradas nas tramas vinculares das pessoas em situação de risco, foi o fato de ao implementarem algumas ações previstas nos planos de assistência social, os programas

passaram gradativamente a eleger a instituição familiar como a co-responsável pela gestão de recursos, articulando-se várias intervenções na possibilidade desse grupo ser a instância de fortalecimento e transformação dos vínculos e relações sociais (Martins, 2003).

O cenário que surge, a partir de então, envolve uma supervalorização de alguns grupos de vulnerabilidade e uma grande ênfase na situação de risco, mesmo aberto a possibilidades de transformação na partilha de responsabilizações e na diversificação da atenção à proteção social, a assistência foi comprometida pela falta de estrutura e de financiamento, o que por sua vez gerou ações fragmentadas e desarticuladas em termos de estratégia de enfrentamento à pobreza e de redistribuição de renda, com frágil cobertura e baixo impacto social, desconsiderando o recorte territorial e a capacidade organizativa de alguns seguimentos sociais. (Martins, 2003).

No entanto, outros fatos precisam ser ressaltados, principalmente o de que essas redes de proteção, mesmo que apoiadas e dependentes da estrutura político administrativa, não comprometeram a participação popular e a articulação da sociedade civil, as quais passaram ao menos a ter condições de se tornarem mais efetivas, tendo colaborado para isso o advento das conferências, que tem favorecido espaço legítimo de representatividade.

Essas conferências de assistência procuram responsabilizar-se pela elaboração dos planos de ação, os quais operacionalizam uma assistência social especificada em conformidade com a realidade local de cada município. Elas são previstas na LOAS e têm procurado garantir por meio de delegação, a participação da base representativa dos seguimentos sociais nas várias instâncias, desde o poder local, até envolverem os processos decisórios nos níveis Estadual e Federal.

Sobre essa possibilidade de participação e articulação popular, destacamos a importância da Conferência Nacional de Assistência Social, pois é convocada periodicamente e, além de planejar as ações, trata-se da instância máxima de deliberação na área, pois é ela quem avalia e propõe diretrizes para o aperfeiçoamento das políticas de proteção social. A participação de seus

delegados é legitimada a partir da participação dos mesmos nas conferências locais.

Algumas deliberações de sua quarta edição, que foi realizada entre os dias sete e dez de dezembro de 2003, em Brasília-DF, são muito importantes, pois apontam alguns marcos decisórios significativos acerca das políticas de proteção social, sobretudo para os indicadores de sua eficácia como um todo.

O primeiro foi a partir da comemoração dos dez anos de promulgação da LOAS, na qual os delegados reafirmaram as diretrizes dessa lei e enaltecem a capacidade de controle social e de descentralização vivenciados no cotidiano de suas intervenções (Martins, 2003), sem deixar de identificar e criticar as limitações administrativas que resultaram nas poucas e focalizadas ações, resultante das já citadas falta de financiamento e de estrutura da assistência, e concluíram que a partir do atual momento histórico será necessário resgatar o papel da assistência social, tendo em vista a perspectiva e o potencial de a mesma vir ajudar a superar as desigualdades brasileiras.

O outro episódio, resultado dessa primeira análise crítica, foi o lançamento das bases conceituais e políticas para um novo modelo que, ao valer-se da base organizativa das redes de proteção socioassistenciais conquistada nesses últimos dez anos, pretende estruturar um sistema articulado de serviços, de natureza continuada, que possa hierarquizar as redes de proteção social por níveis de complexidade e territorialidade.

Estamos nos referindo a uma rede que tem como base a localidade e articula serviços públicos e privados, voltados a colaborar com a inclusão social, os quais se ocupam do atendimento, do encaminhamento e do acompanhamento das famílias e indivíduos em situação vulnerável de destituição.

Esse sistema foi nomeado durante a conferência de “Sistema único de assistência social” (SUAS) e está baseado no acúmulo e na assimilação de procedimentos técnicos e operacionais protagonizados até o momento pela área, os quais necessitam ser unificados na prestação de serviços socioassistenciais.

Além de contemplar a participação popular e a territorialização, um terceiro eixo foi considerado para definir o SUAS. Trata-se da família, que foi considerada como matriz estruturante do sistema.

Por meio do PAIF (Programa de Assistência Integrada à Família), o governo federal propõe uma operacionalização para esse Sistema Único de Assistência, sendo que o programa estabelece o credenciamento dos municípios e financia dois eixos estruturantes: o primeiro, com a instalação de Centros de Referência de Assistência Social, e o segundo, com a potencialização da rede de serviços socioassistenciais básicos locais.

Conforme dados do manual para credenciamento dos municípios², nota-se que o programa passa a considerar necessidades reais e específicas e valorizar as potencialidades locais, além de descentralizar e ampliar toda a rede de assistência, tendo como recorte o território local enquanto espaço privilegiado para organização do aparato de intervenção.

O processo de construção do SUAS é fruto destes avanços discutidos pelas conferências e começou a concretizar-se em 2004 com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), teve início com a suspensão da exigência da Certidão Negativa de Débitos, que impedia o MDS de repassar cerca de R\$ 25 milhões por mês para os municípios, e com a edição da Política Nacional de Assistência Social, sendo que a partir de agosto de 2005 o Sistema Único virou realidade, tendo sido aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, após ser debatido em seminários estaduais e municipais.

É sempre importante retomar que a regulamentação da LOAS foi determinante na busca de superação do assistencialismo pois instituiu benefícios e estabeleceu competências e, acima de tudo, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que constitui-se na mudança de maior impacto na história da Assistência Social brasileira.

O desafio atual é criar meios para implantá-lo, e isto tem sido feito a partir de uma reorganização dos atendimentos na área a partir do poder local, neste

² para a celebração de convênios/2004 do PAIF – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

sentido vários são os esforços na orientação dos investimentos estratégicos para subsidiar os mecanismos de regulação da qualidade dos serviços, partilha e repasses de recursos.

É necessário retomar que o Sistema Único tornou-se possível após a Constituição Federal garantir a política de assistência no sistema de proteção social do país, tornando-a parte da Seguridade, com a mesma relevância que a saúde pública e a previdência social, sendo que a regulamentação por meio da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, ajudou a distinguir os direitos universais aos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais.

Sua cobertura não contributiva visa eliminar fragilidades , com desenvolvimento de potencialidades e conquista de autonomia, o que implica novas ações de responsabilizações para o Estado, instituindo a viabilidade de um sistema de fato participativo e descentralizado, que procura privilegiar tanto os aspectos participativos dos indivíduos, como a articulação da sociedade civil, visando responsabilidade estatal, superação do assistencialismo e ampliação do protagonismo dos usuários nos diversos serviços, tornando relevante a abordagem ético política e a partir daí uma contribuição mais efetiva da psicologia.

Após vários desdobramentos do embate entre concepções e modelos de gestão governamental que se desenrolaram em um contexto de contradições e resistências, com este pressuposto legal do SUAS já é possível notar uma renovada tentativa de superação também do clientelismo, assinalado pelas diferentes medidas, da agenda neoliberal que tem se confirmado nas diversas políticas sociais nestes últimos anos, que mesmo sob as determinações da LOAS, deram lugar a processos articulados de precarização de serviços que, deteriorados e sem financiamento, vinham articulando-se a uma terceirização voltada para a transferência de responsabilidade dos serviços de proteção.

Isto se deu na medida que questões sociais foram transformadas em mercadoria e oferecidas ao mercado ou por outra via, filantropizando a questão, ambas tem como resultado a minimização da ação governamental em função de uma suposta impossibilidade em relação à efetividade da LOAS, que em 07 de dezembro de 2007 completou 14 anos de promulgação.

Tendo em vista a implementação de uma rede de proteção sócio-assistencial torna-se relevante voltar-se para aspectos reveladores acerca destas contingências, pois acreditamos que interferem na integração das várias iniciativas de proteção .

Dentre vários esforços neste sentido chamou-nos a atenção a Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas Sem Fins Lucrativos (PEAS), levantamento realizado em 2007 que traça um perfil detalhado destas instituições e apresenta uma série de informações sobre a qualificação profissional, fontes de financiamento, tipo de atendimento ofertado e a infraestrutura disponível para a realização do trabalho.

Realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a pesquisa contribui com várias informações sobre qualificações do universo que regula e garante a efetividade da ação social pública ou privada, revelando até que ponto devem ir nossa preocupação com a transferência de responsabilidades por parte do Estado e com a precarização dos serviços.

A principal questão é a fragmentação, pois a maioria dos atendimentos prestados pelas entidades de assistência social privadas estão direcionados aos jovens de 15 a 24 anos, com a marca de 51,7 % das entidades, o que mesmo com ações voltadas a este tipo de público visando socialização, cuidados com a família e desenvolvimento sócio-educacional constitui um desequilíbrio em relação às demais faixas etárias da população em situação vulnerável, principalmente idosos e criança de até seis anos de idade.

Quanto aos recursos, do total de entidades brasileiras, 56% recebem algum recurso dos governos municipais, estaduais ou Federal, em relação à principal origem das verbas, é a iniciativa privada que atende a maior parte (59,5%) destas organizações que prestam serviços socioassistenciais, sendo o setor público responsável pela principal fonte de recursos em 32,6% das instituições.

Do conjunto das entidades que recebem recursos de um ou mais nível de governo, 84,9% obtêm verbas das prefeituras; 40,5% do governo federal e 39,5% dos Estados. O total fica acima de 100% porque uma mesma instituição pode ter acesso a verbas de diferentes esferas públicas. Além disso, do total das instituições, 92% têm na iniciativa privada alguma forma secundária de financiamento.

A questão territorial, aponta para a concentração regional das entidades com 51,8% na região Sudeste, sendo que 29,6% localizam-se em São Paulo, o que pode estar relacionada à densidade populacional e não constitui propriamente um desequilíbrio, mas o fato de 69,9% atuarem na esfera municipal e 15,4% terem abrangência nacional reforça aspectos da proteção social relacionados ao grau diverso de complexidade cabendo vários recortes para as demandas e necessidades protetivas, devendo os municípios serem instrumentalizados para orientarem políticas de acordo com as necessidades de sua região.

Quanto aos recursos humanos e ocupação profissional, 53,4% trabalham de forma voluntária e dentre aqueles com vínculos empregatícios, os psicólogos tem uma participação de certa forma destacada em relação a alguns profissionais, pois com 12,02%, está atrás dos pedagogos (44,1%), médicos (14,9%) e assistentes sociais (12,6%), mas à frente de outros que surgiram em menor quantidade, como enfermeiros, terapeutas ocupacionais, advogados, sociólogos e jornalista.

Na nova política de proteção engendrada pelo Sistema Único de Assistência Social, o papel central de efetivação da política social é do estado, a presença das entidades nos serviços sócio-assistenciais, tem a importância de apoio, mas devem atender aos princípios da política nacional de assistência social, não pode ser espontâneo, e simplesmente expandir sem planejamento, como os dados da pesquisa evidenciam.

O modelo do SUAS se caracteriza pela descentralização político-institucional, mas também pela gestão e planejamento de forma conjunta. Desde sua entrada em vigor, o co-financiamento dos serviços socioassistenciais é decidido a partir de critérios técnicos, utilizando-se indicadores claros, como a taxa de pobreza do município e o índice populacional.

Em termos de planejamento e execução das políticas sociais, é o gestor local quem poderá definir os grupos e segmentos vulneráveis em seu território, bem como as necessidades da sua rede socioassistencial básica local, tendo a possibilidade de aplicar os recursos previstos segundo suas necessidades.

Ao prever a implantação descentralizada de unidades de CRAS – Centros de Referência de Assistência Social, com equipe formada por psicólogos e assistentes sociais, propõe-se o território como base e o binômio família-comunidade como núcleos para a atenção básica, cabendo aos governos municipais brasileiros a implementação de uma rede de serviços sócio assistenciais voltada para atenção básica em cada uma de suas regiões, com unidades de atendimento referenciado, focando a população ligada ao seu entorno, identificando demanda de atenção básica e buscando evitar que os problemas se agravem, o foco incorpora a atuação no nível subjetivo dos carecimentos pois considera que seu acirramento levaria os sujeitos envolvidos submeterem-se a situação de risco extremo.

O simples fato de adotar medidas preventivas, já torna o advento destas unidades bem peculiar e passível de aprofundamento nas implicações subjetivas e na compreensão da capacidade de cumprirem com a finalidade de transformação, no entanto, do ponto de vistas de uma atenção psicossocial, queremos evidenciar os sentidos ligados a implementação da rede de serviços sócio assistenciais, desde a forma como são concebidas e articuladas, até os mecanismos de referenciamento, pois em nosso análise pretendemos destacar os meios que qualificam a participação dos sujeitos e as contribuições da psicologia.

A política de assistência social está fundamentada como parte da seguridade social, estando alinhada com a saúde e a previdência social, envolve portanto, direito de cidadania, sendo que para viabilizá-la tem sido empreendido um redesenho no papel e na organização dos serviços ofertados pelo Estado, transferindo competências e ações para territórios próximos da população e de suas necessidades, com implantação gradativa de programas voltados para cuidados básicos ou especiais, implicados pela dignidade humana, em

contraponto à gestão da pobreza caracterizada por abordagens tradicionalmente assistencialistas que a tem perpetuado .

O plano de assistência social embora envolva universalidade de direitos, ao passar por este dimensionamento, exige que sua implementação esteja a cargo do poder local cabendo aos municípios apropriarem-se dos níveis de vulnerabilidade de sua população.

O CRAS deve contar com uma equipe mínima para a execução dos serviços e ações nele ofertados., se houver ofertas diretas de outros serviços, programas, projetos e benefícios é necessário ampliar a quantidade de profissionais, as equipes de referência devem contar sempre com um coordenador, cujo perfil é: técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios sócio assistenciais.

As equipes de referência são aquelas formadas por responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e Especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e aquisições que devem ser garantidas aos usuários, de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/ SUAS, fazem parte das funções dos profissionais que formam a equipe técnica:

I – Desde a recepção e acolhimento de famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social; até a oferta de procedimentos profissionais em defesa dos direitos humanos e sociais e daqueles relacionados às demandas de proteção social de Assistência Social;

II - Vigilância social: produção e sistematização de informações que possibilitem a construção de indicadores e de índices territorializados das situações de vulnerabilidades e riscos que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos de vida. Conhecimento das famílias referenciadas e as beneficiárias do BPC (Benefício de Prestação Continuada) e do Programa Bolsa Família;

III - Acompanhamento familiar: em grupos de convivência, serviço socioeducativo para famílias ou seus representantes; dos beneficiários do

Bolsa Família, em especial das famílias que não estejam cumprindo as condicionalidades; das famílias com beneficiários do BPC;

IV - Proteção pró-ativa por meio de visitas às famílias que estejam em situações de maior vulnerabilidade (como, por exemplo, as famílias que não estão cumprindo as condicionalidades do PBF), ou risco; bem como , encaminhamento para avaliação e inserção dos potenciais beneficiários do PBF no Cadastro Único e do BPC, na avaliação social e do INSS; das famílias e indivíduos para a aquisição dos documentos civis fundamentais para o exercício da cidadania; encaminhamento (com acompanhamento) da população referenciada no território do CRAS para serviços de Proteção Básica e de Proteção Social Especial, quando for o caso;

V - Produção e divulgação de informações de modo a oferecer referências para as famílias e indivíduos sobre os programas, projetos e serviços socioassistenciais do SUAS, sobre o Bolsa Família e o BPC, sobre os órgãos de defesa de direitos e demais serviços públicos de âmbito local, municipal, do Distrito Federal, regional, da área metropolitana e ou da micro-região do estado; e apoio nas avaliações de revisão dos cadastros do Programa Bolsa Família, BPC e demais benefícios.

De acordo com o Guia de Orientações Técnicas para a implantação do Centro de Referência de Assistência Social, os profissionais do CRAS, além dos conhecimentos teóricos, devem ser aptos para: executar procedimentos profissionais para escuta qualificada individual ou em grupo, identificando as necessidades e ofertando orientações a indivíduos e famílias, fundamentados em pressupostos teórico-metodológicos, ético-políticos e legais; articular serviços e recursos para atendimento, encaminhamento e acompanhamento das famílias e indivíduos; trabalhar em equipe; produzir relatórios e documentos necessários ao serviço e demais instrumentos técnico-operativos; realizar monitoramento e avaliação do serviço; desenvolver atividades socioeducativas de apoio, acolhida, reflexão e participação que visem o fortalecimento familiar e a convivência comunitária.

Este mesmo guia também fornece várias diretrizes para a abordagem da população atendida no CRAS, cuja porta de entrada ocorre com o acolhimento

da queixa, sendo que o acompanhamento deverá estar a cargo de um técnico de referência que poderá ser um psicólogo ou assistente social, o mesmo é responsável por preparar a estratégia de abordagem nos atendimentos sob sua responsabilidade, articulando recursos necessários e buscando apoio de profissionais da rede socioassistencial, a fim de sensibilizar e desenvolver autonomia, com entrevistas, encaminhamentos, acompanhamentos e visitas.

O acolhimento é estratégia fundamental para a criação e o fortalecimento de vínculos, pois o objetivo é fazer do CRAS uma referência na busca de apoio e acesso a serviços, o mesmo está baseado em três fundamentos:

- Entrevista, que trata-se de atenção sistematizada que procura conhecer as condições, orientar e criar possibilidades de compreensão e ação diante de potencialidades.

- Visita domiciliar, a mesma atenção sistematizada, só que prestada na unidade domiciliar, trata-se de recurso importante para estimular e mobilizar para a participação, além de favorecer o acompanhamento dos encaminhamentos realizados, deve desenvolver-se a partir de um foco previamente definido e pautar-se pelo respeito a privacidade.

- Grupos, que contribui para a circulação de informações, escuta e orientações mais apuradas e que promovem reflexão sobre as relações e desenvolvem capacidade de mobilização, pode tomar diferentes formas e ser dirigido a diferentes objetivos, porém o seu contexto sócio-institucional é fundamental, além do mais, os grupos se diferenciam a partir da maneira de articularem as dimensões da informação (sócio-educativo), da convivência (convivência familiar), da reflexão e da ação (desenvolvimento familiar).

Estas dimensões nunca existem de maneira isolada, porém é necessário dar ênfase especial a uma delas tendo em vistas o desenvolvimento de determinados aspectos dos participantes, cabendo ao responsável pelo acolhimento estabelecer uma abordagem adequada..

Entendemos que as contribuições da psicologia são determinantes na forma de organizar e de conduzir este processo de acolhimento, tanto no trabalho individualizado, como no trabalho com famílias e comunidade.

Mas cabe aos psicólogos articularem suas intervenções a um plano de trabalho interdisciplinar, segundo as orientações técnicas do MDS, os profissionais envolvidos com assistência social devem “..provocar impacto na dimensão da subjetividade política dos usuários, tendo como diretriz central a construção do protagonismo e da autonomia, na garantia dos direitos com superação das condições de vulnerabilidade social e potencialidades de risco...” trata-se de enfatizar as relações da pessoa com seu contexto, por meio do desenvolvimento de trabalho em rede, articulado permanentemente com a realidade local, tendo em vista a necessidade de envolver a complexidades e identificar oportunidades para alterar as imposições nas relações sociais que implicam desvantagens dos mais pobres.

A inserção da psicologia na Assistência Social com aprofundamento nas questões de desigualdade social teve grande impulso com a criação pelo Conselho Federal de Psicologia de um Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP-<http://crepop.pol.org.br>), com referências, diretrizes e idéias produzidas coletivamente, seu propósito tem sido ampliar a atuação dos psicólogos na esfera pública, expandindo a colaboração profissional por meio de três diretrizes: recursos de gestão, pesquisa permanente em políticas públicas e investigação da prática profissional.

E foi por meio de uma consulta pública com participação ampla e com diálogo entre os profissionais envolvidos no seguimento da assistência social, que possibilitou ao CREPOP disponibilizar a todos interessados um rol de referenciais ético-político para orientar e qualificar a presença nesta política pública.

Em 27 de Agosto de 2007 o Conselho Federal de Psicologia e o CREPOP lançaram documento com estas referências, o mesmo foi intitulado “Referências técnicas para a atuação do (a) Psicólogo (a) no CRAS/SUAS”, tais referências envolvem pressupostos e direcionamento indicativos para a atuação da (o) psicóloga (o) no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), e seu objetivo foi promover reflexão com os profissionais da Psicologia, trata-se documento contundente que discute temas relacionados à dimensão ético-política da Assistência Social, a relação da Psicologia com a Assistência Social,

a atuação da (o) psicóloga (o) no CRAS e a gestão do trabalho no SUAS (Sistema Único de Assistência social).

Seu advento constitui marco importante pois envolve o compromisso social de uma Psicologia crítica em relação ao contexto de atuação, caracterizada principalmente por esforços na ampliação de recursos subjetivos como meio de superação dos problemas sociais brasileiros, e ao dar expressão a práticas voltadas para o fortalecimento da população em situação de vulnerabilidade social, consolida esforços na área das políticas públicas que já vinham sendo empreendidos nesta última década pelas entidades profissionais.

Devido ao posicionamento da categoria em prol de uma ética voltada para a emancipação humana, sua dimensão crítica tem sido considerada cada vez com mais peso na perspectiva prática e teórica, envolvendo demais profissionais da área, todos em torno do desafio de consolidar práticas participativas e democráticas de gestão compartilhada.

Mas o fato é que em relação a este compromisso social ainda existe muito para ser operacionalizado, tendo em vista não apenas inserção na atenção básica do SUAS, mas também a consolidação de uma rede sócio-assistencial para dar suporte e seqüência nas abordagens empreendidas a partir deste seguimento, o que ampliaria e qualificaria o campo de intervenção de outros psicólogos que podem atuar no suporte da atenção especial, garantindo fluidez à atenção psicossocial, qualificada a partir de uma práxis capaz de potencializar grupos em situação de exclusão social.

Quanto a isto já sabemos que muito ainda há por fazer, uma vez que os dados mais recentes colhidos pelo Conselho Federal de Psicologia em uma pesquisa em 2004 mostram um quadro que, quanto à participação dos psicólogos no sistema de proteção social, do ponto de vista estatístico, não é radicalmente diverso do verificado nos primeiros anos da regulamentação da profissão, os quais foram comentados no início deste capítulo.

Nesse levantamento, 55% dos respondentes informaram que “Atendimento clínico individual ou em grupo” corresponde à sua atividade principal e 53% que seu local principal de trabalho é o “Consultório Particular” para 41%, 12% na área clínica, sendo que “Políticas públicas de saúde, segurança ou educação”

é uma descrição adequada das atividades que exercem apenas por 11% dos entrevistados.

Estes dados demonstram que ainda existem várias ações a serem apropriadas pelos psicólogos, no sentido de romper com este padrão do acompanhamento individual e aproximar-se dos territórios de pertencimento dos grupos com dificuldades de acesso a bens e serviços, expandindo a atuação para além dos consultórios e enquadramentos convencionais da profissão.

Para esses dois eixos - Centro de referência e Rede de Assistência - atingirem suas finalidades e estruturarem o sistema único de assistência social, será necessário ampliar e qualificar a participação dos psicólogos por meio de um dimensionamento das implicações metodológicas, definindo papéis e atribuições tanto dos centros como das redes de proteção, pois é preciso evitar a instrumentalização, sobretudo em seus aspectos burocráticos e autoritários, o que continuaria comprometendo a atual situação de abordagem da pobreza, na qual enfatiza-se a situação de desvantagem em detrimento das potencialidades.

Tendo como base o acúmulo e a assimilação de procedimentos técnicos e operacionais protagonizados até o momento pela área da assistência, podemos reconhecer que a psicologia ainda tem muito a contribuir.

Dentro do contexto de aspectos terapêuticos, basta vincular-se a uma dinâmica que inter-relacione os profissionais não apenas aos sujeitos atendidos mas também à comunidade, pois a proteção psicossocial torna-se uma rede significativa na perspectiva da intervenção e da colaboração solidária, cabendo aos psicólogos incorporarem na atuação uma forma de abordar que possibilite valer-se de várias possibilidades de intervenção.

Da mesma maneira que a vinculação pode proporcionar transformação e expansão aos sujeitos participantes, existe um risco de que ela mantenha-se vinculada a padrões estandardizados pela cultura profissional e não se efetive, fazendo com que, mesmo com perspectivas inovadoras de atendimento, evidenciar-se dentro desta estrutura proposta para do CRAS, os costumeiros padrões vigentes que atualizam o assistencialismo, que acreditamos ser por meio dos quais terem sido possível perpetuar as relações conservadoras que

reproduzem dogmas e promovem a desqualificação da participação dos sujeitos.

Sendo assim, é preciso estabelecer uma crítica aos métodos e procedimentos pois corre-se o risco de a partir do advento do CRAS, passarmos simplesmente da permuta e deslocamento dos plantões sociais da região central para as periferias dos municípios, ficando os dilemas das questões operacionais de cunho transformador, ainda carentes de resposta satisfatória, porém com a agravante de impor aos excluídos isolamento dentro do próprio território, silenciando ainda mais as possibilidades de transformação.

Com relação a este tipo de crítica e às contribuições que poderiam estar ao alcance da psicologia, vale uma pequena retomada para explicitar os desafios que envolvem aprovar e implantar em um país como o Brasil um sistema unificado baseado na autoridade institucional, e com determinadas prioridades e recursos, diferenciando institucionalidade e questões organizacionais, bem como os limites para a ação social.

O SUAS precisa ser entendido como uma política afirmativa que procura enfrentar o processo da desigualdade social que se reproduz no cotidiano das relações, e a atenção psicossocial de base preventiva está vinculada às experiências já protagonizadas na consolidação do Sistema Unificado de Saúde (SUS), que foi criado a partir da Constituição Federal brasileira de 1988, período em que já predominava a lógica de desresponsabilização do Estado, o que tem lhe dado o status de grande resposta para contrapor o coletivismo contra o individualismo.

Os psicólogos que estiveram presentes na tarefa de implantação SUS, ajudando na contraposição ao discurso fácil que ainda hoje busca apenas progressividade e competências para intervenções do Estado, precisam servir de referência.

Pois no que se refere aos parâmetros para a atuação, os modelos que favorecem a inserção e podem servir como uma das primeiras referências para a atuação dos psicólogos neste seguimento da proteção social, podem ser aqueles que estão sendo solidificados a partir da participação dos mesmos no Sistema Unificado de Saúde (SUS), pois evidenciam um modelo de atenção

preventivo de saúde que apontam para a necessidade de combater os problemas antes que tornem-se agudos e crônicos.

Estamos nos referindo especialmente a experiências como o Programa de Saúde da Família e o Programa de Agentes Comunitários da Saúde, ambos ligados a mobilizações sociais em prol de ações de atenção à saúde mental, que a partir da organização da comunidade e dos profissionais, pôde criar várias possibilidades de reestruturação institucional, que dentre tantas contribuições técnicas, contou com uma extensa colaboração dos psicólogos.

A atenção ao sofrimento mental evoluiu no sentido da potencialização ao organizar-se em um circuito integrado e complementar de serviços, tendo como porta de entrada a base territorial, operacionalizados a partir dos CAPS's (Centros de atenção Psicossocial), constituídos em substituição a instituições psiquiátricas hospitalocêntricas, totais e voltadas para a patologia, que promoviam o confinamento e a exclusão.

Esta desinstitucionalização da saúde mental tomou forma em movimentos sociais e criou corpo no âmbito de gestão do SUS, a mesma preserva a complexidade da situação psicossocial, considerando-a em seus componentes e combinações.

São capazes de promover a inclusão social, pois privilegiam aspectos processuais saudáveis das relações humanas, e inserem as intervenções em uma rede complexa, com transversalidade em relação às vivências humanas e às relações institucionais.

Tais relações passaram a constituir um sistema de redes colaborativas e institucionais dotadas de funções terapêuticas, ligando as pessoas ao espaço simbólico e cultural da comunidade, pois ao partir do foco na intersubjetividade, modulou uma prática terapêutica diferenciada em relação a práticas usuais de abordagens individualizadas desenvolvidas nos consultórios.

Os psicólogos, que também foram sendo inseridos no âmbito desta rede comunitária foram desenvolvendo um tipo de acolhimento deslocado da patologia e voltado para núcleos saudáveis, com o qual tem sido possível não apenas diversificar e integrar intervenções, mas também converter as

demandas de forma mais condizentes com processos de subjetivação menos alienantes, de liberdade e cidadania.

Em sua especificidade, este apoio dos psicólogos envolve diversos cuidados complementares, tais como visita domiciliar, ações jurídicas, apoio emocional e acompanhamentos variados, todos de caráter essencialmente intersubjetivo, porém sem se confundirem com o espaço físico dos estabelecimentos, persistindo no nível relacional o cuidado com a manutenção do sigilo profissional.

É esta experiência existente no movimento da luta anti manicomial que tem mostrado aos gestores de políticas públicas inclusivas, particularmente aos psicólogos, a importância de uma aproximação da rede pessoal significativa do sujeito usuário, em especial no que se refere às tramas de conflito e ao potencial afetivo, de apoio ou não em situação de risco, potencializando um núcleo relacional de assistência com vistas à inclusão social, restando a expectativa de integrar as diversas políticas públicas por meio de programas e ações complementares.

Cabe aos psicólogos e psicólogas uma atenção a esse aspecto operacional das estratégias devido ao risco de condicioná-las à burocracia, que se limitaria ao discurso de conservação da vida, sem aprofundar-se no enfrentamento das desigualdades sociais e na expansão dos sujeitos e de suas necessidades.

Como o CRAS está dimensionado como uma porta de entrada para o Sistema Único de Assistência Social, o qual prevê um funcionamento integrado de serviços com funções preventivas de atenção sócio-assistencial, os aspectos inter-subjetivos e a organização de ações no âmbito territorial tornam-se relevante, e passam a dar lugar a um sistema de redes institucionais, com intervenções articuladas entre si e vinculadas a um projeto de potencialização e expansão voltada para o atendimento do sujeito que tem como ponto de partida uma concepção relacional, visto que encontra-se inserido em uma rede de sociabilidade, co-participa da sociedade.

Ao considerarmos a agenda neoliberal no setor das políticas públicas, a probabilidade de envolvimento profissional do psicólogo por delegação do CRAS no chamado “terceiro setor” são mais promissoras que propriamente o

desenvolvimento de trabalhos no âmbito do Estado, mesmo que a ocupação seja significativamente maior também no setor público comparativamente às primeiras décadas após a regulamentação da assistência.

Estas ações estão inseridas em um contexto de alterações institucionais voltadas para articulação das ações existentes nas comunidades, sendo necessário aceitar o desafio da incompletude institucional, buscando articular ações que complementam as várias intervenções, todas voltadas para um sujeito integral.

Ao considerarmos categorias para sua análise e recursos teórico-metodológicos para o estudo destas ações, buscamos uma compreensão psicossocial, e nesse sentido (Scherer-Warren,2004) propõe uma metodologia de abordagem e intervenção em redes com três dimensões, primeiro da sociabilidade, que diz respeito às relações entendidas enquanto redes sociais; segundo da espacialidade, ou das conexões espaciais através de um aparato de competências técnicas; e um terceira relacionada à temporalidades históricas, ou seja, das articulações entre novos ideários e a tradição cultural e de seus significados em termos de processos civilizatórios.

È possível considerar a dimensão interconstituída da espacialidade e da temporalidade enquanto lugares de potencialização na medida em que convertem-se em recurso ou fluxo de intervenção que atinge a cidadania por meio da superação de condições que determinam desigualdades, pois estas possibilidades se estabelecem na tensão cotidiana entre a individualidade adaptada à lógica hegemônica de propósitos do Estado e Capital em contraste com uma consciência sobre regras de convivência no lugar onde se vive, a qual alimenta a vontade pela cidadania.

Não basta ater-se ao espaço e aos contingenciamentos cotidianos, cabe uma contribuição da psicologia para analisá-los a partir do encontros entre as pessoas, (Scherer-Warren,2004) salienta que a rede de proteção pode ser observada em vínculos diretos estabelecidos entre atores, em seus cotidianos ao nível de suas comunidades, no espaço mais restrito das organizações coletivas específicas, emergente de interesses ou situações vivenciadas.

O psicólogo pode contribuir para o transcendente da emergência das ações e necessidades que favorecem a construção de outras identificações de ordem político-culturais, a partir de uma mobilização na cotidianidade, seu ativismo seria capaz de potencializar a politização.

Em nossa proposta estética da participação, esta ordem deve ser conformada a padrões ético-afetivos, pois a vivência individual é afetada pela experiência, podendo a atenção psicossocial mobilizar escolhas afetadas pela alteridade e instaurar relações solidárias.

O sujeito singular se constitui na intersubjetividade, sendo esta reconhecida a partir do reconhecimento entre as pessoas, e a partir de mediações do afeto, sendo possível mobilizar pressupostos epistemológicos (Sawaia, 2001), podendo a emoção constituir-se positivamente a partir do pensamento e da ação enquanto processo que atualiza-se e se manifesta a partir de reações de prazer e desprazer, cabe portanto retomar a afetividade enquanto parâmetro para avaliarmos os cuidados de proteção social.

Ao dimensionar a intervenção dos psicólogos no âmbito das redes em seus aspectos afetivos, nossa intenção é indagar sobre a maneira com que os sujeitos estão sendo inseridos e sobre as formas que são estimulados em sua participação, o que tornará possível estabelecer meios e indicadores de uma práxis ético política baseada no afeto, para favorecer relações sujeito a sujeito.

Estes propósitos tomam como base a hipótese de que as redes estão submetidas a uma política de afetividade que administra formas de participação que dificultam formas de expressão, impedindo a expansão do sujeitos.

Uma vez potencializadas por afetos que valorizem suas necessidades e desejos, tornam-se instâncias de transformação, sendo que o caminho para esta mudança envolve e é determinado pela capacidade de estabelecer elementos facilitadores para os sujeitos relacionarem-se entre si com propriedades que além de determinarem a coesão entre os sujeitos envolvidos, também são capazes de construir alternativas e possibilidades dos sujeitos atuarem afetivamente no âmbito íntimo e privado.

2.3 OS CRAS”s ENQUANTO EXPERIÊNCIA E ESPAÇO INSTITUCIONAL PARA OS PSICÓLOGOS: A situação de São Bernardo do Campo

Quanto ao princípio organizativo, as contribuições dos psicólogos tem favorecido a sistematização de espaços institucionais acolhedores e de defesa sócio-assistencial, capazes de dar acolhida a manifestações de interesses dos usuários, com articulação interinstitucional entre competências e ações

com os demais sistemas de defesa de direitos, em específico com aqueles de promoção do direito de convivência familiar.

O trabalho a ser desenvolvido no CRAS portanto tem seu aspecto inovador, que é uma assistência de cunho preventivo, e a mesma refere-se a um direito em que por meio de suas ações, produz aquisições materiais, sociais e socioeducativas aos cidadãos e suas famílias, com os quais se almeja suprir necessidades de reprodução social de vida individual e familiar; bem como desenvolver capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia. (NOB-SUAS, 2005).

Sua primazia na família é o que reforça este vies preventivo e proporciona uma colaboração direta do psicólogo, diferenciando cuidados e ações de atenção para redução e prevenção dos impactos das vicissitudes sociais implicadas no ciclo da vida, com núcleo de sustentação afetivo, biológico e relacional, devendo este campo da proteção social ser entendido enquanto um conjunto de ações capazes de reduzir a ocorrência de riscos e a ocorrência de danos sociais, estando voltado para a base territorial, sendo suas intervenções medidas pelo número de famílias referenciadas em sua área de abrangência.

Em sua implantação, aspectos importantes de gestão têm sido apontados como fundamentais, tais como a descentralização, o financiamento, o controle social, mas a gestão interdisciplinar do trabalho, é o que nos chama atenção não apenas por envolver aspectos teóricos e metodológicos ligados a canais de mediação inter subjetivos capazes de produzir alienação ou potencialização, mas principalmente por envolverem uma dimensão relacional e afetiva na qual a contribuição dos psicólogos ainda não está inteiramente legitimada, mesmo que em conformidade com a NOB-RH, tenham sido constituídas equipes de servidores responsáveis pela oferta e organização dos serviços sócio-assistenciais de proteção básica, e em que nesta composição tenha se levado em consideração o número de famílias e indivíduos, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários.

O tamanho das equipes dos CRAS's foi dimensionado em relação ao número de famílias atendidas, partindo de até 2.500 famílias referenciadas, passando

para outro porte ao atingir 3.500 famílias e mudando ao atingir 5.000 famílias referenciadas, a presença do psicólogo nestas equipe é formalmente instituída, podendo participar de todas as ações, articulando sua atuação a um plano de trabalho inter-disciplinar que deve levar em consideração a população atendida e situações de vulnerabilidade social decorrentes da pobreza.

Quanto às inserções da psicologia em espaços instituídos a partir da criação do CRAS, cabe buscar aproximações qualificadas acerca das intervenções protagonizadas em situações vivenciadas pelos profissionais no dia-a-dia, e no caso da cidade de São Bernardo do Campo, sua característica de metrópole pode ilustrar e fornecer elementos neste sentido.

No caso deste Município ao analisarmos as transferências de ações e competências desencadeadas a partir da implantação do SUAS e do surgimento do trabalho no CRAS, notamos algumas características que podem favorecer seu processo ou dificultar sua consolidação ainda em curso.

Isto se deve ao fato de possuir 819 mil habitantes e alguns índices como o Desenvolvimento Econômico Equilibrado de 9 % que o destaca na região deixando abaixo de São Caetano do Sul (1%) e da capital São Paulo (7 %), ou o comparativo de evolução do percentual das pessoas pobres cujos dados disponíveis referem-se ao período entre 1991 e 2000, e o que chama atenção é que no município notou-se aumento de 4,5%, enquanto na grande São Paulo, houve redução de cerca de 2% e no Brasil a redução atingiu quase 7%.

Todos os índices que mencionamos referem-se ao IDH Brasil , fornecido por informações publicadas pelo município e creditadas ao IPE/PNUD e também pelo Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, o que nos chama atenção é que a evolução econômica não repercutiu na redução da pobreza e que independente do plano nacional de implantação do SUAS, existem questões locais a serem enfrentadas.

Principalmente no tocante à oferta e organização dos serviços, e como exemplo temos os próprios profissionais da psicologia que atuam na Assistência Social, segundo dados do próprio município ,são profissionais com baixa especialização para o seguimento pois originalmente não receberam designação para trabalhar na Assistência Social, uma vez que inicialmente

foram lotados na área de Educação e trazem para os programas da assistência toda a vivência e formação voltados para esta origem de especialização, pois a intervenção institucional na área escolar envolve pelo menos a princípio, especificidades distintas.

Sobretudo em se tratando do que se esperaria em relação não apenas a necessidades voltadas para as competências e estratégias próprias para a abordagem da população em situação de pobreza, mas também no que se refere a fundamentos e pressupostos teórico-metodológicos, ético-políticos e legais para a articulação de serviços e recursos uma vez que denotam especificidades de atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos .

No que se refere ao arranjo institucional, as ações empreendidas pelos gestores deste Município, envolvem uma Secretaria de Desenvolvimento Social e da Cidadania criada em 1999 que avançou em relação às possibilidades de dotação específica com atenção às diversas situações de vulnerabilidade social, com o que ao longo do atual período resultou no aumento do número de programas, de 28 para 57; também permitiu a evolução dos atendimentos que partiram de cerca de 93400, para atingir 125941 ao término de 2006.

Os CRAS's começaram a ser implantados em Abril de 2006, sua dinâmica de implementação está inserida em um planejamento gradativo para a gestão integrada do SUAS, primeiro foram escolhidas quatro regiões de vulnerabilidade, alocando equipe de referência e atribuindo competências de atenção às famílias da região, com serviços continuados de proteção que envolvem acolhimento, escuta, orientação e encaminhamento, garantindo acesso a serviços, com a qual se pretende não apenas romper padrões convencionais que elegem grupos de risco e vulnerabilidade, mas também efetivar referências dos usuários com sua rede sócio-assistencial relacionada às demais políticas públicas.

Desde sua implantação nota-se uma rotatividade na função quatro psicólogas passaram pela função nos equipamentos, ocasionando problemas de continuidade e estabilidade da equipe técnica.

Atualmente os CRAS's desta cidade continuam a experimentar o processo de transição para o sistema único, por isto ainda não estão fornecendo cobertura

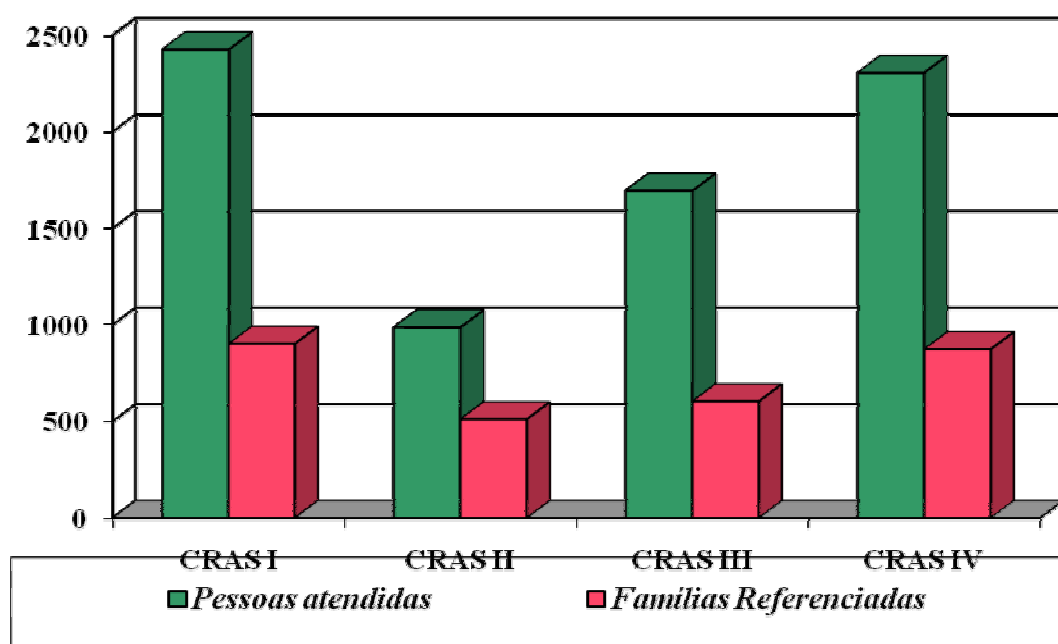
a toda cidade, foram implantados apenas em algumas regiões, contemplando regiões ligadas aos seguintes bairros: CRAS I Vila do Tanque, CRAS II Alves Dias, CRAS III Batistini e CRAS IV Riacho Grande. Duas psicólogas receberam designação para serem responsáveis, por duas destas unidades de CRAS's, tornando-se também responsáveis por distribuir suas atividades entre os equipamentos ao longo de uma programação semanal, preservando um dia a ser disponibilizado para reuniões de equipe.

Conforme plano de ação desenvolvido pelas profissionais, as atividades da psicologia passou a envolver realização de reuniões sócio educativas, de convivência e de reflexão com famílias, grupos e indivíduos referenciados, considerando o que preconizaria a Proteção Social Básica, ou seja, ações voltadas para as situações comuns da vida das pessoas e do cuidado humano, em torno das tarefas diárias promovendo seu bem estar, ocupando-se da relação interpessoal e do desenvolvimento da personalidade em torno dessas tarefas, lidando com os preconceitos, os hábitos e as atitudes das pessoas e dos grupos em ocasiões de mudança ou em momentos críticos, este mesmo plano de ação faz menção ao conceito de psico-higiene, e afirma que para a operacionalização do mesmo, buscarão proporcionar condições para a vida e a saúde em nível dos grupos básicos de interação, como a família, a escola, o trabalho e as atividades comunitárias.

Dentre algumas destas ações podemos destacar:

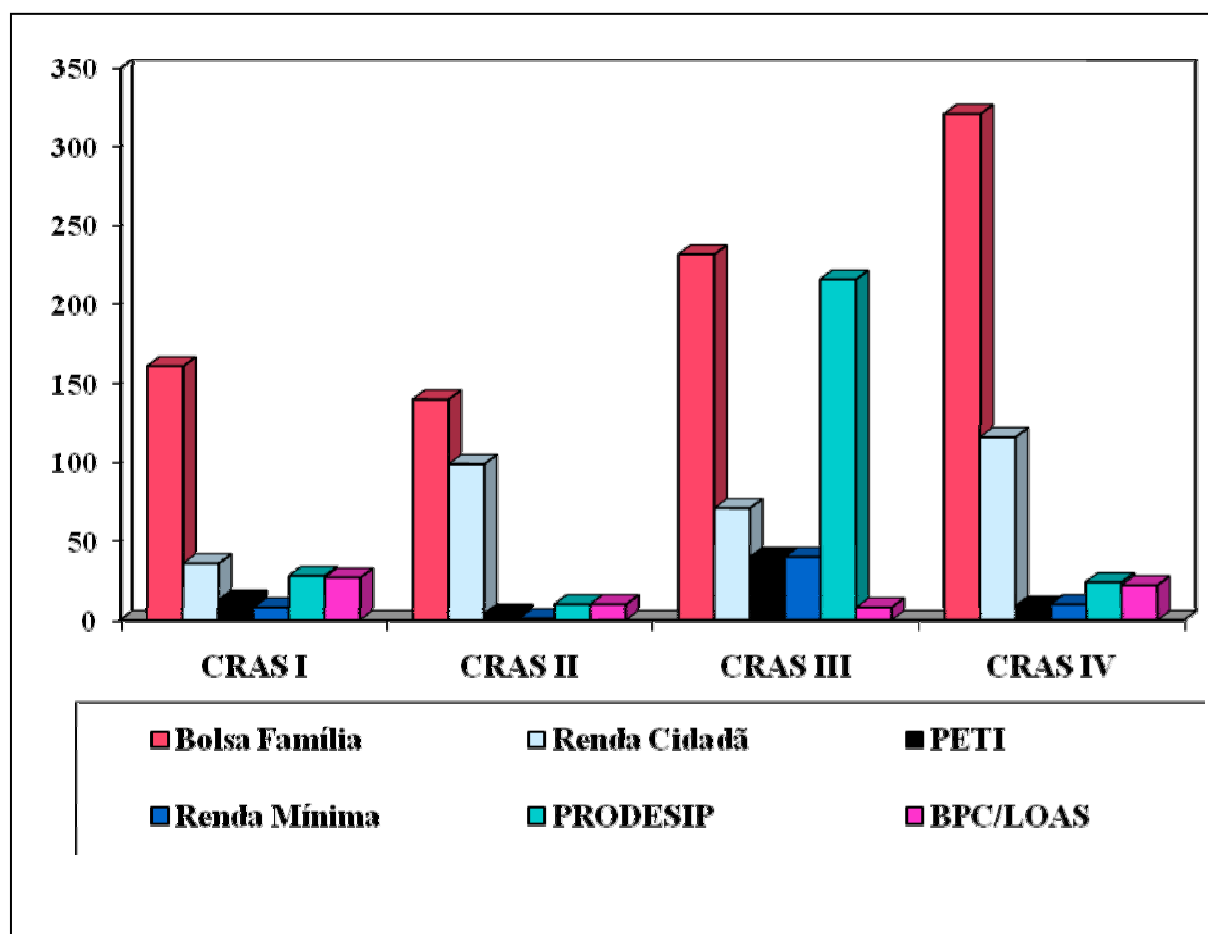
- Planejamento de ações sócio educativas em equipe interdisciplinar contribuindo com a fundamentação teórica e perspectiva psicológica.
- Aconselhamento e orientação psicológica individual e em grupo para demandas específicas, considerando as dificuldades que algumas pessoas apresentam para o desenvolvimento de seu potencial de autonomia e a dificuldade de enfrentamento das crises e conflitos que comprometem a sua capacidade adaptativa e mobilização social.
- Discussão de casos e situações em equipe interdisciplinar
- Encaminhamento da demanda específica à rede de serviços
- Elaboração de relatórios de acompanhamento do trabalho

Estes CRAS's completaram dois anos de implantação em março de 2008, neste período atingiram o referenciamento de cerca de 5 mil famílias, dão sinais de esgotamento na capacidade de atendimento e evidenciam a necessidade de novo dimensionamento da área de referência, com vistas à formulação de novos CRAS's a serem implantados, os gestores acreditam que devido à densidade populacional a cidade comportaria um total de oito unidades, mas ainda não existem estudos propositivos a respeito a não ser aqueles que dizem respeito aos atendimentos realizados que conforme gráficos abaixo apontam para maior densidade nos CRAS de Vila do Tanque e Riacho Grande (respectivamente I e IV), as expectativas é que sejam os primeiros a serem desmembrados.



Além do referenciamento do território no CRAS a atenção básica também envolve outros aspectos que favorecem uma proteção social qualificada, isto pode ser exemplificado quando verificamos o atendimento ao bolsa família que embora tenha uma predominância em relação aos demais programas em todas as regiões, possui maior incidência nas regiões dos bairros Batistini e Riacho Grande que denotam indícios de áreas vulneráveis na cidade constituindo a

opção pelo território além de um acerto, uma possibilidade de estabelecer foco em determinadas prioridades.



As psicólogas afirmam que a mobilização dos entornos de cada CRAS tem se concretizado com instrumental de: acolhimento, escuta, entrevista, suporte de visita domiciliar e atividades em grupos sócio educativos e de reflexão. Todos os profissionais além dos psicólogos estão envolvidos com o acolhimento e a escuta das queixas, porém cabe às psicólogas a especificidade do estudo psicossocial, na qual tem sido freqüentemente solicitadas na ajuda para detectar as carências e identificar a dinâmica familiar, pois espera-se para com isto encaminhá-los para um atendimento direcionado e qualificado dentro da rede.

Isto pode ser exemplificado com o relato de uma situação envolvendo distúrbios alimentares, cuja situação já havia sido atendida em um CAPS, porém sem a pessoas haver aderido aos atendimentos, sendo que a partir do acolhimento e aproximação de uma psicóloga em suas abordagens no âmbito do CRAS, tais demandas serem detectadas, o que favoreceu uma retomada mais qualificada dos atendimentos.

Este envolvimento afetivo que qualifica a participação dos sujeitos usuários também surgiu em outros relatos e experiências, dentre elas temos os procedimentos com grupos sócio-educativos, em que durante uma reunião de rotina surgiu uma queixa em relação à necessidade de inclusão digital, os participantes do grupo manifestaram desejo de qualificar-se profissionalmente e de estarem inseridos no mundo da tecnologia da informação.

Alguns obstáculos dificultavam a participação em programas de qualificação já anteriormente fornecidos pela Prefeitura, desde a distância dos locais de moradia, até o horário em que eram oferecidos, pois devido ao vínculo com o trabalho informal, a oferta de qualificação era incompatível com a necessidade desta população, e foi a partir da escuta qualificada destas queixas durante a realização do grupo que o tema veio à tona em forma de queixa, as situações começaram a surgir e ficou evidente que existia uma vergonha dos mais velhos em expor suas dificuldades de operar os computadores na frente de alunos mais novos, principalmente por serem os jovens, maioria nos programas de qualificação.

Estas discussões geraram um projeto de qualificação para atender às características específicas deste grupo ligado ao bairro, tendo os profissionais mobilizado vários recursos desde a identificação de uma pessoa para atuar como instrutor, da doação de equipamentos usados por uma empresa da cidade e principalmente com uma adequação de grupos e horários buscando tornar compatíveis as diversas necessidades, agregando a participação dos mais idosos sem afastar alguns jovens, também necessitados do serviço.

Outra atividade desenvolvida é o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do SUAS, sendo que o grande desafio para o psicólogo é não passar a ser confundido com um membro de posto de fiscalização para a distribuição do benefício e ajudar no processo posicionando-se como mediador capaz de apoiar e acolher as famílias no entendimento do programa, inclusive nas formas de aplicação do dinheiro, para construir sustentabilidade e aproximar-se de situações concretas de exclusão.

A atuação do psicólogo pode favorecer o respeito à hierarquia de proteção entre básica e especial, e isto requer procedimentos voltados para cuidados com a vinculação social e afetiva, evitando o risco de fragmentar a pessoa, uma vez que a atenção básica perpassa toda a relação de cuidados.

As famílias em dificuldade para cumprir as condicionalidades do Bolsa Família precisam de ajuda atenta e diferenciada para superar suas dificuldades de inclusão, a proposta é um trabalho sócio-educativo em grupo, com intervenção técnica no âmbito do CRAS que articule informações e proporcione reflexão e desenvolvimento de habilidades e capacidades, potencializando a família e a comunidade, com estratégias interligadas de acompanhamentos grupais e individualizados.

Profissionais da psicologia contribuem para estas abordagens grupais ao promoverem adaptações às características de cada local, voltadas para a convivência, para reflexão e para a ação, as quais devem informar e transformar, por meio da articulação de encaminhamentos à rede de serviços e a um acompanhamento capaz de apoiar as pessoas.

Caso não tenha claro o seu papel neste tipo de acompanhamento os profissionais correm o risco de transformar a atenção básica em programa com fim em si mesmo que apenas fiscaliza e verifica irregularidades, não se trata de executar toda totalidade da política de assistência ou de transformar-se em uma mini-secretaria dentro do território, mas ser parte do sistema, contribuindo para uma vigilância sócio-assistencial tendo em vista uma proteção social com defesa social e institucional.

Trata-se portanto de uma tarefa de gestão, que implica em assumir de fato a universalização da assistência social, o que envolve um processo institucional e político, com diversos fatores que não acontecem isoladamente e nem de forma espontânea.

Com o SUAS e CRAS, os instrumentos de gestão precisam de um sistema de informação para administração, monitoramento e avaliação das ações, superando estruturas fragmentadas, sendo que o grande avanço neste sentido foi a integração de programas, passando os serviços a serem dirigidos a todos de um determinado território, prevendo situações de risco e promovendo fortalecimento de vínculos, entendendo a prevenção uma estratégia bem sucedida de superação de situações de risco.

È necessário reconhecer que na operacionalização deste sistema, que a interlocução com a área da saúde é fundamental pois as conquistas do SUS são precursoras da organização de uma política pública na dimensão universal para todo o país.

2.4 A psicologia no CRAS de São Bernardo do Campo

Sobre a inserção da psicologia no cotidiano das unidades do CRAS em São Bernardo do Campo, buscaremos a partir de agora nos aprofundar ainda mais na experiência de duas profissionais inseridas no processo e para favorecer nossa comunicação, faremos abordagens em separado de seus relatos, pois trabalharam em territórios distintos, além do mais suas trajetórias são esclarecedora de contingências que envolvem os sentidos do trabalho que consideramos estar ainda em fase de implantação, o que dificulta algumas conclusões .

A primeira delas encontrava-se envolvida com a educação especial mas em 2000 recebeu designação para trabalhar com a população em situação de rua, chegando em 2003 a chefiar seu departamento por seis meses e também no mesmo período, presidir o Conselho Municipal de Assistência Social.

Por estar alocada em um programa de atividades sócio-educativas de famílias durante os anos de 2004 e 2005, solicitou e conseguiu já no início de 2006, ingressar na equipe de referência, participando da implantação dos CRAS's,

Em seus relatos, a mesma ressalta que a implantação partiu de uma exigência federal, e teve deliberação centralizada, sem a participação da equipe técnica, inicialmente em programas de distribuição de renda, sendo este o tipo de atendimento que predominou nestes dois últimos anos.

Quanto à suficiência do referencial teórico, enfrentou muitas dificuldades pois os documentos normativos não explicitam as especificidades, sendo que as diretrizes de operacionalização foram construídas no cotidiano das intervenções, sua experiência foi a da quase indeferência entre os papéis desempenhados pelos profissionais da psicologia e do serviço social, mas acredita que isto se deve ao canal aberto para a população que tem eleito seus interlocutores independentemente dos modelos e canais de abordagem.

Os desafios da operacionalização favoreceram o amadurecimento profissional em dois aspectos, primeiro em relação à capacidade de análise das queixas, diferenciando questões relacionadas ao sofrimento intra psíquico e aos conflitos intrapessoais e sociais.

Como uma segunda questão salienta o reconhecimento da importância dos grupos sócio-educativos como facilitadores de encontros voltados para a emancipação, podendo a vivência grupal constituir-se em local privilegiado para a troca dos afetos, com potencia para estabelecer processos que superam influências ideológicas opressoras e que determinam comportamentos e alienam a emoção das pessoas.

Afirma que a atenção básica requer prontidão e entrega dos profissionais, eles precisam estar abertos para interpretar variadas demandas, uma de suas argumentações contem os seguintes dizeres: "...Não dá para ir com alguma coisa pronta não tem um pacotinho prontinho..", afirma que demanda precisa ser interpretada, e o perigo é cair em um senso comum, vindo o profissional a se perder frente a dificuldades de acolhimento e interpretação das solicitações, o risco que esta afirmação contem é ocorrer principalmente em situações corriqueiras ligadas à interface do trabalho com o serviço social em procedimentos de distribuição de benefícios, como por exemplo o ato investigativo requerido para entender o que estaria por trás de um pedido por cesta básica.

Quanto ao aspecto da participação do usuário neste tipo de equipamento analisa como muito formal, pois acredita que a preocupação institucional é com aspectos quantitativos voltados para ganhos de produtividade e otimização das intervenções, devendo os psicólogos posicionarem em relação aos ímpetos da instituição.

No que se refere à operacionalização das tarefas em si, o acolhimento é entendido como comum aos psicólogos e assistentes, mas por vezes depara-se com dúvidas sobre a distinção das demais atribuições, mesmo que no geral o espaço dos saberes estejam relativamente demarcados foram protagonizados alguns conflitos, polarizando posições que colocam a psicóloga como profissional que possui escuta qualificada para além de acolher, interpretar as emoções, e a Assistente sendo posicionada como alguém dotada de domínio sobre o ordenamento jurídico e a formalização das situações de risco social "...tudo que eu sei sobre as leis da assistência social, eu aprendi com a ajuda de minhas colegas do serviço social..." e em outro momento "...as pessoas começaram a aparecer com o seguinte discurso, que bom, aqui também tem psicóloga, lá no posto faz tempo que está sem..." .

É possível notar seu entendimento de que a população volta-se para os psicólogos com as mesmas expectativas dos atendimentos realizados nas UBS (Unidades Básicas de Saúde), ou seja, com forte enfoque na saúde mental, e a psicóloga embora reconheça o caráter preventivo de sua atuação, busca distanciar-se do perfil psicoterápico, mas sabe que existe uma expectativa e demanda da população pela atenção especializada da psicoterapia.

Portanto os limites da proteção básica e especial, nem sempre ficam esclarecidos, voltando-se as ocupações para suprir deficiências da rede de proteção social.

Quando a profissional percebe que a pessoa vai ficar muito tempo esperando atendimento da rede sócio-assistencial , procura fazer informalmente acompanhamento psicoterápico, mas neste momento o que nos relata é uma preocupação em dar suporte emocional e apoio para ajudar a pessoa sentir-se inserida na comunidade, chega a fazer referências sobre o aspecto positivo que estas ações representam pois torna-se uma proteção básica ao constituir

–se em momento propício à criação de meios para a pessoa descobrir as próprias potencialidades.

A proteção básica propriamente dita envolve aspectos preventivos e de defesa de direitos, como é o caso de um grupo sócio educativo desenvolvido por ela com adolescentes filhos de mães cadastradas em programas governamentais para receberem o benefício da bolsa família, porém um grupo delas estavam deixando de cumprir algumas condicionalidades, que no caso específico referia-se aos filhos que estavam faltando na escola.

Caso persistisse esta situação, as tais famílias poderiam ser desligadas do programa de benefícios; na ocasião os familiares foram contatados para saberem o que estaria acontecendo, quando foi notado tratar-se de um contingente que reunia vários adolescentes em dificuldade para vincular-se ao mundo da escola, partiu-se deste núcleo de identificação para montar um grupo de reuniões reflexivas com eles, e a partir do mesmo buscou-se discutir conteúdos de cidadania e protagonismo.

Programado para cinco encontros, as atividades foram concluídas com ganhos satisfatórios, a intenção a partir de sua conclusão foi dar continuidade, com um acompanhamento de atividades a serem propostas pelos próprios jovens, uma das primeira possibilidades viabilizadas e que surgiu de solicitações dos adolescentes, foi promover sessões de filmes com debates e reflexões ligando a ficção aos temas da comunidade.

Temos outras experiência relacionada a uma outra psicóloga, atualmente responsável pelos CRAS de Vila do Tanque e Batistine , também com vinculação funcional originada da área de educação, sendo que trabalhou seis anos com saúde escolar em escolas do ensino fundamental assessorando pais e professores nas escolas municipais.

Recebeu designação para trabalhar nos serviços de assistência em um programa de atenção ao idoso e logo depois foi deslocada para o serviço de psicologia nos CRAS"s, que na ocasião já havia iniciado funcionamento.

Entende a abordagem específica do psicólogo como sócio educativa no sentido transformador e de adequação social, revelador dos conflitos e das

possibilidades de escolha, para tanto é necessário proporcionar meios reflexivos que a atual massificação do trabalho de acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família não tem permitido.

O acolhimento das queixas que funciona como porta de entrada é uma atividade desenvolvida em comum entre os psicólogos e assistentes sociais e aparece como conflito, pois o levantamento de demandas por benefícios são ligados ao serviço social, desde recursos até encaminhamentos diversos, os quais deixam a psicóloga incomodada, sem segurança para adotar certos procedimentos que não seve preparada.

O acolher está associado à orientação, tendo em vista entender o que a pessoa está solicitando, dentro do limite de respeito à capacidade da pessoa de pensar, refletir e decidir. Acha que o acolhimento deve ser desenvolvido pelo serviço social pois acredita que para o psicólogo representa uma desqualificação do serviço, em suas palavras "...è como a pessoa ir procurar um médico e ser atendida por dentista..." afirma que um outro lado é a sensibilidade do assistente social para entender qual é o momento certo para a pessoa procurar ajuda do psicólogo, saber se está ou não mobilizada para o apoio psicológico. Acha que o acolhimento descaracteriza o trabalho, pois retira o foco da atenção psicossocial, não se sente a vontade fazendo a primeira abordagem.

Refere-se ao trabalho no consultório, como distinto devido a diferenças sobre a possibilidade de acompanhamento, sendo a abordagem em consultório duradouro com espaço terapêutico circunscrito às solicitações pessoais, enquanto o foco do espaço social limita-se ao papel da assistência, em que caberia aprofundamento íntimo mas transformador da forma de pensar, com implicações relacionais amplas e compromisso público.

Em relação ao CRAS esta forma de atuação é mais difícil ainda de se tornar viável pois trata-se de proteção básica, e o risco seria incorporar nas atribuições atendimentos que deveriam ter outro encaminhamento.

Como existe o limite de precariedade do próprio serviço, às vezes uma situação identificada como especial em que caberia maior aprofundamento

como a violência doméstica, deixa de ser abordada da forma como deveria pois alguns encaminhamentos não são realizados, o psicólogo está legitimado apenas com seu poder de diagnóstico.

Além de acompanhamentos preventivos, ela relata outras possibilidades de trabalhos com grupos reflexivos, formados a partir da reunião com sujeitos que ao passarem pelos atendimentos, dentre alguns encaminhamentos direcionados ao acompanhamento da rede de proteção, ainda mantém vínculo com o CRAS e são inseridos no atendimento grupal específico, cuja proposta é reflexiva, com temáticas abertas que vão surgindo no desenrolar do grupo.

No geral fala-se sobre vários assuntos desde vínculos familiares a trabalho, comunidade, educação de filhos, problemas de saúde e convivência com idosos.

Alguns grupos tiveram um desenvolvimento satisfatório do ponto de vista da frequência e do envolvimento dos participantes, enquanto que outros foram sendo esvaziados até tornaram-se inviáveis.

Os fatores que favorecem a explicação estão ligados ao território de cada CRAS, pois a divisão acaba por não contemplar a realidade, ficando alguns bairros longe da unidade de referência como é o caso do CRAS III no bairro Batistini, em que algumas pessoas tem mais facilidade para locomoverem-se até o centro da cidade devido a variedade nas linhas ônibus.

Em alguns casos as pessoas precisam pegar ônibus até o centro da cidade para depois pegar outro com destino ao CRAS III, já no território ligado ao CRAS I, é possível desenvolver os grupos reflexivos dentro de um ambiente da comunidade, com suas reuniões sendo realizadas dentro de uma escola.

A partir de sua experiência afirma que o espaço do grupo reflexivo torna-se privilegiado pois as pessoas podem falar e dividir seus problemas, até o momento não foi encontrada alternativa para superar a questão territorial no CRAS III, mas salienta que o foco é ajudar as pessoas a perceberem que possuem situações em comum, integrando e fazendo parte da comunidade, tendo em vista a possibilidade de melhorar as condições materiais, em sua perspectiva de atuação espera que por meio deste

encontros grupais venham a surgir o envolvimento em conferências e discussões sobre melhorias do bairro.

A proposta do grupo reflexivo propõe uma participação totalmente espontânea, baseada no envolvimento das pessoas conforme as disponibilidades, está baseado em depoimentos e reflexões sobre as vivências apresentadas, sendo que esta psicóloga promove algumas reflexões a partir da análise das falas, mostrando que uma determinada situação não tem apenas componentes individuais, ampliando a discussão para implicações coletivas.

No geral trabalha-se questões de relacionamento na família e na comunidade, às vezes o foco é a educação de adolescentes, funcionamento familiar, idosos, etc; a questão do vínculo é estratégica para o andamento das abordagens reflexivas, no geral o desligamento está vinculado a mudanças na vida pessoa, como conseguir emprego por exemplo.

Quanto a aspectos metodológicos, procura desenvolver e estimular nas pessoas do grupo uma identificação buscando valorizar a rede de relações sociais, com espaço para reflexões sobre as ações cotidianas que interferem na convivência social, tanto em família quanto em comunidade.

No período inicial que compreende o primeiro semestre de 2007, procurou-se apoiar em abordagem psicanalítica porém enfatizando o aprendizado nas relações interpessoais, os assuntos abordados eram todos abertos com participantes procedentes dos atendimentos no CRAS, mesclando procura espontânea e encaminhamentos.

Após o ciclo semestral procurou-se avaliar o período a partir de recurso verbal e escrito, com vinte e dois encontros, dezessete pessoas passaram por um dos grupos, que teve média de seis participantes a cada encontro, com um mínimo de três e máximo de dez presentes.

As queixas dos participantes estavam relacionadas a problemas escolares, dificuldades no relacionamento conjugal, dificuldade no relacionamento com os filhos e problemas de adaptação social ligados a distúrbio de saúde, com manifestações de medo, ansiedade ou depressão.

Os assuntos tratados foram relacionados aos filhos, casamento, vida emocional, área social e mundo do trabalho com temas que foram desde problemas com vida emocional, escolarização e formas de educar, até violência, sexualidade e doenças, decepções com traição, hábitos violentos, ou mesmo benefícios sociais e convivência com vizinhos.

Ao serem questionados sobre os benefícios que os encontros proporcionaram todos avaliaram positivamente indicando que o conversar e compartilhar as dificuldades virou um hábito, que melhorou os relacionamentos e minimizou conflitos .

Capítulo 3

3.1 UM ESTUDO DE CASO: A ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIFICIDADES DA PSICOLOGIA NECESSÁRIAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Como caso emblemático que pode esclarecer a especificidade da atuação que vem sendo desenvolvida pelos psicólogos que atuam no CRAS, optamos pelo aprofundamento da situação de Jorge Luis, cujo acompanhamento foi facilitado a partir dos encontros realizados no grupo reflexivo desenvolvido pela psicóloga do CRAS em São Bernardo do Campo, concomitante com um acompanhamento individual.

Trata-se de quadro psiquiátrico, cuja porta de entrada no CRAS ocorreu via encaminhamento recebido da rede de proteção, por meio de um agente comunitário, ao informar que havia um morador isolado dentro de um quarto, localizado no porão da própria residência.

O mesmo foi eleito a partir de uma análise de cinco casos apresentados pelas próprias psicólogas. Em relação a esses demais casos, temos a esclarecer que o primeiro dizia respeito a uma mulher de 43 anos atendida por estar desempregada e com dificuldade de inserção profissional. Também, no âmbito privado, ela teve dificuldades para assimilar o fato de ser mãe de um jovem homossexual de 22 anos. Atualmente este filho não está morando com sua mãe, por escolha própria, pois vive com um companheiro. A mãe já assimilou a situação que envolve sua relação com o filho, no entanto continua com dificuldades para arrumar emprego.

O segundo caso diz respeito a homem de 40 anos, casado com relação estável de 15 anos, pai de quatro filhos, analfabeto, que apresentou diagnóstico de câncer de pâncreas. Tendo passado por cirurgia pelo SUS, recebeu apoio no CRAS para o acompanhamento pós-cirúrgico e para os atendimentos da quimioterapia atualmente em curso; os atendimentos de atenção básica envolveram uma potencialização tanto de acompanhamento para os cuidados da doença, como de apoio a seus familiares, com capacitação profissional da esposa, intermediação de vagas na escola para os filhos, sendo necessário mobilizar também benefícios materiais que têm proporcionado a atenção à sua saúde, como por exemplo o vale transporte para locomoções da casa ao ambulatório, tendo em vista necessidades de acompanhamento pós-cirúrgico.

Um terceiro caso está relacionado à família de jovem de 16 anos, envolvido com roubo de carros, que esteve internado na Fundação Casa (antiga Febem). Pertencente a uma família de cinco filhos, na qual o casal está separado há 12 anos depois de uma relação estável de 11 anos, possui uma irmã casada, outro irmão de 22 anos preso por roubo e outros irmãos de 12 e 13 anos, que estão estudando e até o momento não apresentaram problemas de conflito com a lei. A mãe aproximou-se do CRAS para solicitar vale transporte e poder visitar o filho. Atualmente, após concluir as medidas de privação de liberdade, o jovem está inserido em programa de profissionalização e a mãe em programa de inserção produtiva.

A quarta situação apresentada diz respeito a um casal em crise de relacionamento. A mãe (35 anos) possui dois filhos de outro relacionamento:

uma filha com 14 anos e um filho de 16 anos. Ela e o pai (38 anos) têm juntos uma filha de 05 anos. A família enfrenta dificuldades a partir de conflitos entre o marido e seu enteado, que não quer submeter-se ao tipo de autoridade paterna, estando a mãe dividida na situação.

Todos os casos apresentados espelham a diversidade e especificidade das abordagens e são significativos da relevância da atuação das psicólogas na atenção básica da proteção social, à medida que mobilizam uma rede de proteção demandada a partir do envolvimento das profissionais. Entretanto, as situações vividas desde o acolhimento da queixa até o cotidiano das intervenções na situação protagonizada por Jorge Luis e sua família ajudam a esclarecer as possibilidades e especificidades da abordagem neste campo.

As primeiras questões diziam respeito à higiene e cuidado fisiológico. Além do mais, ele ficava o dia inteiro vendo televisão sem sintonia de canais e sem nenhum contato com pessoas que não pertenciam à própria família.

Consideramos a situação vivenciada por essa pessoa um atendimento representativo das possibilidades de potencialização, na medida que envolve diversos fatores, ligados a várias determinações e interconstituições, com especificidades de abordagem e acompanhamento.

Além de recebermos um relato da psicóloga do CRAS, que atua na questão, também fomos recebidos na residência de Jorge Luis e conversamos com ele e suas duas irmãs, que se dispuseram a falar sobre o quadro de saúde e do envolvimento da família com o CRAS.

As situações vivenciadas estão envoltas e implicações que se desdobram também do âmbito público, desde o impacto sofrido na vida comunidade a partir de obras viárias que impuseram mudança forçada de residência, dificuldades de inserção em programas de saúde mental, até eventos íntimos, como problemas de óbito e seu luto, ou mesmo dificuldade de interação entre irmãos adultos, com agravamento de crises conjugais.

O atendimento da psicóloga foi direcionado primeiro para as irmãs, que freqüentavam um grupo reflexivo, em seguida estendeu-se a visitas domiciliares, nas quais a mesma fez contato com Jorge Luis e,

progressivamente, contando com o crescente envolvimento dos familiares, tornou-se possível levá-lo para o acolhimento de um CAPS.

Após período de internação emergencial, Jorge Luis conseguiu sair do confinamento a que estava submetido em um porão para habitar convenientemente a casa em companhia das irmãs, potencializando-se para assimilar todo o processo de mudança para outra residência .

Esclarecemos que sua saúde, anteriormente precária, deteriorou-se após o falecimento de seus pais. O trabalho da psicóloga, inicialmente, foi expor a situação para reflexão dos envolvidos, de maneira a ajudar a família a incluí-lo em um tratamento de saúde mental sem hospitalização.

Quanto ao luto relativo ao óbito dos pais, afetou na verdade, toda a família. Ninguém queria mencionar o ocorrido e a abordagem da psicóloga foi ajudar na elaboração das situações que envolviam estas questões com atravessamento do público e do privado, visto que, no mesmo período, também houve outro fato de impacto: além dessas mortes dos pais, a desapropriação da casa para as obras viárias de parte um Rodoanel que está sendo construído na região metropolitana de São Paulo.

A necessidade de desocupar o local tornou-se uma situação limite, pois ninguém sentia-se suficientemente legítimo para envolver Jorge Luis. Havia toda uma questão de sentidos relacionados a esta casa, pois o morar ali, naquele local, estava relacionado com a figura do pai, que a teria construído em prol dos filhos, nesse sentido, a desocupação do imóvel representava uma grande perda e falta de respeito com a memória do pai e os familiares claramente apresentaram dificuldade para elaborar a carga afetiva ligada ao sentido que envolvia saírem daquela residência.

Na ocasião, com o aprofundamento das abordagens da psicóloga, foi sendo favorecida uma gradual assimilação desta crise, inclusive com uma reaproximação com outro irmão, na ocasião muito ausente.

Jorge Luis tem atualmente 39 anos, vive em uma nova residência no mesmo bairro , dividindo o mesmo espaço com duas irmãs: a mais velha de 35 anos, casada com marido de 38 anos, mãe de um filho com 17 anos e uma filha de 4

anos e, e a outra mais nova, de 32 anos, separada e mãe de um menino de 10 anos. Já o seu outro irmão, de 36 anos, agora bem mais próximo da família mesmo residindo em outro local, é casado e tem uma filha de 8 e um filho de 3 anos.

Os eventos críticos que proporcionaram grandes transformações na família começaram no ano de 2006. A moradia da família era formada de três casas, todas construídas pelo pai, no mesmo quintal: a principal, onde residia sua irmã mais velha e família, seu pai com 66 anos e sua mãe com 62 anos; a segunda casa, onde residia a irmã mais nova e sua família (ainda não havia se separado); a terceira casa, de dois cômodos, onde Jorge Luis habitava, pois, como relatam suas irmãs, ele não se entendia com a mãe.

Na ocasião, Jorge Luis havia optado pelo isolamento, não saía de casa para quase nada, porém aceitava os cuidados e orientações do pai, que acompanhava desde alimentação até banhos e demais cuidados com higiene.

O pai assumiu os encargos de cuidar deste filho e o fez com muito afincamento, jamais admitiu a possibilidade de internar ou deixar outra pessoa assumir este papel de cuidados. Entretanto, ele faleceu em janeiro de 2006 e a mãe em maio do mesmo ano e, a partir destas ocorrências, a condição de Jorge Luis desestruturou-se por completo, com ele se negando a banhos e medicação, buscando alimentação mínima, apenas parte do que era colocado na porta de seus dois cômodos pelas irmãs.

A primeira pessoa que tentou ajudar foi uma agente comunitária de saúde que trouxe a enfermeira chefe do UBS (Unidade Básica de Saúde), mas não conseguiram conversar com ele, sendo que, com o impasse, procuraram encaminhar o caso para a psicóloga do CRAS.

Essa profissional fez visitas domiciliares na tentativa de abordagem. Os primeiros contatos foram possíveis apenas com a aproximação da psicóloga pela janela do cômodo, entretanto estabelecendo uma relação em que às vezes conversavam bastante e outras vezes recusava-se completamente ao diálogo.

Foi neste meio tempo que também surgiu a questão de desapropriação da residência em função de obras para construção do Rodoanel. Ao ser esclarecido sobre a situação, Jorge Luis não quis de pronto aceitar o fato, o que agravou sua situação.

As informações eram compartilhadas pelas irmãs, que freqüentavam o grupo reflexivo dentro do CRAS e, naquele momento, agindo em paralelo, a psicóloga favoreceu a aproximação com a rede de proteção e conseguiu contatar um CAPS da região.

A família ficou apreensiva, pois conhecia a experiência de alguns hospitais psiquiátricos da cidade. Ao relatar as apreensões daquele momento, a irmã mais nova relata: "... falei que se fosse um lugar igual aquele perto da Scania eu não queria, porque lá a pessoa parece que sai mais louca ainda, é muito desorganizado e desumano, uma coisa horrível..."

A psicóloga esclareceu o trabalho do CAPS e agilizou o encaminhamento. Restava convencer Jorge Luis, e como ele ainda recusava-se ao contato face a face com psicóloga, a mesma manteve as abordagens e orientou uma mobilização dos três irmãos, que escolheram um sábado e foram falar com ele. Em um primeiro momento, ele resistiu muito e falou que se fosse para sair de lá preferia ser internado. Foi a grande oportunidade que esperavam. No mesmo momento, os irmãos se comprometeram e, mesmo não conseguindo ambulância, contaram com ajuda de vizinhos que cederam uma carona de carro até a unidade do CAPS. Os profissionais do CAPS que já conheciam a situação, pois receberam informações da psicóloga, já aguardavam apenas um contato da família.

A família alega que todos foram muito bem atendidos nesta unidade do CAPS. O irmão mais novo relatou às irmãs que duas horas após a internação, quando retornou para trazer algumas peças de roupa, Jorge Luis já estava de cabelo cortado e banho tomado. Ele ficou cerca de quinze dias internado, aderiu aos medicamentos e foi liberado para o tratamento ambulatorial e, durante este período de internação, recebeu visitas constantes dos irmãos, que reafirmaram a ligação afetiva ente eles.

Todos familiares afirmam que o apoio da psicóloga foi determinante, e nas palavras da irmã mais velha “...foi ela quem ajudou, pois ele não queria ver ninguém,mas com ela conversou...eu sei também que o que causou esta mudança dele foi esta situação do Rodoanel,mais foi ela que deu a chance, ele se desesperou, ele falou: ‘prefiro ser internado do que ficar aqui vendo derrubarem minha casa’, mas foi ela quem falou que tinha esta chance, ela foi insistente,ela viu que ele estava lúcido, mesmo falando pouco e com a porta fechada, ele do lado de dentro e ela do lado de fora, ela não desistiu dele, e foi até o fim. Acho que ele viu que não estava sozinho, só que ele tinha medo da gente abandonar, antes da morte do meu pai tudo era o meu pai é ele que cuidava de tudo ”

Sobre a relação com a psicóloga, a irmã mais nova afirma que aproveitou também, na ocasião das orientações ligadas à situação do irmão, para expor seus problemas e conversar sobre sua situação conjugal, “...também na época eu estava passando muitas necessidades, meu marido era alcoólatra, eu queria separar e ele não queria, naquela época que a gente conversou com a psicóloga era uma complicação só: morte dos pais, marido com problema de bebida, problema com irmão, ter que mudar de casa....foi tudo de uma vez !!! ...pelo menos agora, de um ano prá cá as coisa começaram mudar...”

A irmã mais velha fala que Jorge Luis passou a aceitar o tratamento da saúde mental, “... de vez em quando ele pára, ele acha que tá tomando remédio forte, então começa a tremer os olhos, ele fala que é o remédio e não quer mais...então ele pára de tomar três dias e começa de novo. Ainda assim, pra nós foi muito bom ... mesmo porque ele já era uma pessoa que não gosta de briga, tem medo de chuva, ainda hoje é só começar a chover ele se tranca...socialmente ele não é muito de conversar, para nós foi positiva esta mudança, foi geral..., o trabalho do CRAS foi ótimo, foi tratamento dez, ali foi nossa vitória, né, se não fosse por ali eu não sei, a gente não tinha conseguido,eu também tenho problemas com o marido, que ele também gosta de beber, se não fosse ela ajudar a gente não teria acontecido tudo isto”

A irmã mais nova fala que foi uma mudança boa para todo mundo: “...eu consegui me separar, meu irmão ficou melhor, ela (apontando para a outra

irmã) está conseguindo ajudar o marido dela, ainda não está muito bem, por que ainda depois que ele trabalha ele vai beber...”

Quando indagadas sobre que tipo de ação realizada pelo CRAS que marcou, a irmã mais velha fala: “No meu caso, eu freqüentei as reuniões, lá isto me ajudou bastante a entender, porque em matéria assim, de bebida, eu não entro assim, não entendia o porquê, e ela mostrou bastante, e o caso das pessoas que iam lá também, passando pelas dificuldades. O importante é ter paciência para superar essas coisas todas, pra mim foi positivo, realmente foi, só que a gente foi deixando prá lá, aí ela tentou levar o meu menino, meu marido também não ajudava, meu marido não é pai dele, os dois não se bicavam, não se davam muito bem,mas parece que estamos retomando... pra nós foi tudo muito bom, principalmente para o meu irmão, quando ela ajudou lá na internação dele, ela foi uma pessoa muito boa, porque todo mundo criticava o jeito da gente cuidar dele, que ele andava sujo na rua, e como a gente que era da família podia deixar aquilo acontecer, só que ninguém parava para ajudar, não ajudavam...só criticando, mas ela não, teve paciência, soube ajudar e compreender a situação, se precisava ia lá em casa, como se fosse da família mesmo, a gente desabafava... e pelo fato dela ter vindo aqui, eu acho que foi esperteza dela de ver pela cabeça dela, veio ela, veio a enfermeira... mas foi ela que achou o jeito dele... é uma coisa que tem que ter paciência mesmo, e ela soube ...,”

A irmã mais nova fala que “...depois disto, muita coisa boa aconteceu, a gente nunca teve Natal, meus pais eram sempre humildes assim, eu quando era casada passava o natal com a família do meu ex, nunca teve ceia e este foi o primeiro ano que a gente se uniu os quatro irmãos, juntamos todas as famílias e fizemos ceia, amigo secreto, foi um ótimo natal para a gente, um clima de família e de mudança. É assim que vamos recomeçar, sempre a gente fazia as coisas e nosso irmão nunca participou, agora ele foi até na praia com a gente...”

Jorge Luis demonstrou acanhamento e a princípio não quis falar conosco, a irmã falou que ele se preparou para o encontro tomando banho, se cuidando, mas resistiu a princípio em conversar.

As irmãs falaram que era característico em seu comportamento, que saía pouco de casa, geralmente apenas para ir ao banco retirar os benefícios a que tinha direito devido sua condição de saúde “...ele sabe conversar, ele é inteligente..”, fala a irmã mais nova. No primeiro dia depois da internação em que ele foi falar com o médico, a irmã mais nova fez companhia e informou que o médico, ao perguntar sobre o porquê de ele não gostar de banho e manter aquela barba toda, de tanto insistir, Jorge Luis falou que tinha feito uma promessa, que era para arranjar uma namorada para ele. A partir desse relato, elas salientaram que quando ele era novo, não apresentava traços de problemas mentais, era um rapaz muito vaidoso, cuja vida era só trabalhar. O pai na ocasião, também bebia, e deixava as obrigações do lar sobre ele, apenas ele trabalhava. “... então eu acho que tudo isto foi mexendo com a cabeça dele, e na estória da namorada, o médico falou: ‘deste jeito que você está, não vai ter como’, aí o médico tratou dele, ele não aceitava ajuda de mulher, só médico homem, e agora ele mudou. Até hoje ele fala em ter uma família. Ele não é muito de conversar, ele examina muito o que está em volta dele, só que não fala muito...”.

A irmã mais velha fala que a psicóloga percebeu rápido a situação de que ele dava importância para o que as irmãs falavam e deu a seguinte orientação: “...você vem, a gente conversa e tudo que for falado você procura passar para ele, e você como intermediária passa pra mim a forma como ele reage”, Ela disse que: “...falava com ela, depois com ele e passava para o resto da família, e isso deixou a gente mais unido, a gente já tinha pedido ajuda antes, é que nunca tinham tempo e ninguém se dispôs a vir em casa, a gente não tinha como levar ele, tinha uma agente comunitária que vinha no portão, mas tinha medo dele, ela chegava, perguntava dele e nunca passava do portão, tinha uma outra que conversava com ele sim, mas aí ela saiu, já a psicóloga não, mexeu bastante com ele, mesmo não vendo, ela só conheceu o rosto dele mesmo depois que ele saiu da internação no CAPS, fisicamente ela não conhecia ele, só depois...mas ela não tinha medo dele, pela insistência dela que falava, mesmo ele se escondendo, ele foi bem influenciando, ela viu que estava uma pessoa lúcida, né? Perguntou o que estava se passando, ele

respondia tudo, só não abria a porta, acho que também é um pouco de vergonha dele, coitado né?

“... E ela veio umas quatro vezes, mas acho que foi ele que convenceu ela de que ele queria mudança, ela foi insistente e corajosa, quem não tem um jeito com estas coisas iria se assustar, desde as coisas assim até o cheiro forte....a situação estava complicada, com muita sujeira e roupa rasgada, ninguém queria se aproximar, só a gente que conhecia o caso dele e convivia com ele, mas as outras pessoas não tinham dó, tinham um medo danado, na verdade ele só precisava de alguém para conversar, sei lá como é isso por que também a outra agente comunitária que vinha aqui antes, ela também conversava com ele, e ele aceitava ela, depois que tiraram ela e colocaram outra, ele não quis saber, e ela também não passava do portão.

Hoje Jorge Luis está fazendo acompanhamento ambulatorial em uma unidade do CAPS, também está recebendo medicação, a irmã mais velha fala que ele está bem, diz “... os vizinhos todos criticavam: ‘ah, leva ele lá e interna, põe ele neste lugar de doido’, mas eu pensei: ‘como vamos fazer isto?’ A moça da saúde mesmo falou isto, sabe, tem que procurar ajuda, mas como é que a gente ia fazer? Se obrigar, ele fica pior!, O importante é que a psicóloga pensava que nem a gente: ‘olha tem que ter paciência... não tem que levar ele forçado’, porque o medo nosso era ele se revoltar, e depois como ele ia voltar aqui para casa? Antigamente ele tinha o pai para se apoiar e você conhece estes lugares psiquiátricos, ali não é lugar da gente se tratar, depois que cai ali..., e ele é uma pessoa lúcida. Graças a Deus, com o CAPS, ele está reagindo bem, depois de um tempo internado já sentiu falta de casa...ele sempre falava quando é que a gente vai embora, sentiu falta de casa depois que viu pessoas mais alteradas que ele... pra nós esta ajuda foi ótima...”

A irmã mais nova fala que a estória do Rodoanel mexeu bastante com a situação da família, foram prazos muito curtos para negociar a desapropriação e para desocupar a casa. Depois do acordo, tiveram apenas trinta dias para sair do local: “como a gente optou por ficar aqui no bairro, foi um pouco mais fácil, aqui é um pouco afastado, mas a gente gosta daqui por causa do clima de paz, embora se fosse mais próximo ao Centro da cidade facilitaria por ser mais

perto das coisas, só que aqui é menos agitado, é sossegado, todo mundo se conhece.

Quando foram negociar a desapropriação, contaram com a ajuda do outro irmão, que estava desligado da família há alguns anos. O fato é que a residência também estava em nome de Jorge Luis e seguiram a orientação da psicóloga, contaram sempre com a opinião dele. A irmã mais nova falava freqüentemente com ele “... muitas vezes eu ia falar com ela e ela falava para pedir opinião para ele, mostrar o que eu fazia com o dinheiro dele, as contas da casa, e isso ajudou bastante, porque a gente vivia isolado dele, fomos nos aproximando, ela ajudou mostrando como a gente podia lidar com ele...”

Atualmente a família está adaptando-se ao novo local de residência, alguns vizinhos saíram da região e outros que não foram atingidos pela desapropriação não entendem a opção pela permanência, pois gostariam de ter uma oportunidade para sair dali, Quanto ao irmão mais novo, depois de ter casado há cerca de oito anos, já não morava no mesmo bairro, sua residência fica em uma região distante e de difícil acesso ao local, também devido ao ritmo de trabalho o contato não era constante com os irmãos, mas ficou bem mais próximo dos familiares após estes eventos – a crise com o irmão, a perda do pai e a desapropriação – os quais favoreceram a aproximação. Inclusive, com uma parte do dinheiro a que teve direito, também foi possível comprar um terreno e iniciar a construção de uma residência própria, “...ele agora sempre está junto, ele sempre foi a ovelha negra da família, sempre foi estourado, igual no dia da internação, ele estava junto, ele queria matar o Jorge Luis de tanto nervoso, aí eu falei: ‘Calma, não adianta forçar’, mas ele começou a tremer e ficar mais nervoso que a gente, ele foi junto com o carro que levou, mas chegou lá ele não conseguiu nem falar ” diz a irmã mais nova.

A irmã mais velha afirma que ele tem estado muito nervoso, ao ponto de solicitar tratamento: “ele é uma pessoa nervosa e está sempre com depressão por não conseguir ter as coisas, aí saiu este negócio de Rodoanel e deu para resolver a nossa situação e para dar uma parte para ele, só que não adiantou muito, ele comprou o terreno mas não conseguiu construir a casa ainda, agora precisa ter paciência, pois ainda faz pouco tempo e nós falamos para ele ter

calma, mas só que ele fica desesperado, parece que ele não sabe esperar, tem que ser tudo hoje. Ele nunca teve muito trabalho, pois meus pais sempre deram tudo para ele, neste negócio de correr atrás das coisas, ele sempre ficou um pouco para trás.

Ao abordarmos Jorge Luis, notamos muita dificuldade, pois ele não tem desenvoltura com estranhos, fala muito pouco, somente sobre o que é perguntado, o que serviu para nos deu clareza sobre a real medida do empenho demonstrado pela psicóloga ao buscar relacionar-se com El.

Quando indagado sobre o que teria marcado sua relação com a psicóloga do CRAS, expressa da seguinte maneira "... foi tranqüilo, ela é boazinha e fala tranqüilo,..." Sobre as instalações do CRAS, ele conheceu apenas depois do período de internação, "achei legal lá,..". Ele não fala muito mais que essas palavras, e as irmãs procuram justificar, afirmando que acham ser ressentimento da falta que os pais fazem, percebem que ainda está isolado, afirmam que é muito difícil a convivência no bairro, e que ele sente falta de uma companhia.

As irmãs procuram evitar a solidão dele, só que afirmam o fato dele não ter muita paciência quando está no convívio com pessoas que não são da família: "O pessoal começa a falar muito e ele se esquivava". Também reclamam dos hábitos sedentários de Jorge Luis: "Se deixar, ele dorme o dia inteiro, tem que pegar um solzinho, conhecer pessoas...". Mas ao lidarem com esses temas, mudam rápido de assunto "Este negócio do Rodoanel também mexeu com quase tudo... e está mexendo ainda, tirando as pessoas do lugar, tem lugar que está mudando muito, não dá para ficar andando por aí ... "

Ao falarem sobre o impacto das obras viárias, explicam que o local deverá ficar bem movimentado com as vias que darão acesso à Rodovia dos Imigrantes, mas o que necessitam mesmo é de transporte coletivo, pois o local é muito isolado, embora tenha três linhas de ônibus, quando chega o final de semana fica um deserto, com viagens escassas.

Na verdade, nunca se lutou por melhorias deste tipo, pois grande parte dos moradores do bairro esperava receber desapropriação para sair do bairro, tem

peças do bairro que não foram atingidas pelas obras e criticam a opção feita por esta família, como já dito anteriormente, de comprar uma outra casa e permanecer no bairro: As pessoas acham que a gente deveria ter aproveitado e saído, mas aqui é um lugar sossegado, pode ser que fique mais agitado com o Rodoanel, mas pode ser que fique mais modernizado. Com este negócio de pouca gente e pouco ônibus, tem muito assalto, é muito violento, mas eu acho que tem chance de melhorar ...”

Quando perguntadas sobre formas de organização para conquistar melhorias em relação aos problemas do bairro, como as mencionadas questões da violência e falta de ônibus, falam que já ocorreram algumas conversas com as empresas de ônibus, mas enfatizam que a despeito dessas questões, o local é muito bom para morar.

Ao serem questionadas sobre se o assunto das condições de segurança e transportes já terem sido faladas no CRAS, elas afirmam que sim, que todos estão comentando e que uma hora acharão um jeito certo.

Ao serem indagadas sobre a importância do psicólogo no CRAS, elas falam sobre a necessidade de ter um lugar para conversar. A irmã mais velha expressa essa idéia da seguinte forma “...todo mundo tem que ter ajuda, para estudar, para trabalhar, e esse negócio de problema de cabeça agora está geral, antigamente todo mundo falava que este negócio de psicólogo era coisa de doido, né, agora acho que até virou moda procurar, todo mundo sabe que é importante, devia ter mais psicólogos. Nas reuniões que ela fez lá, sempre aparecia alguma mulher chorando, a gente tem vergonha de chorar na frente dos filhos só que e chegava lá e chorava à vontade, desabafava, saía outra pessoa, também temos curso que eles dão, é uma beleza...”

Um ponto bem salientado é a possibilidade que tiveram de superar a vergonha que sentiam na época das crises de saúde que o irmão atravessava, isto pelas críticas de não conseguirem cuidar dele como desejariam, sendo que sentiam-se cobradas pela situação de falta de higiene e degradação do irmão.

A irmã mais nova fala que se não houvesse o CRAS, provavelmente as situações geradas pelas obras do Rodoanel e pelo óbito dos pais teriam sido

muito mais graves, sendo que a superação que a família experimentou no período curto de um ano teria sido quase impossível.

Ao buscarmos uma compreensão sobre o que poderia ser caracterizado como aspectos potencializadores destas intervenções notamos que a psicóloga soube acolher as demandas apresentadas em seus aspectos intersubjetivos e sociais, fazendo uma leitura das implicações que envolviam os transtornos psíquicos de Jorge Luis, desde eventos críticos como a morte dos pais, até os diversos carecimentos dos familiares, culminando com grandes transformações desencadeadas pelo impacto de obras viárias na comunidade onde viviam.

E segundo por que soube potencializar as relações buscando atuar sobre as sociabilidades, transitando com certa facilidade entre os campos íntimo e público, sempre com o intuito de buscar envolver os familiares e mobilizar serviços públicos de apoio.

Ela esteve atenta às necessidades e carecimentos, e em momento algum procurou situar os problemas no contexto da pobreza dos envolvidos, seu foco foi buscar fazer os irmãos afetarem-se para entender o processo a que estavam submetidos e buscarem soluções conjuntas.

Quanto às posições sociais dos envolvidos, procurou atuar sobre as relações de desvantagem, principalmente nos transtornos emocionais e meios intersubjetivos de superá-lo, orientou diretamente e aconselhou as irmãs no sentido de manter Jorge Luis ao par, tanto de negociações sobre a casa, como meios e possibilidades de recursos para ajudar em sua condição de saúde.

Ao promover a integração dos sujeitos atendidos aos grupos reflexivos, e ao colocar-se a disposição para atender Jorge Luis na própria residência ou mesmo quando assumiu um papel de orientação, indicando para as irmãs como falarem e como reagirem perante situações geradas nos cuidados à saúde de Jorge Luis, a psicóloga procurou legitimar-se e desenvolver competência nas relações sociais, sendo que a partir de então ampliou o campo perceptivo e a sensibilidade de todos sujeitos de atenção e proteção ligados a Jorge Luis, por intermédio dele todos foram alvo de sua intervenção.

Notamos que as informações foram surgindo ao longo do processo, a psicóloga em sua atuação pode traduzir as necessidades apoiando os carecimentos favorecendo a qualificação das queixas, soube acompanhar e intervir nas mediações afetivas que traduziam o impacto dos eventos familiares, desde o luto com a perda dos pais, a enfermidade de Jorge Luis, as transformações ocorridas na comunidade com as obras viárias, a mobilização contra a violência da periferia; ou seja todos os eventos que fornecem indícios da tensão dialética que permeia a interconstituição do público e do privado.

O medo e a esperança estão presentes na fala dos envolvidos, desde o constrangimento de não conseguirem transformar o carinho pelo irmão em cuidados com sua saúde, até a angústia que envolveu a mudança forçada da residência que tinha o valor um legado das contribuições deixadas pelo pai.

Paradoxalmente ao serem forçados ao desligamento desta casa, que remetia a um símbolo material dos afetos positivos que fora vivido anteriormente no período em que os pais estavam vivos, os irmãos puderam experimentar um estreitamento dos vínculos, evidenciando uma mudança na vida afetiva, no qual o medo do descontrole nos cuidados da saúde do irmão e a angústia e frustração pela perda de referências com a destruição do local de moradia da família, foram gradativamente sendo substituídos pela satisfação dos bons procedimentos adotados na colaboração e envolvimento de todos nos cuidados com o irmão, desde o período de internação emergencial até a atual fase de acompanhamento ambulatorial.

A partir da mudança de residência também conseguiram avanços na qualidade das relações, tais como a primeira confraternização de fim de ano, a primeira viagem para a praia tendo a companhia de Jorge Luis.

Os relatos permitem afirmar que a presença da psicóloga foi determinante, sua capacidade de interpretar os indícios permitiu uma mediação adequada suficiente para mesclar distanciamento e aproximação, conferindo à relação de ajuda que se estabeleceu uma gradativa autonomia que reafirmou a capacidade dos familiares encaminharem soluções para seus problemas, os quais sofriam atravessamento íntimos e público.

Determinante para esta compreensão e encaminhamento dos afetos foi a maneira com que a psicóloga valeu-se dos meios e recursos disponíveis, sua sensibilização foi favorecida por uma adequada articulação da rede de proteção sócioassistencial, mesmo que precária e talvez até por isto, a psicóloga demonstrou domínio de instrumentos técnicos e mecanismos, tanto materiais como simbólicos, na execução de suas ações.

Isto demonstra a necessidade de irmos além da escuta sensível, transformar implica também objetivar metodologias ativas voltadas para a ação política.

Trata-se de uma interconstituição dos níveis públicos e subjetivos que envolve um compreensão acerca de modalidades de participação e envolvimento dos sujeitos, no plano íntimo requer satisfação de necessidades, já quanto a aspectos públicos, capacidade de interlocução para interagir e superar dificuldades pelos próprios meios.

A psicóloga atuou na possibilidade de conexão entre as pessoas, valorizando e identificando o sujeito da participação, enfatizando tomadas de decisão e conciliando interesses e necessidades.

Tal possibilidade precisa ser avaliada a partir de uma tensão existente nas dimensões afetivas pois evidenciam uma intencionalidade ética e política que o aparato teórico e metodológico contém, podendo contrapor uma forma ativa ou a submissão dos sujeitos.

Com a análise desta práxis psicossocial estamos evidenciando uma necessidade de abordar o social a partir da experiência vivida pelo sujeito, e com isto estabelecer o foco na comunidade e no indivíduo para reorganizar os afetos.

Na situação vivida por Jorge Luis e seus familiares não foi notado nenhuma categorização ou patologização buscou-se uma compreensão sobre os processo e recursos emocionais dos envolvidos, mesmo sendo o contexto social relevante nas particularidades e circunstâncias relatadas, foi a experiência subjetiva que deu expressão ao campo simbólico e emocional e gerou canais de inserção social. .

3.2 A especificidade da psicologia que convém à Assistência Social

Notamos que os sentidos implicados nestes aspectos relacionas no âmbito do CRAS reafirmam a importância de uma aproximação da rede pessoal significativa do sujeito usuário, em especial no que se refere às tramas de conflito e ao potencial afetivo, de apoio ou não em situação de risco.

No entanto também foi constatado nestes relatos que sua abordagem é apenas parte da estratégia de potencialização; ao considerarmos a constituição de um núcleo relacional de assistência com vistas à inclusão social, e a expectativa de integrar as diversas políticas públicas por meio de programas e ações complementares, devemos incorporar na análise e estratégia de intervenção a categoria da afetividade.

Trata-se de ir além de conhecermos os sentidos implicados, os psicólogos precisam se apropriar das atividades dos sujeitos em suas implicações éticas e estéticas, para tanto estamos pressupondo-as dimensionadas em três aspectos:

I - O Institucional que está ligado à sistematização dos serviços, com organização e planejamento dos espaços e recursos.

II – O Operacional que é estabelecido pela qualidade do envolvimento profissional no que se refere à disponibilidade para intervir sobre o inusitado e possibilidade de acolher a demanda de quem procura o serviço.

III – O Sujeito Usuário, que tende a modular a qualidade de sua participação a partir do próprio histórico de necessidades e carecimento.

Quanto aos serviços do CRASs e as possibilidades da atenção psicossocial constituir-se como proteção básica, o trabalho desenvolvido com a família de Jorge Luis aponta que as alternativas vão se construindo ao longo do processo, com as pessoas envolvidas, e com uma trajetória erística pela articulação entre os serviços, sendo determinante estudar a questão sobre vários aspectos, buscando contextos sociais e pessoais, enfrentando a tensão dialética entre o ideal e o realizável.

Cabe à Psicologia estabelecer sua especificidade de intervenção na Assistência Social sem copiar modelos prévios, buscando vincular-se ao outro por meio da identificação de necessidades e sentidos transformadores, compartilhando idéias e posturas, sendo que para tanto deverá enfrentar o perigo de estabelecer relações muito informais baseadas no "jeitinho", e sem enfrentar os problemas estruturais.

Analisando o trabalho realizado, podemos buscar um entendimento acerca das estratégias que podem ser adotadas pelos psicólogos, trata-se de aprofundamento acerca dos aspectos relacionais que implicam a atenção básica, entendendo-a por meio da interconstituição dos aspectos Institucionais, operacionais e do Sujeito usuário.

Os eventos protagonizados no atendimento a Jorge Luis demonstram que para investigarmos e interpretarmos a realidade precisamos problematizá-la a partir da incorporação de múltiplas formas de conhecimento, tendo como ponto de partida as experiências acumuladas pelos psicólogos, porém com vistas a uma crítica que supere o risco de sua intervenção reproduzir relações de poder e opressão.

Capítulo 4

4.1 PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E

AFETIVIDADE: A EXPLICITAÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO

Quando se propõe analisar o tema das políticas públicas é necessário contextualizá-lo a partir do ponto de vista do Estado, como proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais historicamente determinadas e suas decorrências cotidianas de violação de direitos sociais e conflitos entre privilégios, sofrimento e violência que precisam ser transformadas.

Sendo a política de proteção o esforço necessário neste sentido, ela supõe planejamento e percepção de que é possível intervir no processo histórico, impedindo a desigualdade de operar-se à revelia e instituindo um processo de conquista da cidadania, que precisa ser não apenas preventivo, no sentido de evitar a proliferação dos carecimentos, de promover a redistribuição do poder e das oportunidades entre iguais, mas principalmente emancipatório ao visar sujeitos capazes e autônomos, que não precisariam demandar objeto de cuidados.

Ao pensarmos a superação das desigualdades responsáveis pela pobreza e exclusão, em nossa perspectiva precisamos iniciar as reflexões a partir da

cidadania em sua dimensão da participação política, pensando os direitos reais das pessoas em contraste com aqueles que estão formalizados nas declarações, nas constituições nacionais e demais códigos de leis, que, por nem sempre serem implementados, revelam o seu caráter meramente formal e não real (Rosanvallon 1995).

A participação política e civil implica responsabilidades e deveres concretos expressos no dia-a-dia, e não apenas direitos expressos juridicamente.

O grande desafio para os gestores e profissionais da área está em efetivar os direitos sociais conquistados no ordenamento jurídico, por meio da criação de canais de participação institucionais que garantam não apenas direito à vida, mas também da vida digna em sociedade, esta distinção é necessária e se deve a uma percepção de que o cuidado com a vida das pessoas precisa ir além dos cuidados com subsistência.

Sua plenitude não se esgota na complementação de carecimentos materiais, mas no modo de produção concreto que possibilita sermos determinados por nossas próprias ações, pois mesmo estando expostos às condições materiais existe a possibilidade de uma vida ética que permitiria ser causa de si e voltados para a liberdade .

Iniciativas neste sentido sempre têm esbarrado na racionalidade econômica que subjugou o Estado contemporâneo e suas possibilidades de intervenção, submetendo todos a uma ordem política neoliberal, com ganhos de mercado em detrimento de previsíveis conseqüências danosas que podem chegar ao extremo de atentar contra vidas humanas, relegando à assistência social apenas um papel compensatório, que resvala no assistencialismo, na medida em que perpetua carecimentos e revela-se insuficiente para minimizar os danos.

Evidencia-se uma situação de fragilidade no sistema de proteção que afeta o pertencimento social, deixando a situação de risco de ser um evento crítico e pontual no ciclo da existência para atingir níveis severos de desfiliação, os quais impedem a mobilidade social e silenciam na população empobrecida a sua expressão de subjetividade, dando lugar a um processo de exclusão que por desumanizar e esvaziar a vida das pessoas, se manifesta para além de

sua injustiça distributiva que priva acesso a serviços e benefícios de providência, criando barreiras para o desenvolvimento e expansão da vida e da capacidade de resistência e reivindicação de seus direitos, mesmo no âmbito privado.

Ao buscarmos nos apropriar destas questões e inseri-las como problemática para o campo da Psicologia, nossa intenção é ampliar possibilidades para a compreensão acerca dessas desigualdades, favorecendo e qualificando a crítica sobre os desarranjos que o funcionamento injusto do sistema social de proteção tem causado na vida das pessoas e assim, capacitar os psicólogos para agirem dentro de programas de assistência social.

A destituição destes direitos de cidadania proporciona graus de exclusão bastante distintos, sociais, subjetivos ou relacionais dentre outros, e conhecimentos científicos como os da psicologia social e suas categorias de análise, podem favorecer o conhecimento dos processos que levam à eles, bem como às particularidades das diversas situações excludentes, com a qual tornar-se ia possível não apenas um entendimento abrangente do tema, mas uma potência suficiente para superá-lo.

A Psicologia social permite incorporar o conceito de sujeito nas ações da assistência social, pensando não apenas as relações entre a sociedade e o Estado, mas também as interconstituições de relações interpessoais e intersubjetivas, dos compromissos íntimos e variados assumidos entre as pessoas, bem como suas possíveis mediações no espaço público.

Ao dar este enfoque é preciso cautela para não cair no psicologismo e no individualismo, focar o sujeito não é apenas abordar implicações subjetivas e descrever situações de desvantagem, ou mesmo fortalecer a auto estima isolando o sujeito dentro de si mesmo. Estamos nos referindo às abordagens da intersubjetividade a partir de uma visão ético-política da psicologia³.

³ Alguns avanços já são realidade, é o que pode ser constatado ao verificarmos o grande volume e a qualidade dos trabalhos apresentados nas Mostras Nacionais de Práticas Profissionais em Psicologia Instrução e Compromisso Social e também nas duas edições do Congresso Ciência e Profissão, promovidos pelo Conselho Federal de Psicologia, mesmo não havendo sistematização teórica ou metodológica dos trabalhos apresentados, legitimam a inserção profissional e o tipo de comprometimento no segmento social de forma transformadora, maiores detalhamentos das informações estão disponíveis no site: www.pol.org.br.

Nossa expectativa é a de promover avanços nas possibilidades da Psicologia enquanto profissão vir a consolidar-se como um instrumento de conhecimento e ação capaz de penetrar nas experiências e explorar o potencial de transformação da sociedade, por meio de intervenções em políticas de assistência social, atuando na negação da potência da ação dos sujeitos que demandam atenção por parte das políticas de proteção social.

Qualificar a atuação profissional nesta área faz toda a diferença quando se considera realidades como a brasileira, historicamente marcada por políticas públicas assistencialistas, de ajuda não apenas compensatória e arbitrária, mas também caracterizada pela inconstância: no lugar do direito social, a retribuição dos interesses e favores, sendo necessário trabalhar o sujeito, seu sofrimento e sua capacidade de ser agente de transformação social.

Colaborar com um projeto político para a psicologia em políticas públicas de assistências sociais, levando em consideração aspectos afetivos tem, portanto, o sentido de estabelecer protagonismo na sociedade, oferecendo possibilidades de atuação profissional contextualizadas, e que ao reconhecer o limite histórico do diálogo, constituam propostas transformadoras e libertárias capazes de superarem a tensão inerente entre as possibilidades de emancipação humana e a condição de agentes com prestação de serviços nomeados pelo Estado, sendo necessário ater-se aos diversos desafios que seu protagonismo envolve, no sentido de colaborar com a busca pela emancipação do ser humano .

4.2 Aspectos Teóricos da atenção psicossocial

De fato as transformações libertárias e as noções de emancipação humana e participação são elementos inerentes à competência profissional do trabalho em políticas públicas, independente de seu campo ou ramo de atuação.

Portanto cabe ao psicólogo incorporar nas referências teóricas uma reflexão acerca de aspectos do Estado e do tipo de gestão de políticas públicas, posicionado-se frente aos limites e possibilidades para o campo da assistência social, sobretudo as implicados para a atenção psicossocial inserida enquanto suporte nas abordagens dos diferentes conflitos sociais.

Nossa proposta tem a pretensão de colaborar com o fortalecimento da participação social, ajudando na compreensão e combate ao individualismo, entendido enquanto um dos principais obstáculos para a emancipação.

Essa é nossa tese, pois buscamos uma formulação de processos includentes capazes de instalar níveis de pertencimento social, que sobrepujem as diferenças e relações de exploração.

O individualismo a que nos referimos precisa ser entendido a partir do atual contexto histórico de crise em que as instituições estão apresentando dificuldade para promover modelos de identificação e confiabilidade, estando o indivíduo fechado em si mesmo, constituindo-se em uma ordem que privilegia uma noção de prioridade no eu “...primeiro eu comigo mesmo e depois os outros...” e se desdobra na desvalorização do público, isto leva o buscar por

privacidade ao nível da obsessão e faz com que o mundo externo pareça vazio para as pessoas, uma ditadura intimista (Sennet, 1989) que estimula emoções particulares e impõe a necessidade de voltar-se para recompensas psicológicas imediatas no qual a participação social ocorre apenas mediante troca de vantagens pessoais (Sawaia, 2003).

Sobre este fortalecimento dos valores individuais, (Negri, 2002), iguala o valor da produção e circulação de emoções e sentimentos ao valor do trabalho, sendo a vitalidade dos corpos e mentes comprada ou vendida, restando como desafio lutar contra o mercantilismo e isolamento, potencializando as pessoas para abrirem-se ao coletivo tendo como valor o afeto de relações concretas " ... O afeto é uma potência expansiva. Significa que se trata de uma potência de liberdade, de abertura ontológica, de difusões multidirecionadas" (Negri, 2001)

Para tanto é fundamental partir da crítica à concentração desmesurada de poder que favorece alguns grupos em detrimento de parcelas excluídas, postando-se o Estado invariavelmente do lado dos mais fortes.

A fronteira entre inclusão e exclusão é tênue, movediça e envolve questões éticas e não apenas determinações jurídicas e econômicas. Trata-se de um fenômeno que é multidimensional, um processo objetivo e ao mesmo tempo subjetivo. Uma das formas de abordá-lo nesta sua multiplicidade é por meio do sofrimento.

Quando opta-se pela análise da dialética da inclusão/exclusão por meio da afetividade, procura-se dar também ênfase ao aspecto relacional – e não apenas estrutural – da exclusão, o que nos dá a noção de processo dinâmico e rompe a cisão entre o objetivo e o subjetivo, que possibilita explicitar contradições e complexidades apenas passíveis de abordagem tendo em conta os diferentes contextos que contribuem para a desqualificação social.

Inserimos a reflexão sobre a inclusão e exclusão presentes na análise das políticas públicas como estratégias históricas de manutenção da ordem social, isto é no movimento de reconstituição sem cessar de formas de desigualdades, como o processo de mercantilização das coisas e dos homens e o de

concentração de riquezas, os quais se expressam nas mais diversas formas: segregação, apartheid, guerras, miséria, violência legitimada....” (Sawaia,1999).

“...Dessa forma, exclusão passa a ser entendida como descompromisso político com o sofrimento do outro...” (Sawaia,1999) principalmente aquelas que se revelam a partir de processos que levam as pessoas a serem sistematicamente excluídas dos serviços e garantias oferecidos ou assegurados pelo Estado.

Os processos de integração ou expulsão dos sujeitos são entendidos enquanto tensão dialética que pode manter o indivíduo na alienação e perpetuar o assistencialismo, sendo que o ato de simplesmente conceder auxílio e benefícios não pode ser confundido com inserção de plenos direitos.

O que caracteriza uma ação como assistencialista é sua resultante que aliena e mantém o indivíduo na pobreza e dependente do Estado, sendo que a psicologia pode estabelecer critérios além dos econômicos, mais adequados na medida em que partem da condição e possibilidade de intervenção profissional para ocupar-se em melhorar a relação entre as pessoas.

Esta possibilidade de melhorar as relações em contraste com a perpetuação da alienação, é uma crítica com que a psicologia pode contribuir e diz respeito à necessidade de expor a centralidade da ação nas pessoas em detrimento da análise das relações econômicas objetivas, pois não basta ater-se às relações de poder e de produção, pois não esgota a análise e muito menos as proposições na medida em que do ponto de vista subjetivo, esta realidade não é imutável, possui permeabilidade mesmo no dinamismo deste atual contexto histórico, cabendo apropriar-se do conhecimento de sua realidade para reivindicar outras possibilidades.

Do contrário restaria a constatação de que a assistência e a intervenção nos processos de exclusão, embora imprescindível, seria passível apenas de configurar-se como mecanismo passivo submetido às condições materiais e de manipulação compensatória, favorecendo ainda mais o já familiar ciclo de dependência servil, cabe portanto ao sujeito da ação e intervenção atuar na estrutura, visando superar as teses deterministas, que significam imobilismo com estagnação e falta de potência.

Além do mais, pensar em instituir direitos reais, mesmo que básicos como os relativos à sobrevivência, tem o sentido de um avanço necessário e oportunidade histórica, sendo que penetrar no universo cotidiano a partir da mediação empreendida pela proteção estatal, é o ponto de partida que buscamos aqui para analisar e propor possibilidades de emancipação, na medida em que a realidade precisa ser tomada como processualidade, em permanente mudança e construção, no lugar de ser subjugado pelos condicionamentos materiais, atuar nas condições postas e transformá-las.

Desta forma não podemos também rotular as ações de proteção, atendo-se na divisão que as estigmatiza entre perspectivas assistencialistas ou não, o que cabe ao psicólogo é verificar nelas seu potencial de expansão dos sujeitos. Toda reparação pode ter uma potencialidade de mobilização ou negá-la por completo, a depender do contexto da ação e da intervenção, restando aos profissionais agregar à crítica do poder e das relações com o estado, a figura do sujeito, resgatando-o e contribuindo para uma nova forma de avaliar os envoltórios íntimos proporcionados pelos programas de assistência social e o que pode definir a qualidade destas ações (expansivas ou transformadoras) é o afeto,

Uma grande questão quando se trabalha com políticas públicas é a transformação social, Marx foi um dos pensadores que valorizou uma transformação humana, diferenciando-a das transformações nas relações sociais, enfatiza a liberdade da exploração econômica mas não desconsidera as condições que as perpassa, conforme sua análise da questão judaica, ao defender o direito à liberdade religiosa deste povo como um grande avanço, situa-o como resultante de uma transformação política, mesmo que limitado do ponto de vista das determinações históricas.

Segundo ele, as Revoluções Francesa e Industrial, foram caracterizadas por mudanças nas relações, passando o ser do indivíduo a organizar-se por meio da propriedade, privada e individual, em contraposição à antiga norma feudal que impunha a determinação da comunidade, existindo o ser apenas como integrante da mesma.

Esta transformação política por ele vislumbrada não chega a constituir possibilidade de emancipação do homem em si, embora supere dificuldades para o desenvolvimento humano a que esteve sujeito no período do feudalismo, pode como realmente ocorreu, manter a exploração do homem pelo homem.

Portanto a emancipação e a transformação têm que ser por inteiro, tanto da sociedade como do sujeito, além das mudanças nas normas e estruturas, é necessário mudar as subjetividades e inter subjetividades, pois se as pessoas continuarem alienadas de suas potências, irão deixar de submeterem a aqueles que estavam no poder para se submeter a outros.

Estabelecer uma nova ordem na participação guiando-se apenas pela transformação política seria apenas reafirmar interesses individuais legitimando uma configuração de Estado concentrador de poder, resultante da lógica de direitos instituídos pela relação de capital e de apropriação de bens, seria apenas reafirmar processos de dominação, que pela sua essência apenas perpetua a desigualdade.

Mesmo que subjugado pelo contexto do capital, cabe busca por espaços de resistência de busca pela transformação social, desencadeando nos programas de assistência ações que fortaleçam a capacidade de superação das mediações alienantes a partir do indivíduo, não com o fim em si mesmo, mas como superação do individualismo.

Esta postura perante a contingência histórica torna-se potencializadora, tendo em vista apoiar-se na idéia de resistência à dominação político-social pelo fortalecimento da potencia de particip-ação coletiva e individual, e nessa concepção de transformação social a psicologia social tem muito a colaborar.

Trata-se de valer-se de contribuições de um tipo de psicologia sem pressupostos adaptativos que conformam o sujeito às relações alienadas, pois do ponto de vista das políticas de proteção social, a transformação tem sua viabilidade baseada em privilegiar a participação e a capacidade de resistência, uma vez que ninguém se emancipa sem ajuda do outro, e mais, emancipar evolve um processo que implica ir gradativamente dispensando dialeticamente esta ajuda (Demo,2001), não se trata de dispensar a relação

com o outro, o que é impossível, mas partilhar encontros sem submissão e carecimento, libertando da ajuda assistencialista.

Para realizar essa idéia de emancipação em relação aos cuidados de proteção social, enquanto processo dialético que se dá por meio de conquistas populares, “debaixo para cima”, e no contexto das políticas públicas tal chega a propor Pedro Demo (2001), caberia aos técnicos favorecerem relações que vão gradativamente ajudando a abrir mão da tutela, buscando com isto superar um ciclo perverso de dependências que impede o controle democrático e alimenta a miséria material, que torna aguda a pobreza política das pessoas excluídas.

Isso não significa uma apologia ao individualismo, o que está em jogo na legitimação desta psicologia é sua capacidade de motivar ação potencializadora, no que diz respeito à falta da consciência crítica dos direitos, tornando esta condição de destituição mais crítica do que a material, impondo-nos imperativos para buscarmos ofertas de oportunidades para o desenvolvimento social, que está ligado ao bem comum e à cidadania, tendo o Estado como instância delegada de serviço público e submetido ao controle democrático de cidadãos dotados de habilidade política.

Trata-se de um processo longo, complexo e carregado de contradições, cabe ao psicólogo preservar e fomentar a potência de agir enquanto capacidade afetiva de decidir se algo é bom ou não e quais ações devem ser evitadas.

Esta concepção de afetividade refere-se à capacidade de aumentar ou diminuir a potência de agir em prol da própria liberdade, pois são as afecções do corpo enquanto poder de afetar e ser afetado por outros corpos (Sawaia, 2003), elas são tristes quando levam o indivíduo submeter-se aos desejos e às vontades alheias, inibindo a própria vontade, e são alegres ao converterem-se em força capaz de afetar outros corpos e ser afetado simultaneamente sem ser dominado por eles e nem dominá-los.

O afeto é subjetivo e objetivo, atravessa o cotidiano, a estrutura social e o sistema psicológico. É vivido individualmente, mas tem sua gênese na sociedade, sendo revelador da forma como o sujeito vive as dramáticas

condições de existência, e atuar sobre suas condições subjetivas pode ser um estratégia capaz de promover a expansão humana

Sawaia (2001) fala do afeto como um encontro, que remete ao outro incondicionalmente e aponta princípios ligados ao pensamento de Espinosa: Um deles que os homens realizam-se com os outros e não sozinhos, do qual desdobra-se que a vontade comum a todos é mais poderosa que a individual, sendo que ambos resultam na concepção do coletivo como produto do consentimento e não do pacto ou do contrato, para afirmar que, Bons encontros só são possíveis com justiça e sem miséria, quando não há dominação instituída e excesso desproporcional de poder. (Sawaia,2001).

Esta concepção de encontro favorece uma *práxis* capaz de abranger as dimensões cotidiana e a pública, pois aborda a intimidade, a subjetividade, a intersubjetividade e a vida social, o que exige estratégias participativas diferenciadas e ações interinstitucionais.

Do ponto de vista teórico buscamos contribuições que procuram reafirmar a constituição do homem enquanto fruto de sua relação com o outro social, e neste sentido Vygotsky concebe o indivíduo na sua totalidade, como ser biológico, que só se desenvolverá no interior de um grupo social pela mediação de significados.

Essa compreensão teórica supõe uma compreensão ontológica da natureza humana como sendo quase social e ao mesmo tempo dotada de uma especificidade subjetiva e que constitui-se como sistema que inclui processos biológicos.

Ao definir a atividade do organismo como sistema determinante para o processo de aparição de novas emoções e necessidades, não se deve esquecer a condição subjetiva do ser humano, a qual supõe sua capacidade de ser sujeito das próprias atividades (Rey,2000).

O autor estabelece a consciência como objeto de estudo da Psicologia, sendo por ele definida como um sistema integrado de diferentes sistemas psicológicos,“Seria a própria essência da psiquê humana, constituída por uma inter-relação dinâmica, e em transformação ao longo do desenvolvimento entre intelecto e afeto, atividade no mundo e representação simbólica, controle dos

próprios processos psicológicos, subjetividade e interação social.” (Oliveira,1992).

A unidade principal dessa consciência interfuncional é a emoção, também mediada por símbolos. Portanto, para atuar sobre ela é necessário atuar no afeto, essa forma de abordar nega a divisão entre emoção e razão, enfocando que a compreensão do pensamento humano só é possível quando se compreende sua base afetivo-volitiva.

Com isso, introduz a idéia de que o pensamento tem origem na esfera da motivação, a qual inclui inclinações, necessidades, interesses, impulsos, afeto e emoção.

Em seus trabalhos, criticou as teorias psicológicas tradicionais que separam artificialmente intelecto e afeto enquanto objetos de estudo e o fato dessas apresentarem o pensamento como um fluxo autônomo, acarretando dificuldades no entendimento da influência do pensamento sobre o afeto e a volição.

Propõe, então, que na complexa dinâmica das emoções somente obtém-se entendimento partindo da lógica dialética, segundo a qual não há uma relação causal simples entre emoção e pensamento.

Em seu enfoque sobre a compreensão da base afetivo-volitiva do pensamento, ele se ocupou com estudos de processos que envolvem necessidades e emoções, sendo um de seus pressupostos a imbricação entre eles e deles com o pensamento, “...cada idéia contém uma atitude afetiva transmutada com relação ao fragmento de realidade a qual se refere.” (Vygotsky, 1998).

Para esse pensador, as idéias e as ações têm sua gênese no afeto e na vontade, que consistem o subtexto das ações observáveis do ser humano.

Como as emoções são mediadas por significados que se constroem na intersubjetividade, o sentido das emoções variam no tempo e o uso ideológico das emoções define formas de expressar, de sentir e de socializar os afetos.

Ao unir afeto, pensamento, memória e necessidade em uma mesma trama, na qual todos se configuram atravessando um no outro, nos apoiamos nas idéias

desse autor para sustentar que abordar a afetividade não significa imediatamente libertar o homem.

Cabe, pois, ir além e promover sua capacidade perceptiva e ampliar o conhecimento da realidade concreta na qual esse indivíduo está inserido, pois sua capacidade de percepção o quanto mais ampliada estiver, mais diversidade proporcionará à dinâmica das funções psicológicas superiores.

Sua teoria é, portanto, significativa para aprofundarmos a idéia de potência de ação. Para elaborar essa concepção de capacidade perceptiva, Vygotsky apóia-se em Engels, ao postular o conhecimento como inerente ao homem, e atribui uma natureza gnossológica para o ser humano. Também apóia-se em Espinosa e postula que liberdade não é estar livre dos motivos e emoções, e sim em tomar consciência desses motivos, sem não quebrar as conexões entre as funções psicológicas superiores.

Essa concepção realça a importância de aprofundamentos da necessidade enquanto categoria psicológica. Pretende-se, com isso, distingui-la também de concepções biológicas e tratá-la como um processo singularmente humano, entendendo-a como momento permanente da qualidade do organismo, especificadas em sua condição subjetiva e não biológica (Rey,2000).

As necessidades se organizam e se integram ao sistema psicológico superior e são atravessados pelas emoções já existentes e de origens diversas, sendo que estas formas de organização geram novos estados qualitativos, com os quais proporciona-se novas necessidades e emoções. Necessidade é, portanto, algo social e individual ao mesmo tempo.

Portanto a potência de cada um é fruto das relações estabelecidas (Sawaia,2003), sendo a afetividade entendida enquanto intersubjetividade, o indivíduo nunca é causa de si mesmo, somente potente nas relações, portanto precisa dos encontros para realizar a emancipação.

Os profissionais necessitam dar conta dos afetos do sujeito histórico e concreto ,o que significa que estabelecer compromissos e colocar-se a serviço desta população implica também adicionar outro comprometimento além do político, trata-se de uma dimensão ética, pois seu discurso profissional precisa acolher suas demandas, e questionar a noção de passividade nos serviços,

orientando-os para uma concepção ativa na transformação da realidade em que vivem, pois os critérios para determinação de elementos diagnósticos e de planos de intervenção, com uma conseqüente abordagem das patologias e conflitos, dependem da intencionalidade que os orientam na intervenção.

Como estamos tratando de uma potencialização voltada para a participação dos sujeitos integrando suas demandas nas práticas de intervenção, achamos oportuno retomar algumas contribuições de Martín-Baró (1998), devido sua proposta potencializadora, na qual busca valer-se da Psicologia Social e suas categorias enquanto possibilidade de desideologização e posterior conscientização dos excluídos, rompendo com uma tradicional postura de propostas adaptativas voltadas para a manutenção do sistema vigente.

Com sua psicologia da libertação propõe um estudo da consciência baseado na relação dialética do encontro entre o homem e a sociedade, “...El método dialético tal como lo entendemos aqui, assume que El objeto se constituye precisamente por una mutua negación de pólos, y que esto ocurre em um proceso histórico. En El caso concreto dela psicologia social, aplicar El método dialético quiere decir que El estudiar los problemas se parte Del presupuesto de que persona ey sociedad no simplismente interactúan como algo constituído, sino que se constituyen mutuamente y por consiguiente, que negandose uno y outro, se afirman como tales.” (Martin-Baró, 2001)

Desta maneira propõe o método dialético como indicado para o estudo do objeto da psicologia pois parte da consideração em que o indivíduo e a sociedade são constituídos mutuamente, não havendo como entendê-los separadamente, os processos ideológicas de uma pessoa precisa ser examinado no contexto da estrutural social do qual faz parte.

Desta forma define a consciência como “todo aquel ámbito en donde cada persona encuentra El impacto reflejo de su ser y de hacer en sociedad, donde asume y elabora un saber sobre sí mismo y sobre la realidad que le permite ser alguien, tener una identidad personal y social; (...) es el saber y no-saber sobre sí mismo, sobre el propio mundo y sobre los demás, un saber prático antes que mental” (Martín-Baró 1998), Portanto uma práxis conscientizadora e potencializadora pressupõe a capacidade do sujeito transformar a si e à sua

realidade, bem como conhecer os mecanismos que o oprimem e desumanizam, possibilitando uma práxis voltada para um saber constantemente renovado sobre si mesmo e sobre sua realidade.

O horizonte para este fazer da psicologia seria intervir sobre a alienação das pessoas, instituindo uma capacidade de saber sobre si mesmo e sobre a realidade.

Suas contribuições são relevantes, na medida em que evidenciam a participação social como eixo articulador da intervenção psicossocial, o que constitui avanço na superação do individualismo pois considera a sociedade constituída por indivíduos, o que no contexto das políticas públicas, favorece uma análise das possibilidades que podem levar ao usuário constituir-se como sujeito ativo dos benefícios sociais.

Mas não suficientes, pois é preciso acrescentar elementos intersubjetivos à maneira do autor propor sua análise dialética, pois intervir sobre a alienação requer criar mecanismos relacionais e divisão de responsabilidades por meio de relações de compartilhamento que superem a dicotomia entre pessoa e sociedade, tendo em vista a busca pela superação da relações de ajuda enquanto paliativo de crises situacionais do indivíduo.

Mesmo ao considerar as pessoas e a sociedade mutuamente constituídos, o autor não deixa claro em sua abordagem das relações sociais concretas, as possibilidades de abordagem das contradições que precisam ser superadas para produzir relações sociais qualitativamente diferentes, "...para que esta contradição não negue a todo momento a sociedade que a produz, é necessário a ideologia, ou seja, os valores que são explicações verdadeiras que reproduzem as relações sociais necessárias para a manutenção das relações de produção..." (Lane, 1984) .

Embora o ser da participação seja definido na sociedade (Sawaia, 2001), não quer dizer que não há subjetividade e individualidade, pois não há como negar as configurações individualizadas na análise da participação social, é este sujeito afetado por outros corpos que sente e interpreta a realidade nas múltiplas formas de participação.

Não basta eleger uma configuração de oportunidades aliadas a processos de conscientização, nem tão pouco regredir ao subjetivismo, e sim configurá-la como necessidade do sujeito, no sentido de estabelecer um compromisso.

Seria a junção da ética e da política por meio de uma práxis participativa, que concilia as necessidades e desejos particulares com a convivência em sociedade, superando contingências adversas ao comprometimento entre os homens.

A partir dessa preocupação com o contexto subjetivo é necessário propor uma estética potencializadora da participação inspirada na idéia Espinosana da potencia de ação, que seria a passagem da passividade à atividade, da heteronomia à autonomia (Sawaia,2001), seu contrário seria a potência de padecer relacionada às paixões tristes que transformam o homem em juguete dos acontecimentos, colocando nos outros o sentido da própria potência de ação, deve-se portanto investir em ações concretas que favoreçam uma estética potencializadora que ao perpassar toda a esfera pública, configure uma subjetividade participativa que supere a passividade por meio da valorização do afeto, uma vez que para além dos relatórios e normas técnicas, estão as pessoas em situação de pobreza e desvantagem.

É a esta possibilidade de superação destas contradições que a psicologia com formação crítica, de origem nas escolas da Psicologia Social Latino Americana de Martin Baró e Silvia Lane vem buscando responder, procurando estabelecer canais de inserção e meios de qualificar a participação dos sujeitos, , “Não se pode enfrentar a pobreza sem o pobre” (Demo, 1994), por isto buscamos inserir às diretrizes da psicologia a tarefa de juntar-se aos esforços no sentido da criação de espaços e oportunidades de proteção e de ação para superar as injustiças sociais.

A efetivação de direitos está na formação de uma sociedade mais solidária, com soluções teóricas e práticas que envolvam o bem comum, sendo as mesmas construídas no cotidiano das relações, evitando o empobrecimento do campo perceptivo, afetivo e das necessidades, desencadeando possibilidades de encontros com profundidade emocional e de continuidade, sem preocupação com lugar ou momento e superando vontades casuais,

adequando-se aos sentidos dos sujeitos, “considerar isso é importante para desfazer o mito de que o pobre não tem sutilezas psicológicas e age como um rebanho tangido por determinações sociais e pela fome” (Sawaia, 2004) como se a subjetividade não pudesse fazer parte de suas experiências.

Abordar a subjetividade com este dimensionamento, significa também considerar as variantes históricas e sociais do que as pessoas estabelecem como sentido na experiência cotidiana, considerando a interconstituição do subjetivo a partir da objetividade, ou seja, o fenômeno psicológico possui uma materialidade social baseada no processo que se estabelece entre as pessoas e suas formas de se relacionar “ Não se pode pensar a autonomia e a emancipação social sem a idéia de sujeito da estética, da imaginação e da experiência afetiva ” (Sawaia, 2006),

Ao enfatizar aspectos intersubjetivos, estamos evidenciando a necessidade de recuperar e defender contingências locais "captar a intersubjetividade participativa e constituinte" (Sawaia, 1997), orientando-se por um enfoque multidisciplinar, capaz de estabelecer possibilidades e meios para a criação de lugares de defesa das várias necessidades humanas.

Ou seja, aos psicólogos não cabe apenas indagar sobre qual é a lógica da mudança que se pretende, mas indagar sobre a qualidade da intervenção e dos afetos implicados na participação, com seus sentidos e significados, não há como transformar sem promover mudança afetiva, "A afetividade é, um conceito que não separa a epistemologia da ética e da política, nem ciência da virtude" (Sawaia, 2006), trata-se de uma proposta de aprendizado a partir da observação atenta aos medos e alegrias, esperanças ou diluídas nos modelos de sociabilidade, buscando entendê-los em seus processos de interação, seus não-ditos e suas redenções.

Cabe penetrar na intimidade das relações afetivas e "captar as pessoas de carne e osso, com seus dramas particulares, as quais, em relação umas com as outras, os constroem" (Sawaia, 1997), a operacionalização de seus direitos não se traduziria apenas em renda, pleno emprego ou plena atividade, mas também, e de uma forma contundente e transformadora, no reforço de vínculos relacionais respaldados no afeto de bons encontros.

O que se busca é a recuperação das possibilidades de expansão do ser humano por meio da valorização de encontros e dos afetos individuais e coletivos, gerando espaço de conscientização e autonomia que superem mecanismos pré-definidos os quais não potencializam a comunidade.

Potencializar para ação política requer intervir no afetivo individualmente e coletivamente, bem como nas implicações individuais e coletivas dos encontros cotidianos, garantindo a transposição de potencia de ação para o campo de proteção social, inserindo competência política e humanização em redes sociais fortalecidas e com capacidade de interlocução para interagir com governos e sistemas públicos, o que ampliaria a possibilidade de conexão entre as pessoas e possibilitaria a superação de problemas íntimos ou coletivos.

No caso da presente tese, busca-se potencializar uma rede de proteção psicossocial, o que envolve competências específicas na abordagem de questões relacionais e intersubjetivas, que precisam ser dimensionadas.

Acreditamos ser possível propor uma práxis psicossocial focada nas relações afetivas, capaz de estabelecer uma compreensão acerca das possibilidades de emancipação que a participação das pessoas nestas redes afetivas de sociabilidade e de solidariedade pode proporcionar.

O sentido desta práxis tem fundamento marxista pois está formulada a partir de uma compreensão crítica das condições objetivas do contexto social, a qual leva ao conjunto de atividades voltadas para a transformação das condições materiais da realidade, por outras palavras é uma atividade teórica fundamentada a partir da ação prática, resultando em compreensão crítica dos problemas cotidianos, por meio do compromisso teórico com a investigação, constituindo um conhecimento mediado pela ação.

O foco na afetividade identifica bloqueios repressores e discute alternativas do indivíduo contra a alienação, desvelando os aspectos críticos de componentes afetivos, tendo uma compreensão do fenômeno psicológico como ético.

É por meio desta práxis que será possível engendrar uma estética da participação, que, ao voltar-se para as possibilidades de integração humana, contribui para desvelar o potencial de proteção que o afeto carrega, o qual

possui força capaz de emancipar para além da eficácia da ação e possibilita aos operadores de direito, penetrarem na intimidade das relações afetivas.

Esta estética visa uma contraposição aos modelos despotencializadores que impedem o pleno realizar do humano, com sua lógica cada vez mais perversa de fortalecer o indivíduo e a auto culpabilização, dificultando formação de redes de relações pessoais que expandem a capacidade das pessoas; quanto mais precário e perverso o processo de inclusão, maior a falta de perspectivas e de pertencimento à vida social, o que por sua vez também tende a privilegiar formas de intervenção calcadas em modelos de solução burocratizados, fundados em políticas distributivas ou compensatórias que geram interesses corporativistas.

Abordar a participação, portanto requer procedimentos potencializadores, pois devido à urgência dos problemas sociais não há como esperar que níveis adequados de participação apareçam espontaneamente, e o psicólogo que atua na assistência social está em condições de favorecer padrões estéticos capazes de proporcionar a conquista deste tipo de autonomia, pois a partir de seu saber e sua capacidade de afetar-se, possui meios de buscar espaços e relações capazes de superarem o individualismo.

Trata-se de privilegiar a idéia de práxis na psicologia social, desenvolvida como proposta crítica a partir de uma elaboração teórica, para buscar impactá-la no plano da ação, sendo a investigação acerca dos afetos uma condição para intervir na realidade de forma satisfatória, na medida em que incorpora múltiplas vozes, disciplinas e atores a partir de uma postura reflexiva e compromissada, capaz de ampliar a base técnica da psicologia para dar suporte a novas modalidades de ação, sendo necessário transpor a ética centrada no indivíduo para a ação política e coletiva.

Achamos que essa concepção é válida para as possibilidades de abordagem afetiva que o CRAS favorece a, já que no campo institucional é preciso oferecer possibilidade para os bons encontros acontecerem, com uma *práxis* capaz de abranger as duas dimensões fundamentais da vida do homem em sociedade: a cotidiana e a pública.

Essa *práxis* deve abordar a intimidade, a subjetividade, a intersubjetividade e a vida social, o que exige estratégias participativas diferenciadas e ações interinstitucionais.

4.3 A práxis da atenção Psicossocial

Ao salientarmos a afetividade como mediação do afeto e como estratégia de potencialização e libertação do sujeito, evidenciamos a capacidade de ação política do excluído, que se traduz como força coletiva de transformação que se alia às vivências íntimas e às contingências públicas, e cabe buscar possibilidades operativas de inserção e intervenção dos psicólogos em serviços e equipamentos ligados à assistência social, e sobre o ponto de vista desta emancipação.

Entendemos que essas possibilidades devem valer-se de um eixo que tenha ao mesmo tempo aspectos investigativos e interpretativos, tendo como base a aproximação dos sujeitos a partir dos ensinamentos Espinosanos de que as emoções devem ser abordadas em sua variedade de sentidos, os quais estão ligados a possibilidade de bons e maus encontro, passíveis de libertar ou submeter as pessoas.

Como a emoção não é homogênea (Sawaia,1998), devemos nos apropriar de sua variabilidade de sentidos, a vergonha por exemplo pode estar ligada às diversas condições de vida, como a masculinidade, feminilidade ou outros eventos particulares e privados.

O medo gerado por um olhar de reprovação do psicólogo pode constituir-se em aspecto ruim para o sujeito, desdobrando-se em padecimento e ações atabalhoadas que dificultam a relação de cuidados consigo próprio, todavia torna-se necessário distinguir sensações momentâneas, explosivas e imediatas, de outras ligadas ao agir adequado e à conquista de coerência reivindicada.

Cabe uma compreensão da passagem de uma para a outra, tendo em vista uma orientação na análise das redensões e fracassos, sem distinguir os planos individuais e coletivos, mas levando em consideração a necessidade da busca de espaços de relação capazes de promover a passagem da forma individualista à comunitária.

O desafio do ponto de vista da práxis é a compreensão adequada das emoções, transformando a afetividade em categoria emancipadora, convidando os homens ao exercício de sua própria capacidade para pensar e agir, visando o crescimento da alegria e da potência de existir (Sawaia,1998).

Mas como penetrar nesta adequação emocional tendo em vista o contexto social e as diferentes ontologias da participação? E mais, como se dão e quais os processos em que são determinados os sentidos coletivos e individuais tendo em vista as estratégias de potencialização dos sujeitos.

O Núcleo de pesquisa do qual fazemos parte (NEXIN-PUCSP) vem procurando desenvolver uma crítica a aspecto valorativo das emoções e às diversas formas sociais de promover a disciplinarização das mesmas, estão associados a uma política de afetividade e envolvem três dimensões; Ideológicas, intersubjetivas e das significações sociais:

I – Ideológica pois orienta o pensamento e a vida política, enquanto estrutura que mantém o poder, sendo que as pessoas se submetem ao outro como forma de servidão, pelo medo que diminui a potência e vida.

II – Intersubjetividade, pois torna-se inerente ao encontro com outros sujeitos ou objetos, os quais podem aumentar ou diminuir a potência de vida.

III – As significações sociais que dizem respeito às idéias arraigadas que legitimam estados emocionais e definem emoções.

Ao criticar o caráter instrumentalizador das políticas de afetividade estamos propondo desbloquear a capacidade de afetar e de ser afetado por meio de uma práxis psicossocial que potencializa a ação.

Para Espinosa o bem mais precioso do homem é o outro homem, é necessário criar instituições capazes de impedir desmesura do poder, ocupar-se da eficácia política desenvolvendo ações que transformem a cultura e legitimem as relações, desmontando cisões entre dimensões públicas e privadas.

O homem sofre a ação das causas externas e precisa passar da passividade, aqui entendida como fraqueza para existir, agir e pensar para a atividade, entendida como força que a contrapõe. A alegria aumenta a capacidade de pensar e agir e a tristeza as diminui, sendo assim o objeto da intervenção psicológica é mobilizar a expansão, tendo como parâmetro de eficácia, a transformação social.

Dar acolhimento para ampliar a capacidade de afetar e de ser afetado, ir além da conscientização, tendo em vista o desenvolvimento da sensibilidade e a participação coletiva, mobilizando competências para sentir, agir e pensar.

Torna-se relevante a busca por espaços sociais emblemáticos, capacitando a construção de indicadores da expansão e ajudando as pessoas a sentirem que não estão sós e saberem-se donas das ações.

Trata-se de nos contrapormos à pobreza e à dominação, atuando sobre a dor físico-emocional evitável do ponto de vista social, pois é infligida pelas racionalidades da convivência social.

Torna-se necessário analisar os elementos subjetivos em conformidade com os aspectos sociais implicados, verificando a forma de atuação que envolve o processo de inserção dos sujeitos na dinâmica dos atendimentos e suas redes de relações, desde a partilha de responsabilidades até a apropriação de um instrumental técnico-operacional adequado. Esses elementos já haviam sido evidenciados em nossa pesquisa de mestrado (Botarelli, 2002), em que analisamos modelos de exclusão a partir das implicações afetivas do atendimento psicossocial às famílias em situação de risco e verificou-se, no

trabalho investigativo, que o medo é uma emoção comum a todos, porém vivido e direcionado de diferentes formas.

As situações descritas são as que geram uma aflição e sentimento de incompetência, que os impele ao contato com outras instituições, tendo em vista uma busca por ajuda, que se dá de forma esparsa e desordenada, sem formulação clara de uma demanda ou queixa e sem atender aos anseios pela escuta e superação do sofrimento.

Com isso, as relações protagonizadas nos contatos e relações intersubjetivas com redes de proteção social envolvendo outras instituições tendem a condicionar-se aos bons ou maus afetos vivenciados, tornando-as pontuais e destituídas de critério.

Tomamos como referência esses dados colhidos para afirmar que ao buscar-se potencializar o sujeito em sua rede de relações é necessário partir da qualificação institucional da capacidade organizativa dos grupos, valendo-se da psicologia social para esclarecer as várias possibilidades e formas de concepção, a partir de um resgate dos elementos relacionais que privilegiam os sentimentos de sujeitos participantes.

A práxis que aqui se propõe pretende combater modelos burocratizados e limitados que apenas respondem a demandas pontuais de organização administrativa e deixam de potencializar os sujeitos de direito. Como meio de potencialização, cabe esclarecer a maneira de eles serem inseridos nos programas e quais as formas que estimulam sua participação.

Ou seja, dimensionar uma rede de atenção psicossocial em seus aspectos afetivos para estabelecer formas de participação potencializadoras, entendendo-as como relações significativas sujeito a sujeito, nas quais cada um possa se transformar e se redescobrir, tendo como dimensão os aspectos afetivos constituídos a partir da presença e da colaboração significativa da estética de existência do outro.

Ao buscar potencializar pelo afeto, também queremos demonstrar que uma concepção adequada para a práxis afetiva é determinada pela capacidade de estabelecer elementos facilitadores para os sujeitos relacionarem-se entre si,

possuir propriedades que determinem a coesão entre os sujeitos envolvidos e também a sua capacidade de construir alternativas e possibilidades para atuarem afetivamente dentro da dinâmica de atenção psicossocial.

Com isto estamos propondo partir da materialidade de relações afetivas protagonizadas, e buscar indicadores capazes de superar uma noção burocrática a ser combatida, uma vez que buscamos evitar a abordagem da carência e destituição, as quais limitam-se apenas aos meios de conservação da vida e da gestão da pobreza.

Espera-se que, a partir da participação regulada por relações potencializadoras e abrangentes do ponto de vista do afeto, os sujeitos sejam capazes de focar outros estados de necessidade, baseados e vinculados tanto à liberdade, como à felicidade, inferidos em determinações subjetivas.

Nesse caminho das possibilidades e adequações e do ponto de vista da crítica e da transformação, pretendemos privilegiar como categoria central de análise a dimensão relacional, voltada à noção de políticas de afetividade que é proposta por Sawaia (2003), pois a mesma aponta o fato de, em determinadas épocas e seguimentos sociais, alguns padrões condicionarem a felicidade e regularem a liberdade das pessoas, sendo que tanto a liberdade como a felicidade são necessárias e determinam a estética de existência das pessoas.

Chama atenção, nessa forma de analisar as políticas de afetividade, o reconhecimento dos padrões políticos potencializadores da emoção que envolve as relações promovidas a partir de intervenções da assistência social.

Dimensionar o afeto em função de aspectos sociais e humanos, ambos explicitados nos convencionalismos sociais e nas atitudes intersubjetivas (Sawaia, 1999), também é uma contribuição a partir das reflexões de Espinosa (Sawaia, 2000), que propõe um deslocamento do campo político para o campo ético.

Ao invés de uma orientação normativa de conduta, com indicações sobre o que é certo e o que é errado, este filósofo propõe outra maneira de viver, e de pensar. Mais do que um conjunto de regras e imposições, a possibilidade da vida em comunidade com capacidade agir livremente, por inteiro.

Sua abordagem da ética não se refere a um conjunto de regras com imposições de deveres que pressuporiam pessoas incapazes de agirem livremente e que por isso precisariam obedecer, como se a liberdade tivesse que ser ameaçada em prol da vida em conjunto, para evitar o confronto inconciliável entre as pessoas.

Sua ética torna-se compreensível não como um dever, mas como uma potência de ação para superar os condicionamentos sociais que objetivam e legitimam formas de exclusão e de exploração (Sawaia, 2000).

Do ponto de vista filosófico isto significa combater a falsa cisão entre a liberdade e necessidade, sendo que questiona a idéia de que o homem somente seria livre na medida em que contrariasse a submissão passiva às necessidades naturais, ao passo que para Espinoza, o pensar não representaria uma ruptura com a natureza e sim compreender suas leis e tornar-se ativo no processo, visto que para ele, estamos sempre expostos às relações e interações com outros modos de existência, e não há como nos livrarmos de uma vez por toda destas paixões.

Cabe buscar ser causa das próprias ações, evitando ser efeito de modos exteriores que nos afetam.

O problema é que por outro lado, também o modo passivo nos abre para o mundo, é nosso poder de ao sermos afetados, de estarmos vivos e fortalecidos em nossa existência.

Os bons encontros podem nos fortalecer e os maus encontros podem nos enfraquecer, e somente conhecendo o ser real das paixões é que podemos nos orientar, para buscar as alegrias e potencializadoras em contraposição às tristes, sendo estas idéias não apenas teoria mas método prático que torna vivo o seu conteúdo, tornando-se também modo de produção concreta.

Trata-se de uma proposta de atividade que propões organizar os encontros, o que é reconhecidamente difícil devido às pessoas estarem sempre expostas às paixões tristes, e torna a passagem da passividade para atividade uma conquista, com as pessoas sendo causa de si.

É necessário que para isto as pessoas tenham bons encontros, para experimentar a alegria, sendo o desejo entendido como esforço para a preservação.

Este esforço pode ser preparado já na passividade que pode ser passagem para atividade e não separação dela, pois é a partir das paixões alegres que temos encontros que aumentam nossa potência de agir.

A partir dessas referências, torna-se necessário abordar a população empobrecida a partir de suas necessidades e sutilezas psicológicas, tendo como foco seu sofrimento e não sua situação de risco ou incapacidade.

É a partir destes princípios que poderemos estabelecer uma práxis ético-política, capaz de combater o que causa o sofrimento das pessoas, buscando desvelar os aspectos perversos de algumas relações sociais que acabam por responsabilizar individualmente os sujeitos em problemas originados e agravados a partir de mediações e conflitos sociais.

Tendo em vista a necessidade de reconhecer e analisar as implicações afetivas da atenção psicossocial, estamos utilizando como ponto de partida o método de abordagem sócio-histórico, inicialmente proposto por Vygotsky, pois interessa-nos conhecer as bases afetivas capazes de introduzir uma práxis ético-política.

Essa abordagem é relevante na medida em que parte dos aspectos processuais nas relações intersubjetivas e busca sair do visível para buscar o significado que está atribuído, conhecer o que pensam as pessoas, e não analisar as posições que ocupam em seu grupo.

Seu procedimento compreende duas instâncias de análise: uma processual, que busca compreender as atividades cotidianas, e uma outra concomitante, que focaliza o sub-texto para apreender sua base afetivo-volitiva .

Ao tomarmos as implicações metodológicas para uma práxis do afeto, vale considerar a necessidade de regular uma atenção básica de caráter preventivo, tanto de serviços, como de benefícios, tendo como grande desafio eliminar a fragmentação da atenção, nas esferas de governo e dos segmentos sociais, o que se apresenta como risco à operacionalização do sistema, pois além da capacidade organizativa, existe a tensão entre a vulnerabilidade e situações de risco dos diversos grupos sociais, cabendo uma leitura diferenciada que contemple a heterogeneidade dos diversos segmentos.

Contribuir com a potencialização dos sujeitos de direito e em situação de risco, requer formular princípios metodológicos e modelos conceituais capazes de

eliminar a fragmentação, sua formulação de princípios e modelos poderá ajudar na leitura diferenciada dos segmentos vulneráveis e no ordenamento da ação nas redes de prestação de serviços socioassistenciais.

4.4 Questões práticas desta atenção psicossocial

Como já havíamos explorado anteriormente, a especificidade da atenção social para este âmbito pressupõe a dimensão relacional e os afetos implicados, e o que buscaremos a partir de agora é estabelecer uma coerência entre a prática e a teoria, evidenciando um compromisso com a transformação, porém sem utilizar o conhecimento dos afetos como instrumento e receituário para a conduta, sendo que compete aos psicólogos em seu exercício profissional cotidiano, assumir o desafio de superar as formas burocratizadas de afeto.

Para tanto será necessário estabelecer os afetos como espaços de vivência da ética, pois qualificam as ações e as relações humanas, a partir das quais será possível dinamizar do papel profissional na gestão pública a partir de uma estética potencializadora, que em sua nova institucionalidade seja capaz de:

I – Processar adequadamente as informações técnicas que emergem das sociabilidades e traduzem em tempo real as necessidades, pois potencializar implica em processar demandas e apoiar os sujeitos da intervenção na definição de prioridades, é necessário desenvolver sensibilidade da escuta para interpretar indícios e qualificar queixas verbalizadas.

II – Compreensão e adequação da burocracia para uma correta disponibilização e utilização dos meios e recursos, visto que apenas o desenvolvimento da escuta não garante superação, ao partir desta sensibilização devemos entendê-la inserida em cuidados básicos a partir de uma ação pública com conhecimento técnico específico que envolve desde encaminhamentos burocráticos com domínio de instrumento e mecanismos de execução, até a correta utilização dos recursos materiais e simbólicos de aspectos políticos que objetivam metodologias e cronogramas de execução das ações.

III – Implementação de modelos participativos e de monitoramento e participação, que envolve o ponto crítico e determinante para a potencialização dos sujeitos pois está relacionado a uma compreensão acerca das modalidades de participação, de acordo com o que propomos até aqui, requer estabelecer dois eixos para aspectos que interconstituem a participação em nível público ou subjetivo, um deles envolve aspectos íntimos do sujeito que participa, estabelecido em uma escala que parte da mínima satisfação de necessidades até um grau elevado que pressupõe evolução e transformação dos participantes. Seriam os recursos e capacidades com que contam as pessoas, famílias ou grupos sociais para superarem dificuldades pelos próprios meios, implicando em redes sociais fortalecidas e com capacidade de interlocução para interagir com governos e sistemas públicos, o que ampliaria a possibilidade de conexão entre as pessoas e possibilitaria a superação de problemas.

Trata-se de um marco analítico para distinguir modalidades de participação nas várias etapas dos projetos sociais, bem como identificar o sujeito da participação.

Outro eixo diz respeito a aspectos públicos, está ligado à influência dos indivíduos e grupos comunitários nas tomadas de decisão, desde a definição das políticas até o planejamento e execução dos programas, com associação para gestão dos programas e implicada na qualidade da gestão pública, envolvendo estímulo e promoção em diversos níveis da população beneficiária

na gestão dos programas, seus extremos vão desde a tomada de decisão em todas etapas até a simples participação como usuário.

A combinação entre estes dois eixos é o que permite estabelecer a qualidade de participação, com quadrantes gradativos de aproximação em que o desejável é conciliar entre os dois eixos o grau elevado que pressupõe evolução e transformação dos participantes do primeiro com a tomada de decisão em todas etapas do segundo, o que equivale definir a participação social como habilitação e capacitação que promove a transformação social.

IV – Articulação política, com uma agenda subordinada às necessidades e representatividade entre liderança e bases, uma vez instaurados os mecanismos de participação, resta comprometer-se em realizar o que foi definido, evitando movimentos erráticos e contradições que dificultam a comunicação e levam à perda da reciprocidade.

Quando nos remetemos a esta práxis ético-política para a atenção básica, estamos também evidenciando um padrão estético da participação, pois nossa intenção é enfatizar a tensão existente nas dimensões subjetivas que dimensionam e qualificam uma participação ativa em contraposição à submissão dos sujeitos; convém refletir sobre os sentidos atribuídos à participação, bem como seus pressupostos ontológicos e epistemológicos e a intencionalidade política e ética que seu aparato teórico e metodológico carrega.

O que se pretende é favorecer a reflexão acerca da cidadania a partir do reconhecimento de algumas necessidades humanas, ligadas ao belo e à dignidade, como superiores às exigências da luta pela sobrevivência, que tal como essas, são essenciais (Sawaia, 2006), o que envolve a prioridade para a imaginação e a criação na implementação de serviços de Assistência Social e de suas redes afetivas .

Sem éticas normativas, mas atuando nas emoções para contrapor-se à dominação e à pobreza e despertar a disposição de viver bem e em comum, conciliando as necessidades.

As questões práticas desta atenção que propomos envolvem portanto a possibilidade de intervir no processo de inclusão/exclusão, pois ao incorporar questões sociais, busca elaborar suas interconstituições psíquicas, e o fato de estarem focadas na inserção em sistema público possibilita não apenas colocá-la ao alcance da população como um todo, mas projeta resultados massivos na qualificação da participação das pessoas em espaços públicos, e isto de uma perspectiva protagonista que preserva a expressão subjetiva e seus elementos privados.

Trata-se de uma relação de ajuda baseada na análise dos sentidos e significado a qual favorece a compreensão acerca da forma como as pessoas são afetadas e das possibilidades de transformação de suas vidas, seu foco é o desbloqueio das emoções e o fortalecimento das pessoas contra o autoritarismo, combatendo o medo que não apenas paralisa e isola, mas favorece a disciplinarização e a submissão.

O significado é social porém sua singularização é particularizada pelo sentido, por meio de uma mediação que se evidencia na individualidade da experiência vivida pelo sujeito, conforme Vygotsky(2004), este sentido constitui-se como unidade analítica do comportamento humano, suficiente para envolver todas as manifestações psicológicas, sendo possível entender as maneiras que fazem o social constituir-se no psíquico.

Sendo assim a participação social é o que permite ganhos de aprendizado do indivíduo e da comunidade, cabe ao psicólogo promover e qualificar espaços de aprendizagem propícios à mudança de significado e sentido, por meio de uma reorganização dos afetos, potencializando as pessoas para enfrentarem os carecimentos sociais.

A práxis ético-política suficiente para concretizar este modelo de intervenção deve orientar-se pelo desejo da construção conjunta da transformação e da potencialização do desejo por meio do valor afeto (Sawaia,2003), e tendo os seguintes princípios:

A – Considerar as necessidades básicas a partir de sutilezas psicológicas, em detrimento da pobreza, para não classificar a pessoa a partir de sua condição, ainda que sejam problemas objetivados nas desigualdades sociais, o que

torna-se relevante neste tipo de relação de apoio acaba sendo uma boa compreensão das próprias emoções do profissional a fim de atribuir o devido peso para a equidade das abordagens, olhando para os que sofrem e não para a situação de risco ou incapacidade.

B – *Combater causas evitáveis de sofrimento*, sobretudo aquelas dores geradas no imperativo das relações sociais que geram posições de desvantagens e desigualdades, principalmente dificuldades de acesso aos serviços e em um ambiente desprovido de recursos como resultado de políticas públicas que favoreceram outros grupos. Ao invés de ajudar a sentirem-se um pouco melhor em sua pobreza, potencializá-las para combater as causas do sofrimento por meio do combate da submissão que torna as pessoas impotentes para a liberdade.

C – *Promover bons encontros para proporcionar alegria de existir*, que está ligado ao esforço de deslocar o campo político para o ético, buscando superar tanto o medo do castigo e a esperança por pequenas recompensas de poder, tais como a humilhação, o ódio e o revanchismo; ou mesmo todas emoções tristes que fazem o sujeito se guiar pelo desejo dos outros, submetendo-se a idéias alheias e inibindo a própria capacidade de pensar e agir.

A potência de cada um torna-se fruto das relações estabelecidas a partir dos encontros e nunca da pessoa sozinha, sendo afetados e afetando outros corpos sem sermos dominados ou dominar, e desta forma, aumentando a capacidade de viver.

D – *Desenvolver legitimidade e competência nas sociabilidades*, para ajudar a reinventar o afeto que reúne as pessoas, ao invés de analisar influência e danos das ausências, favorecer lugares de referência para as pessoas terem segurança de enfrentar as próprias angústias.

E – *Aumentar o campo perceptivo e a sensibilidade dos sujeitos de atenção e proteção*. Trata-se de negar o afunilamento das emoções a um único campo causado pela inibição do desejo e da sensibilidade, ao promover a participação em outros coletivos, com abordagem das sensibilidades na dimensão íntima e

coletiva, desde a sexualidade e subjetividade do desejo, até o consumo e relações de produção.

F – *Superar a dicotomia da razão e emoção*, a razão não é força capaz de superar as desigualdades e não tem condições de superar as emoções, somente uma paixão forte elimina a mais fraca, o que deve ser entendido como uma disposição de não desconsiderar aspectos individuais em sacrifício de bens coletivos, evitar fazer exigências com promessas de redenção futura.

Estes princípios anunciam um caminho próprio para a psicologia na qual a estética potencializadora favorece um rompimento com a ontologia liberal e individual em favor do respeito às capacidades coletivas e à compreensão das possibilidades de transformação da sociedade.

È neste sentido que a questão do poder torna-se determinante nesta abordagem psicossocial, aliando vivências subjetivas, realidade objetiva e caráter histórico, o que pressupõe inculcar uma noção de processo ao fenômeno.

Esta idéia de processo a que nos referimos, remete-se à um sentido de processo grupal tal qual proposta por Silvia Lane, que ao abordar este fenômeno, situa-o como experiência histórica que se constrói no cotidiano e que ao mesmo tempo em que valoriza as várias experiências da sociedade, explicita suas contradições.

O processo grupal constitui-se em aspecto central dessa estética ético-política na medida em que estimula a reflexão individual e coletiva, no sentido de propiciar aos sujeitos uma experiência voltada para o coletivo, valorizando a presença do outro.

Pressupõe uma conscientização da realidade psicossocial, capaz de problematizar o cotidiano por meio de qualificação das relações afetivas, suficientes para impulsioná-los à ação, sendo necessário partir da intervenção sobre as relações de poder na sociedade.

Estamos nos referindo a aspectos determinantes das relações que envolvem o pensar, o sentir e o agir das pessoas, que no atual contexto histórico envolve

controle e normatização capazes de configurarem e determinarem suas ações, Martin-Baró (1989) ao estudar delimitações e definições deste poder aponta influências imediatas que impõe uma direção concreta para a ação e outras mediatas que configuram elementos constitutivos.

Sua abordagem da questão também esclarece sobre aspectos de oposição e conflito das relações, sobre o desequilíbrio na posse de recursos quantitativos ou qualitativos; e também sobre os efeitos produzidos na relação social, desde obediência, até exercício de autoridade e domínio de uns sobre outros.

Torna-se necessário partir desta concepção de poder enquanto fenômeno social que este autor propõe para incorporar os recursos pessoais da afetividade, situando-a também como uma produção resultante destas relações entre pessoas, que do ponto de vista estético pode influenciar qualitativamente nos processos emancipatórios.

Estamos falando de facilitações ou dificuldades que podem ampliar as ações ou ameaçar a existência humana, uma práxis potencializadora requer atenção ao que as pessoas dizem e a suas propostas, cabendo aos psicólogos esforços em prol de um equilíbrio entre autoridade e saber.

Tendo em vista suas possibilidades emancipatórias, a afetividade e as relações de poder precisam estar articuladas a uma compreensão de sua realidade sócio-histórica, o que significa estimular a participação, por meio de canais de escuta e expressão das dúvidas e necessidades.

Cabe aos psicólogos ouvir e decodificar os sentidos dos excluídos, favorecendo o exercício político dos mesmos, interrompendo aquelas cadeias de dominação vivenciadas nas instâncias mais amplas da sociedade, e evitando que se reproduzam nas relações cotidianas imediatas.

Do ponto de vista das competências técnicas, os psicólogos precisam aproximar-se de aspectos relevantes que os habilitem para esta práxis, os mesmos estão relacionados ao conhecimento da realidade de atuação, ao

gerenciamento de informações, aos níveis de complexidade da proteção social e também às tensões teóricas e político-pedagógicas relacionadas à prática profissional no âmbito da assistência social.

Os levantamentos demonstram que o elemento crucial diz respeito ao enfoque que pode ser dado ao problema do conhecimento da realidade, uma vez que pode esbarrar no discurso formador de uma cultura profissional influenciada pelas relações sociais capitalistas que favorecem um pragmatismo imediatista, que exige agilidade e eficiência para as ações, dificultando acesso às particularidades e singularidades.

Como meio de superar esta situação, cabe ao psicólogo sobrepor-se ao fragmento e ao episódico, combatendo ideologias e referências que conformam as exigências do mercado de trabalho, pois acreditamos que seu ideário ético-político precisa estar referenciado na construção de uma nova sociedade.

Considerações Finais

Os estudos aqui apresentados podem ser considerados um pequeno avanço no sentido de contribuições necessárias para o exercício profissional da psicologia na Assistência Social, pois demonstram que as políticas de proteção social, ao avançarem em seu refinamento de conceitos que afirmam enquanto políticas de seguridade social, colocam em evidência a responsabilidade de oferta de serviços da psicologia a uma parcela específica da população, atingida por algumas conjunturas, contextos ou processos de vulnerabilidade.

Este cenário envolve um desafio para os psicólogos, pois esse público-alvo é constituído por grupos que estão fora de mecanismos de segurança social, ligados ao mundo do trabalho e das inserções em sociabilidades, razão pela qual sua política precisa ser compreendida como alcance mínimo que assegura sentido de pertença e inclusão social.

Cabe aos psicólogos operarem também algumas ações de reconhecimento político e conceitual para o seguimento, refinando concepções sobre a

dimensão subjetiva que perpassa sua cultura profissional. Não estamos nos referindo a uma simples politização de temas ligados ao universo psi, mas à necessidade de contextualizar e relativizar concepções hegemônicas, apontando outros modelos de subjetividades possíveis. É possível verificar que o CRAS surge como meio privilegiado para difusão das mesmas.

Outros avanços necessários referem-se principalmente à superação de idéias arraigadas que confundem a proteção social com ações supletivas de base assistencialistas, pois os dados da pesquisa demonstram que a conjuntura contemporânea aponta para o aumento de demandas por proteção social produzidas na pobreza e desigualdades sociais, desta maneira mecanismos compensatórias podem constituir-se enquanto meio de proteção, desde que os profissionais permaneçam atentos ao vies teórico e metodológico que sustenta suas ações.

Ao demonstrarmos que são muitas e diversas as contribuições da psicologia aos serviços de assistência, evidenciamos que sua complexidade envolve uma proximidade que exige relação interpessoal, sendo a relação em si condição de proteção, pois mesmo havendo marcas em comum que envolve vulnerabilidade e inclusão precária, os sujeitos apresentam demandas protetivas diferenciadas, segundo etnia, faixa etária e gênero, dentre outros. Há a necessidade de criar sentidos de pertencimento, devendo as ações de proteção estar atreladas a uma articulação de serviços e relações.

Uma práxis ético-política potencializa essas relações ao acolher a subjetividade dos sujeitos envolvidos e comprometer-se com o processo de expansão humana. Os desafios para a legitimação desta práxis também está atrelado à legitimação do próprio SUAS e da atenção psicossocial no âmbito do CRAS, e envolvem a força de trabalho dos profissionais da área, o financiamento, o modelo de atenção e a participação social.

Quanto aos limites desta pesquisa, foi possível aprofundarmos em relação ao modelo de atenção e à participação social, sendo possível afirmar que o público-alvo possui em comum uma precariedade de inclusão social, porém apresenta demandas e necessidades protetivas diferenciadas.

A atenção psicossocial é essencial para a atenção básica, pois o psicólogo precisa estar envolvido com o modelo de atenção no Sistema Único de Assistência Social, contribuindo para uma compreensão qualificada e problematizando questões no âmbito social, tendo em vista os diversos enfoques teóricos e metodológicos voltados para a compreensão da relação do indivíduo com a coletividade.

Sendo assim, o psicólogo que atua nesse seguimento precisa capacitar-se continuamente, explorando significados presentes nas ações das pessoas, buscando compreender os sentidos que direcionam o comportamento dos mesmos.

Esta intervenção baseada na subjetividade é complexa, pois integra aspectos relacionais do envolvimento individual e das instituições e precisa estar voltado para uma co-construção de conhecimento acerca da realidade e das possibilidades de mudança. É necessário superar a dimensão individual para compreender efeitos psicológicos implicados na proteção social, tendo em vista determinações sociais e econômicas que os produzem.

O psicólogo em sua atuação na assistência social precisa refletir sobre algumas de suas características profissionais, superando noções sobre o indivíduo que partem de um ideário individualista voltado para valores morais e jurídicos, com independência e ausência de determinismo. Trata-se de pensar não apenas os condicionantes para a existência individual a partir da coletividade, mas também deste coletivo enquanto interconstituições subjetivas. Sendo a interioridade do sujeito afetada por motivações e ações sociais, devemos descartar visões, pois a interioridade psicológica singular é fruto de determinações tanto de fora para dentro, como de dentro para fora.

Cabe aos profissionais que atuam em situações de desigualdade social descartarem concepções que tomam o sujeito mediado apenas pela história individual em contexto circunscrito às necessidades imediatas, pois suas abordagens precisam considerar a complexidade e a multideterminação do processo de subjetivação.

Para responder às demandas individuais e coletivas, inserindo-se em ações de enfrentamento das desigualdades e reafirmando um projeto ético e político, a práxis do psicólogo precisa ser capaz de situar os indivíduos nas relações que condicionam seu modo de vida, e o mais importante é que para isto ele não venha sentir-se responsabilizado por sua condição sócio-econômica.

Os aspectos relevantes deste enfoque relacionam-se às implicações afetivas e às possibilidades de emancipação, porém o estudo aqui apresentado demonstra a necessidade de aprofundar-se no aprimoramento de estratégias que facilitem a participação dos sujeitos na defesa de suas necessidades.

Os mecanismos legais possibilitam uma maior participação da sociedade nos fóruns de decisões paritárias com setores governamentais, visando decisões e ações políticas com avanços na competência da gestão e consensos políticos, os quais garantem propostas de regulação dos serviços, tornando possível, inclusive, a parceria público-privada no âmbito da assistência. Entretanto, do ponto de vista das implicações psicossociais da atenção básica, é necessário também criar redes de sociabilidade e espaços de comunicação e expressão da emoção, restabelecendo o diálogo entre o indivíduo e a comunidade.

Na busca pela transformação, faz-se necessário voltar-se para aspectos éticos – relativos às especificidades das relações sociais – e estéticos – relacionados à ampliação e reinvenção de possibilidades de abordagem. Tanto a ética como a estética envolvem o resgate dos afetos como fator potencializador no desenvolvimento de ações capazes de operarem modificações no cotidiano, favorecendo uma percepção sobre as próprias carências.

Ao potencializar a participação no âmbito do CRAS, o psicólogo está favorecendo uma transformação nos sentidos do sujeito, gerando novas práticas de relação que por sua vez criam espaços de emancipação. Estamos nos referindo à possibilidade de recomposição da afetividade, resgatando-a na dimensão humana a partir de aspectos estéticos e políticos

para não a distorcer conceitualmente em função das imposições do mercado e do capital.

A estética potencializadora trabalha com a subjetividade participativa e procura abordar a afetividade tendo a potência de ação como indicador que permite conhecer as contingências que dificultam a participação e a emancipação, pois reconhece a importância de conhecer quais as emoções que constituem os motivos da participação.

A atenção psicossocial pode legitimar-se no âmbito do CRAS enquanto lugar de expansão humana, e isto será possível mediante o enfrentamento tanto da fragmentação social, baseada no desamparo dos diversos seguimentos, quanto da desintegração social dos cidadãos em relação ao seu núcleo familiar e sua comunidade.

Cabe aos psicólogos contribuir com uma atuação baseada no acolhimento da subjetividade dos sujeitos envolvidos, podendo estabelecer as bases desta práxis ético-política, voltada para os bons encontros e a alegria de existir. Portanto, reiteramos que a relação torna-se em si condição de proteção social e sua garantia depende da articulação entre os serviços que exigem relação interpessoal, pois os dados da presente pesquisa evidenciam que ainda é frágil a força do direito socioassistencial. O trabalho no âmbito do CRAS favorece uma crítica quanto ao eixo da ação, com mudança da ênfase na situação de ser pobre para a demanda por proteção social, pois mesmo obtendo o avanço de tornar-se constitucionalmente atrelada à seguridade social, algumas questões ainda persistem, sobretudo as relacionadas à cobertura e ao atendimento.

No que se refere ao modelo de gestão, o SUAS reorganiza as ações socioassistenciais com base no território e foco prioritário na família, fatos que introduzem a necessidade não apenas de criação e implementação de um sistema de vigilância para a proteção social, mas também rompem com a segmentação do público alvo.

Os serviços propostos e normatizados que elegem o CRAS como equipamento e serviço de proteção social básica, localizado em territórios de vulnerabilidade social, com função de organizar e executar a proteção básica

são novos em sua lógica organizativa e operativa, mas a política centralizadora pode impedir na prática que os poderes locais consigam converter prioridade em particularidades as próprias demandas, como é o caso do bolsa família, cuja dificuldade de inscrevê-lo nas políticas locais de redução efetiva da pobreza pode fazer com que venha resultar em mais uma medida compensatória impregnada de assistencialismo.

Cabe avançar para uma variabilidade nas ofertas de proteção social, e a atenção psicossocial pode contribuir para integrar a prevenção, a proteção e a promoção da defesa dos direitos, não apenas ao promover responsabilização e compartilhamento baseados na autonomia, mas superando o esvaziamento da responsabilidade social.

O psicólogo ao ser inserido nas equipes do SUAS torna-se um dos responsáveis pela ordenação regulada das estratégias de serviços de assistência social, o que favorece o protagonismo e a adequação ao contexto dos sujeitos, desde que reconheça as contingências da multisetorialidade no atual desenho institucional, em que pode ser notado a tentativa de superar os recortes setoriais e as especializações.

Neste sentido sua experiência de atuação em consultório precisa estar conectada com novas possibilidades, como a ação em rede, o que se busca é valer-se dos princípios ético e estéticos para a regulação do controle social, tendo como princípios a transparência, o monitoramento e o compromisso com a efetividade das ações públicas.

Estas considerações implicam na revisão de valores identificatórios da atuação do psicólogo no campo clínico, pois ao voltar-se para a intimidade e para a privacidade, a atuação clínica deve superar a crença da incomunicabilidade de seus conhecimentos, mesmo que produzidos em sua experiência individual e subjetiva, ou percurso teórico.

O foco de atuação deve voltar-se para um conhecimento dos sintomas que nem sempre se traduzem em demandas claras e específicas. Alguns problemas podem escapar ao domínio específico da clínica, pois estão

relacionados às condições de vida das pessoas e tem implicações institucionais que precisam ser superadas na vinculação do contexto social.

Juntamente com os aspectos relacionais, a subjetividade desta população precisa ser abordada também em relação ao campo situacional, em que a coletividade, a rede de reciprocidade e de solidariedade condicionam as existências individuais, cabendo uma reflexão sobre a cura, que neste contexto tende a ser considerada como eliminação de sintomas e não realização afetiva.

Acreditamos que a práxis psicossocial favorece a circulação de informações e apropriação da proteção por parte dos sujeitos de direito, atrelando sua efetividade a um constante aprimoramento, garantindo apropriação e construção coletiva na execução desta política pública .

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, W.M.J., **A Pesquisa em psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico**, em Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia, Bock. A. M. B., Gonçalves M. G. M., Furtado O. (Org.), São Paulo, Ed. Cortez, 2001.

BOTARELLI, A , **Exclusão e sofrimento: O lugar da afetividade em programas de atendimento às famílias pobres**. São Paulo,2002 (Dissertação de Mestrado) Programa de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CANEVACCI, M., **Dialética da Família**, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

CARVALHO, M. C. B., **Apontamentos de palestra realizada em 17/05/99 na Fundação Criança – SBC**

_____ **O estatuto da criança e do adolescente e a política de assistência social**, São Paulo, SITRAEMFA, 1992.

_____ **O lugar da família na política social**, em Famílias Aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos, Ministério da Previdência e Assistência Social, Fundap, 1998.

CIAMPONE, M. H. T., **Uma proposta de intervenção baseada na família**, em Famílias aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos, Ministério da Previdência e Assistência Social, Fundap, 1998.

DEMO,P., **Política Social, Educação e Cidadania**, São Paulo, Ed. Papirus, 1994.

DEMO, P. , **Metodologia Científica em Ciências Sociais**, São Paulo, Ed. Atlas, 1992.

DUSSEL, E., **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**, São Paulo, Ed. Vozes, 2000.

FIGUEIREDO,L. C.M., **Psicologia, uma nova introdução**, São Paulo, Educ, 2006.

FRIEDMANN, J., **Empowerment – The politics of Alternative Development**, Massachusetts, Ed. Blackwell, 1992.

FUKUI, L., **Família: conceitos, transformações nas últimas décadas e paradigmas**, em Famílias: Aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos, Ministério da Previdência e Assistência Social, Fundap, 1998.

GIDDENS, A., **A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**, São Paulo, Unesp Editora, 1993.

HELLER, A., **Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia**, São Paulo, Brasiliense, 1982.

- HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. W., “Família” em HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. W. **Temas Básicos de Sociologia**. São Paulo, Editora Cultrix, 1973.
- KALOUSTIAN, S. M., (Org.) **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo, Cortez, 1997.
- LAHIRE, B., **Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável**. São Paulo, Ed. Ática, 1995.
- LANCETTI, A, **Prevenção, preservação e progresso em saúde mental**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1998.
- LANE,S.T.M., “A Mediação emocional na constituição do psiquismo humano”. em Lane, S. T. M.: Sawaia, B. B.(org.) **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo. Brasiliense: EDUC, 1995.
- MARTIN-BARÓ, I. **psicologia de La liberación**, Madrid, Editorial Trotta,1998
- MELMAN, J., **Família e Doença Mental**, São Paulo, Editora Escrituras, 2001.
- MORÉ C L O O e MACEDO R M S, **A psicologia na comunidade: Uma proposta de intervenção**, São Paulo, Casa do Psicólogo Editora, 2006.
- OLIVEIRA M. K. **O Problema da Afetividade em Vygotsky em La Taille Y.** (Org.) **Piaget,Vygotsky,Wallon**, São Paulo, Ed. Summus, 1992.
- PEREIRA I,C.G.(a), Do ajustamento à invenção da cidadania: serviço social, saúde mental e intervenção na família no Brasil. em **Saúde mental e serviço social**. Vasaconcelos,E.M., São Paulo, Ed. Cortez, 2001.
- PEREIRA, R.F.S.(b) , Apontamentos sobre gestão participativa, Mimeo, 1999.
- REIS, J. R. T., Família emoção e ideologia . em **Psicologia Social – O homem em movimento**. Codo ,W. e Lane, S.T. M.(org.), São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.

- REY, F.G., El lugar de las emociones em la constituición social de lo psíquico: El aporte de Vygotsky” em **Revista Educação e Sociedade n.º 71**, Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), Campinas, 2000.
- REY, F.G., La Investigación cualitativa en Psicología – Rumbos y desafíos, São Paulo, EDUC – Ed. PUC-SP, 1999.
- ROCHA, C. V., Idéias dispersas sobre o significado de políticas sociais em **Políticas Públicas de apoio sociofamiliar**, Belo Horizonte, Ed. PUC-Minas, 2001.
- SANTOS, M., O espaço do Cidadão, São Paulo Ed. Nobel, 1987.
- SAWAIA, B.B. (Org.) **Artimanhas da Exclusão. Análise psicossocial da desigualdade social**, São Paulo. Vozes, 1999.
- _____. A crítica Ético-Epistemológica da Psicologia Social pela questão do sujeito **Revista psicologia e sociedade**, São Paulo, ABRAPSO, 1998.
- _____. “Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora” em Lane, S.T.M.: Sawaia, B.B. (org.) **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo. Brasilense: EDUC, 1995.
- _____. Apontamentos de Seminário realizada no 1º Semestre de 2000 no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP.
- _____. Participação Social e Subjetividade em Sorrentino M. (Coordenador) **Ambientalismo e Participação na Modernidade**, São Paulo, EDUC-SP e FAPESP, 2001.
- _____. Família e afetividade: A configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades, em Acosta NA e Vitale M A F (Orgs) **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**, São Paulo, IEE PUCSP, 2003.
- Sennett, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SZYMANSKI, H. **Trabalhando com famílias**, Caderno de ação n.º 1, IEE/CBIA, São Paulo, Março de 1992.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo, Martins Fontes 1989.

_____ **Psicologia da Arte** . Ed. Martins Fontes, 1ª edição. São Paulo, 1999.

_____ **Formação Social da Mente**. Ed. Martins Fontes, 6ª edição. São Paulo, 1999.

_____.. **Teoria e Método**. Ed. Martins Fontes, 2ª edição. São Paulo, 1999.

Brasil, **Constituição da República** Federativa do Brasil, 1988.

Brasil, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei Federal 8069, 1990.

Brasil, **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei Federal 8742, 1993.